

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

135

135

SALVADOR • AGOSTO DE 2005



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
PAULO GANEM SOUTO

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
ARMANDO AVENA

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA - SEI
CESAR VAZ DE CARVALHO JUNIOR

CONSELHO EDITORIAL
Cesar Vaz de Carvalho Junior
Edmundo Sá B. Figueirôa

COORDENAÇÃO GERAL
Luiz Mário Ribeiro Vieira

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Elissandra Alves de Britto
João Paulo Caetano Santos (Bolsista FAPES)

EQUIPE TÉCNICA
Alynson dos Santos Rocha (Bolsista FAPES)
Carla Janira Souza do Nascimento (Bolsista FAPES)
Fabiana Karine Pacheco dos Santos (Bolsista FAPES)
Joseanie Aquino Mendonça (Bolsista FAPES)
Nícia Moreira da Silva Santos (Estagiária)

NORMALIZAÇÃO
Gerência de Documentação e Biblioteca - GEBI

REVISÃO
Ana Lúcia Pereira

DESIGNER GRÁFICO
Humberto Farias

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA
Karol Farias

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI. É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que seja citada a fonte.

Esta publicação está indexada no Ulrich's International Periodicals Directory e no Qualis.

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO, v.1 - (1994-)
Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2005.

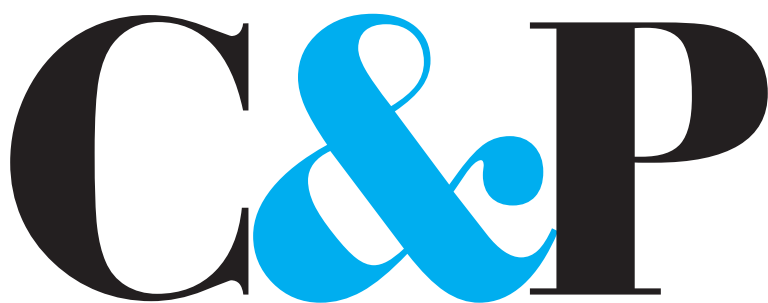
Mensal

ISSN 1413-1536

CDU - 338(814.2)



Av. Luiz Viana Filho, 435 - 4ª Avenida - 2º and. - CAB
Cep: 41.750-300 - Salvador - Bahia
Tel.: (71) 3115-4823/4822 Fax: (71) 3116-1781
www.sei.ba.gov.br/sei@sei.ba.gov.br



CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

Sumário

Economia em Destaque

O mercado de trabalho na RMS – uma observação conjuntural Joseanie Mendonça	4
--	---

Conjuntura Econômica Baiana	8
-----------------------------------	---

Artigos

O relativo otimismo acerca da conjuntura econômica internacional e a continuidade dos excelentes resultados das exportações brasileiras no primeiro semestre de 2005 Ivan Tiago M. Oliveira Uallace Moreira Lima	18
--	----

O funcionamento do mercado de trabalho metropolitano no período 1997-2004: duração do desemprego na Região Metropolitana de Salvador Thaiz Silveira Braga Leormínio Moreira Bispo Filho	28
---	----

A análise do coeficiente dívida pública/PIB: uma reflexão para o caso do Brasil 1999-2004 Urandi Roberto Paiva Freitas	38
---	----

Investimentos na Bahia

Eixo Metropolitano concentra 49% dos investimentos industriais anunciados	46
---	----

Notícias	50
----------------	----

Legislação	53
------------------	----

Indicadores Conjunturais

Indicadores Econômicos	56
Indicadores Sociais	62
Finanças Públicas	71

Carta do Editor

A conjuntura econômica internacional favorável vem permitindo que a balança comercial brasileira acumule sucessivos recordes mesmo com a taxa de câmbio apreciada desde o segundo semestre de 2004.

Diante da apreciação do câmbio, os índices de preços estão registrando deflação, sendo que IGP-DI desde maio apresenta taxas negativas. Mesmo assim o Comitê de Política Econômica vem mantendo, desde maio, em 19,75% a taxa básica de juros para que inflação fique próxima da meta estabelecida de 5,1%, com reflexos negativos sobre a atividade econômica.

Além da retração na economia, outro aspecto da manutenção dos juros elevados recai sobre a dívida pública interna, que este ano já aumentou R\$ 110 bilhões. Para evitar o descontrole do pagamento dos juros, o governo tem assumido um compromisso de geração de superávit primário cada vez mais elevado, como forma de controlar a evolução da dívida pública e reduzir a relação dívida/PIB, que para o governo significa capacidade de honrar seus compromissos e condições de garantir um ambiente seguro para realização de investimento e crescimento sustentável.

Nesta C&P temos o artigo de Urandi Roberto Paiva Freitas, A Análise do Coeficiente Dívida Pública/PIB: Uma Reflexão para o Caso do Brasil 1999-2004, que mostra as principais controvérsias teóricas a respeito da questão da dinâmica da relação dívida/PIB e taxa de juros.

O artigo adota a visão keynesiana, defendendo um nível de superávit primário compatível com a realidade da economia. Concordamos com essa visão, sem esquecer que a responsabilidade fiscal tem uma relação direta com estabilidade econômica e é uma conquista de todos com a qual não podemos transigir em nome de um falso crescimento econômico.

Deve-se, portanto, ter todo cuidado nessa condução da política econômica. Porém, está mais do que na hora de flexibilizar a política monetária com redução gradual da taxa de juros, evitando uma queda maior da atividade econômica, já que os índices de preços mostram queda acentuada. Desta maneira, o nível do superávit primário pode ser estabilizado, além de aumentar a taxa de investimento da economia.

O mercado de trabalho na RMS – uma observação conjuntural

Joseanie Mendonça*

A partir do cenário positivo dos chamados fundamentos da economia – taxa de juros e balanço comercial – o mercado de trabalho vem se recuperando e, com isso, a taxa de desemprego sofreu reduções gradativas ao longo do primeiro semestre de 2005. Pelos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), verificou-se um movimento declinante dessa taxa, a partir de dezembro de 2004, quando situou-se em 24,8% da População Economicamente Ativa (PEA), mantendo-se no mesmo patamar em janeiro do ano seguinte e só elevando-se em março de 2005 para 25,4% da PEA. No mês de junho, a taxa de desemprego alcançou 25,5% da PEA.

Para a compreensão desse desempenho, deve-se considerar o comportamento do nível de ocupação no período. A estabilidade relativa do nível ocupacional na RMS, comparando-se junho de 2005 a junho de 2004 (variação de 0,3%), não revela que foram gerados 9 mil novos postos de trabalho em junho de 2005 e que

no mesmo período do ano anterior foram criados 5 mil postos. Apesar disso, o nível de ocupação vem registrando retração no acumulado do ano (jan-jun) de 2005, variação negativa de 0,2%. No mesmo período de 2004 verificou-se expansão de 1,6%. Entretanto, nos últimos doze meses, verificou-se crescimento de 2,87% (em 2005). Em que pese 2003 não ter sido um ano favorável ao mercado de trabalho, o que implica em resultados melhores em 2004 do que em 2005 num cotejamento, é importante ainda que se verifique a composição dessa ocupação.

Em junho de 2005, segundo a forma de inserção no mercado de trabalho, houve acréscimo de 5% entre os *assalariados sem registro em carteira*, como também houve incremento na categoria *autônomos* de 1,6%. Esses dados remetem à possibilidade de

* Especialista em planejamento e gestão governamental pela UNIFACS, economista pela UCSAL e pesquisadora da SEI.

Gráfico 1
Taxa de desemprego total: RMS, Maio/04-Jun/05

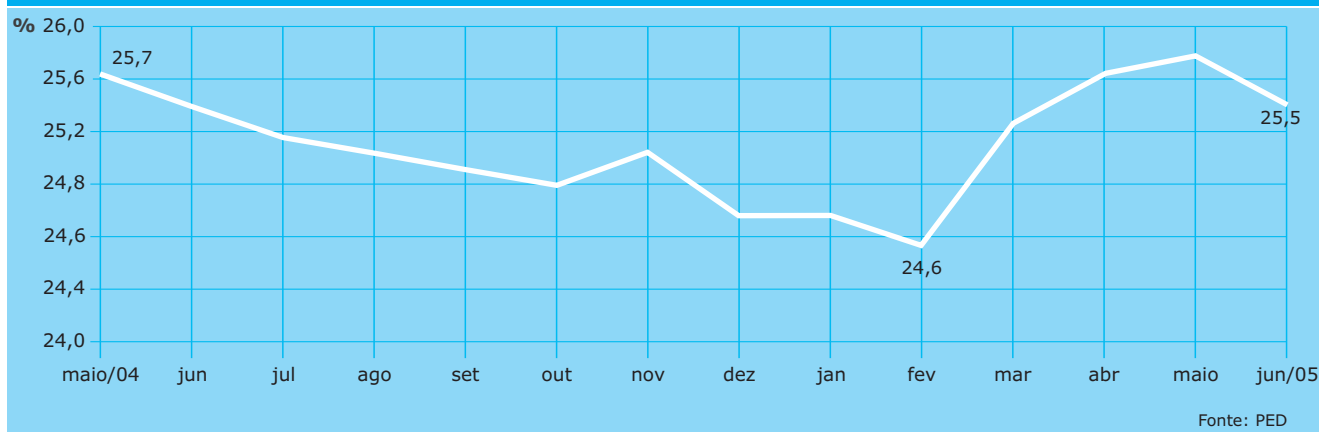


Tabela 1
Estimativas da população ocupada e desocupada:
RMS, Jun. 2004/2005

Em 1.000 pessoas

Taxas	2004	2005	Var. %
Desemprego Total	433,0	434,0	0,23
Desemprego aberto	254,8	257,3	0,98
Desemprego oculto	178,3	177,2	-0,62
Participação (PEA/PIA)	62,2	60,7	-2,41
Ocupação Total	1.266,0	1.270,0	0,32
Indústria	106,3	116,8	9,88
Comércio	206,3	205,7	-0,29
Serviços ¹	754,6	745,6	-1,19
Outros ²	198,8	201,9	1,56

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹Inclui o subsetor reformas e reparações de edificações

²Inclui Serviços domésticos, Construção Civil e Outros setores

crescimento da informalidade, uma vez que houve crescimento da taxa de desemprego oculto em 1,0%, alcançando 10,4% da PEA em jun/05, e estimou-se que 15,1% da PEA da RMS encontrava-se no desemprego aberto (pessoas que procuraram trabalho de modo efetivo nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos últimos sete dias), no mesmo período.

Ressalta-se ainda que a taxa de desemprego oculto pelo trabalho precário (pessoas que realizam de forma irregular, ou seja, em caráter ocasional e eventual, algum trabalho remunerado, ou pessoas que realizam trabalho não remunerado em ajuda a negócios de parentes) da RMS passou de 7,5%, em maio/05, para os atuais 7,7%, enquanto que a taxa de desemprego oculto pelo desalento (pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias) caiu de 2,8% para 2,7%. Em relação a junho de 2004, a taxa de desemprego oculto pelo trabalho precário cresceu 5,5% e a do desemprego oculto pelo desalento diminuiu 15,6%. Em números absolutos, pela Tabela 1, cerca de 434 mil pessoas estavam desempregadas na RMS em junho/05, quase 60% dos desempregados englobavam o desemprego oculto (um contingente estimado em 177,2 mil pessoas). Pelo lado da ocupação, a indústria recuperou a capacidade de gerar empregos, apesar de o setor de serviços responder por cerca de 58% do total de ocupações (estimou-se cerca de 745 mil pessoas) registradas em junho/05.

Pela forma de inserção, para a categoria *assalariados do setor privado* houve crescimento de apenas 0,9% no mesmo período. Vale ressaltar que algumas categorias de trabalhadores inserem-se mais facilmente

no chamado mercado de trabalho informal devido ao seu nível de qualificação, entre outros atributos. Apesar desses resultados, os poderes públicos vêm se posicionando para conter o ímpeto da informalidade, o que pode levar à conclusão de que pode estar ocorrendo um descolamento da dinâmica entre problema e solução.

Outro fator que explica o arrefecimento da pressão da demanda por trabalho é a relativa estabilidade PEA, que não cresceu no mesmo volume que a ocupação. Assim, a entrada de 4 mil pessoas no mercado de trabalho foi compensada pelos 9 mil postos criados em junho/05. Em junho/04, a entrada de 2 mil pessoas na PEA foi compensada pela criação de 5 mil novos postos. Entre os meses de janeiro e maio de 2005, a repetição de compensações entre nível ocupacional e desocupação, além da redução da taxa da participação da PEA sobre a População em Idade Ativa (demanda por trabalho) devido à saída voluntária da força de trabalho, isto é, saída de pessoas do mercado de trabalho, também contribuíram para esse resultado. O mesmo fenômeno foi verificado entre os meses de janeiro a maio de 2004.

Além disso, movimentos conjunturais e a própria dinâmica da economia da RMS impulsionaram esse desempenho. Conforme dados da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE, a indústria baiana apresentou expansão de 2,3% no primeiro semestre de 2005, com destaque para *veículos automotores*, que apresentou crescimento de 46% neste período. A expansão das exportações, as expectativas setoriais favoráveis e de ampliação da capacidade instalada de muitas indústrias, que devem aumentar os seus investimentos, podem provocar uma

nova dinâmica até o final de 2005. Há, entretanto, rumores pessimistas de arrefecimento da demanda internacional, o que frearia o crescimento da indústria, ou ainda, a adoção de elevações das taxas de juros pelo Comitê de Política Econômica (COPOM) no intuito de controlar uma possível inflação de demanda. De certo, resta aguardar os próximos eventos.

Referências

IBGE. *Pesquisa Industrial Mensal*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>

SEI. *Pesquisa de Emprego e Desemprego*. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br> ■

www.sei.ba.gov.br

Informação a um só **clique**

Através do site da SEI você fica por dentro
das mais relevantes informações
socioeconômicas e geoambientais dos Estado.
Pesquisas, publicações, indicadores - PIB, PED
IPC entre outros - limites municipais, cartogramas e
o banco de dados da SEI estão ao seu alcance.
Navegue e conheça a Bahia de perto.
Um canal de comunicação aberto para você.



Conjuntura Econômica Baiana

Em maio de 2005, os indicadores econômicos confirmam a expansão da economia baiana, quer seja observando o lado da oferta, quer seja observando o lado da demanda, bem como o fluxo internacional de mercadorias.

A produção da indústria baiana de transformação, segundo a PIM-IBGE, registrou, em maio de 2005, variação positiva de 0,3%, em relação a maio de 2004. No acumulado do ano, a indústria acumulou crescimento de 3,5% na comparação com o mesmo período de 2004. As indústrias de produtos químicos (6%), de alimentos e bebidas (11,6%) e de veículos automotores (48,7%) foram os setores que apresentaram as maiores taxas no acumulado do ano. Os setores de refino de petróleo e álcool (-1,4%) e metalurgia básica (-12,1%) foram os setores que registraram queda no acumulado do ano.

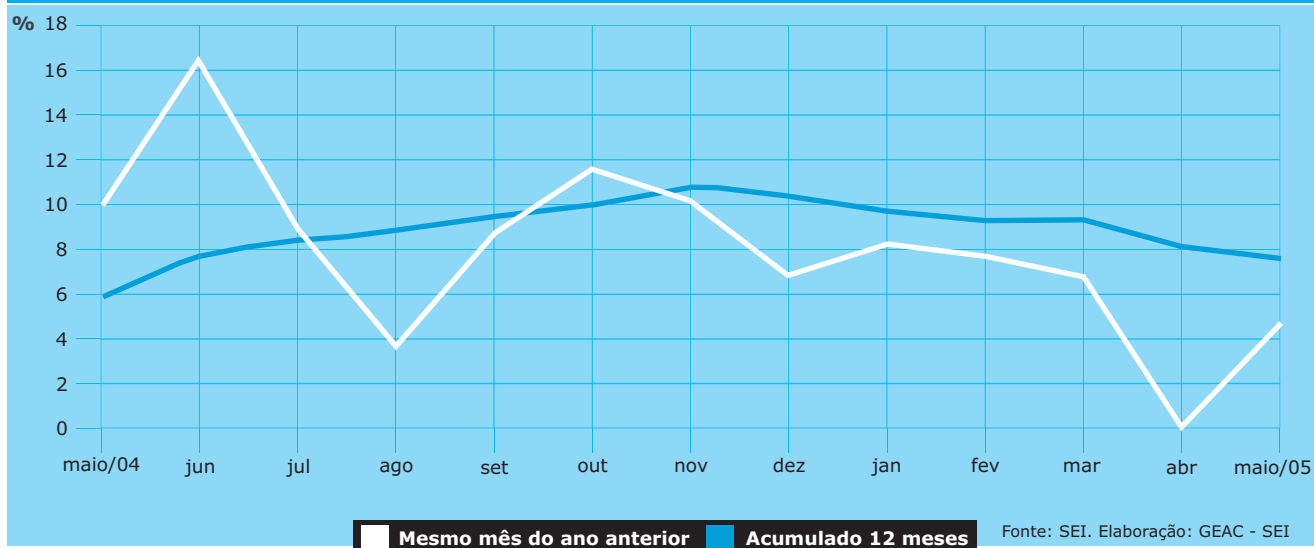
O indicador de comércio exterior, de janeiro a junho de 2005, registrou crescimento de 39,6% nas exportações e 34,1% nas importações, confirmando o bom desempenho da balança comercial. Segundo os dados do MDIC, nos primeiros seis meses de 2005, as exportações baianas somaram US\$ 2.334 bilhões e as importações US\$ 1.599 bilhão, gerando um superávit de US\$ 735,638 milhões.

O comércio varejista, de acordo com a PMC-IBGE, registrou variação positiva no volume das vendas de 7,4% no acumulado do ano. Os segmentos que apresentaram as maiores taxas de crescimento no ano foram: móveis e eletrodomésticos (42,3%); equipamentos e materiais para escritório (34,3%) e tecidos e vestuários (156%). O segmento veículos e móveis registrou crescimento de 12,3% no ano.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-SEI), para Salvador, registrou variação negativa de 0,13% no mês de julho. No período de janeiro a julho, Salvador acumulou alta nos preços de 3,2%. Nesse mesmo período, em 2004, o IPC-SEI apresentava taxa de 4,6%. No ano, *habitação e encargos e despesas pessoais* foram os grupos que mais pressionaram o índice.

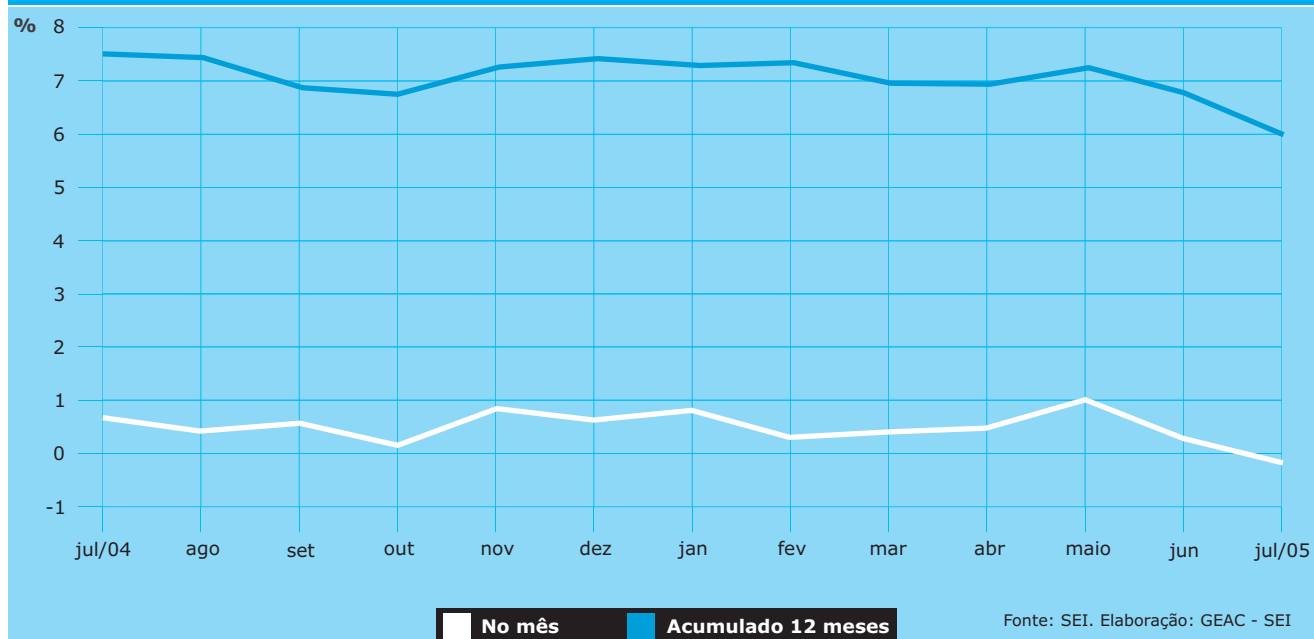
O mercado de trabalho, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-PED SEI/SE-ADE/DIEESE), fechou junho com taxa de desemprego em 25,5% e média anual de 25,3%. No mês, 1.270 milhão de pessoas declararam estar exercendo alguma atividade econômica. Já o rendimento registra estabilidade no acumulado do ano em comparação com o mesmo período do ano anterior.

Índice de Movimentação Econômica - IMEC - Salvador



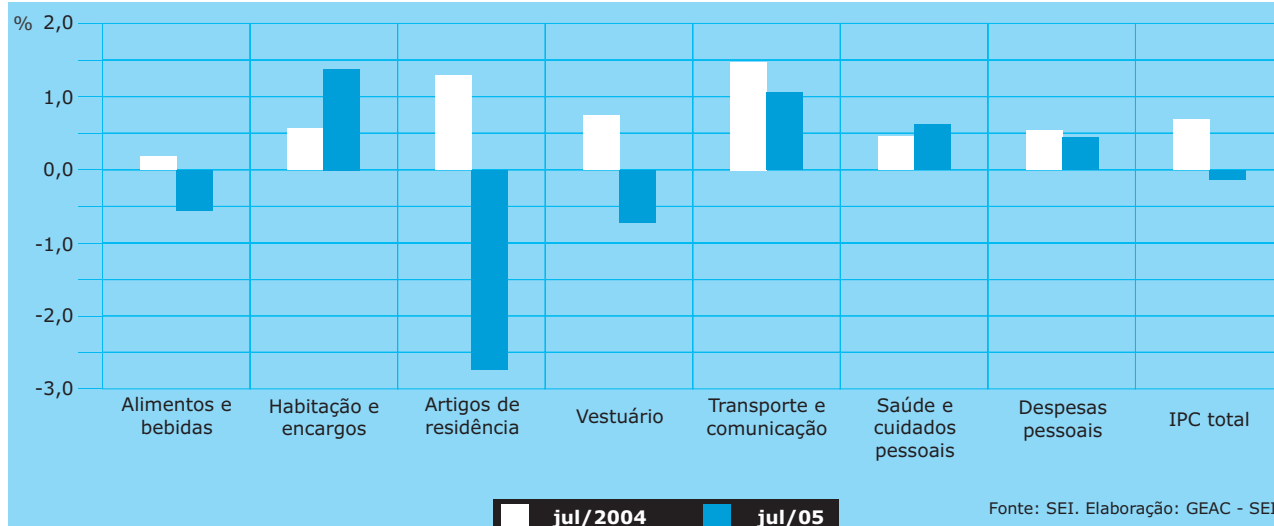
Em maio, o Índice de Movimentação Econômica de Salvador (IMEC) apresentou crescimento de 4,7% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Já na comparação com o mês de abril de 2005, houve queda de 0,2%. Observando-se o acumulado dos doze meses, o índice registrou variação positiva de 7,7% na comparação com o mesmo período anterior, enquanto que em abril, o indicador acumulava 8,1%, mantendo a tendência de queda na movimentação econômica do município.

Taxa de variação do IPC - SEI - Salvador



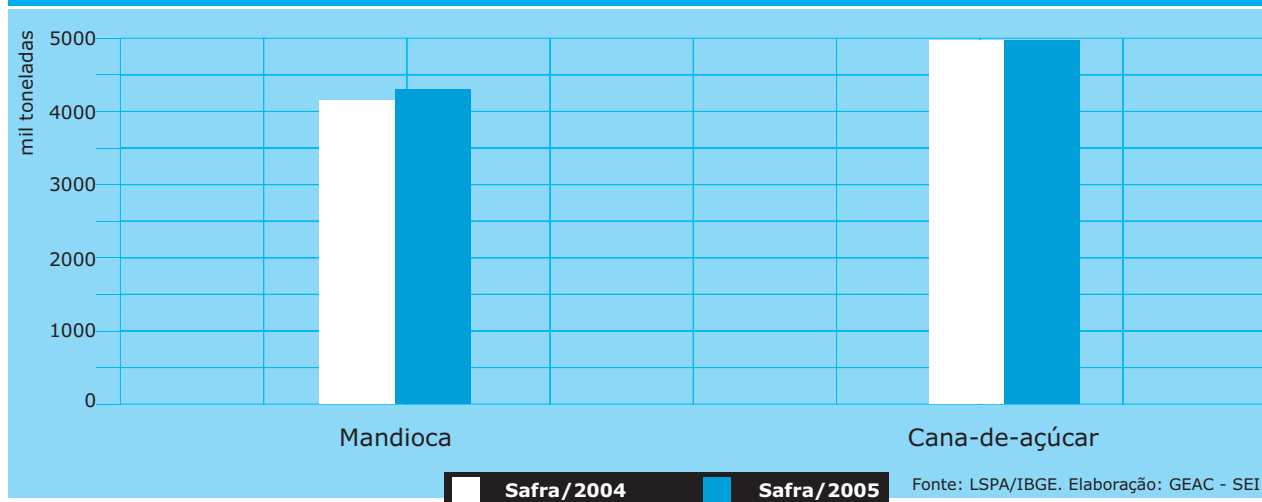
No mês de julho, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), divulgado pela SEI, registrou deflação de 0,13%. Com esse resultado o índice acumula alta de 6,0% nos doze meses. Habitação e encargos (16,1%) e Transporte e comunicação (8,4%) foram os grupos que mais pressionaram o índice no acumulado dos 12 meses. Já Artigos de residência (1,3%) continua sendo o item que menos pressiona na formação do índice.

Taxa de variação do IPC-SEI: Grupos selecionados - Salvador



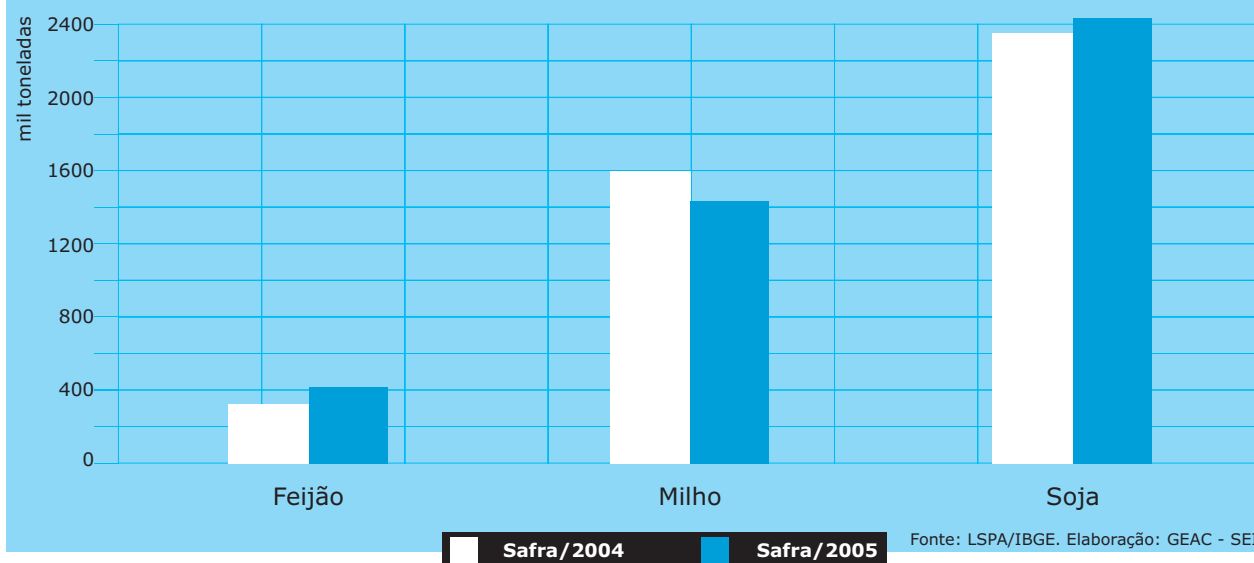
Os grupos de Artigos de residência (-2,7%) e de Alimentos e bebidas (-0,6%) apresentaram, em julho, as maiores contribuições para a taxa negativa de inflação. Com relação a esses grupos, os subitens Utensílios e enfeites (-11,6%) e Tubérculos, raízes e legumes (-8,6%) registraram as maiores quedas. Já os grupos Transporte e comunicação (1,04%) e Habitação e encargos (1,4%) foram os que apresentaram as maiores pressões positivas sobre o índice.

Estimativa da produção agrícola: mandioca e cana-de-açúcar - Bahia



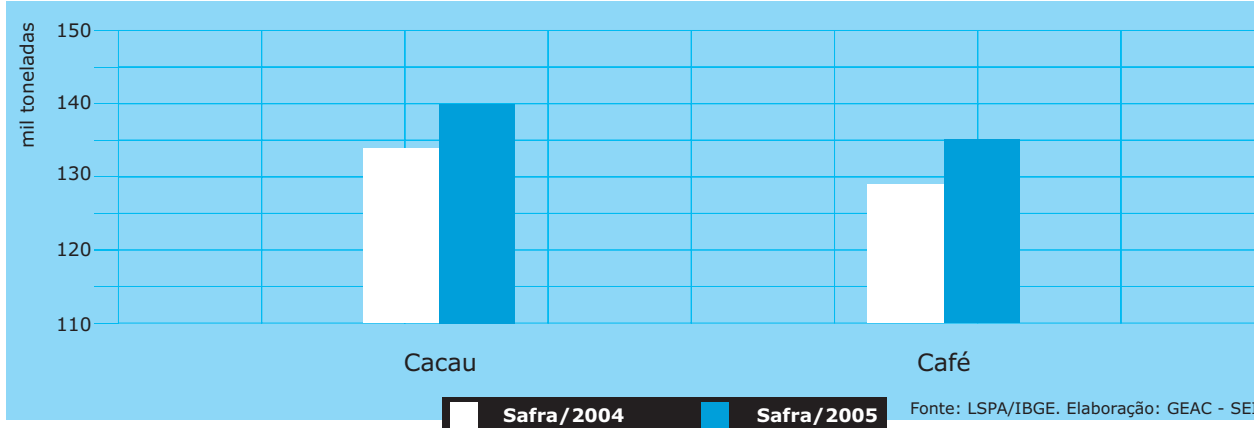
As estimativas para a safra baiana, realizadas em julho de 2005 pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), mantêm a elevação de 7,0% para a safra de mandioca. Esse resultado ainda reflete a expansão de 3,4% da área plantada e de 3,2% do rendimento da lavoura. Para a cana-de-açúcar, como na estimativa anterior, observa-se retração de 1,3% da produção. A expansão de 0,4% da área plantada, associada à queda de 1,9% do rendimento, responde pelo resultado da lavoura.

Estimativa de produção agrícola: feijão, milho e soja - Bahia



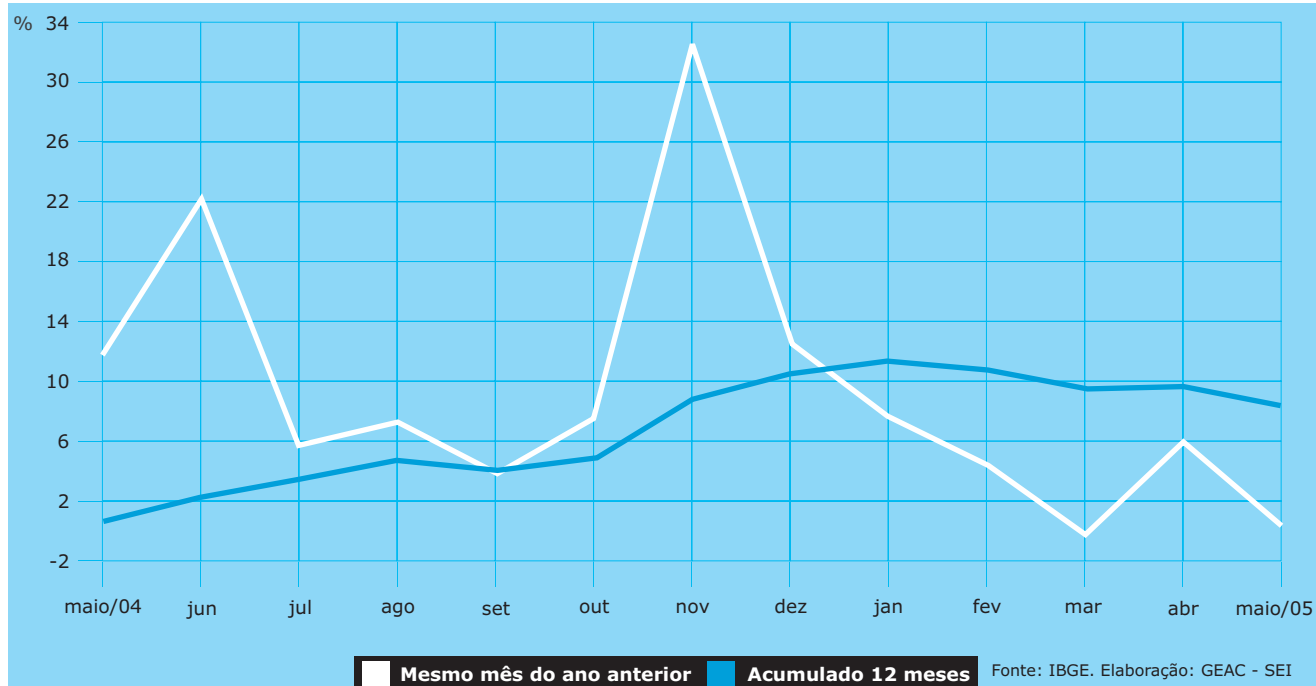
As recentes estimativas indicam aumento expressivo de 43% da safra de feijão de 2005. Atribui-se à expansão de 70% no feijão 2ª safra (ultrapassando as 340 mil toneladas do grão). Rendimentos de 46% observados tanto na 1ª quanto na 2ª safra contribuem fortemente para o resultado. Para o milho, reduz-se a produção em 8,0%, ainda reflexo da queda da área plantada (agora em 4,9%). Para a lavoura de soja, a elevação da produção caiu para 1,6%, devida à queda do rendimento da lavoura.

Estimativa da produção agrícola: cacau e café - Bahia



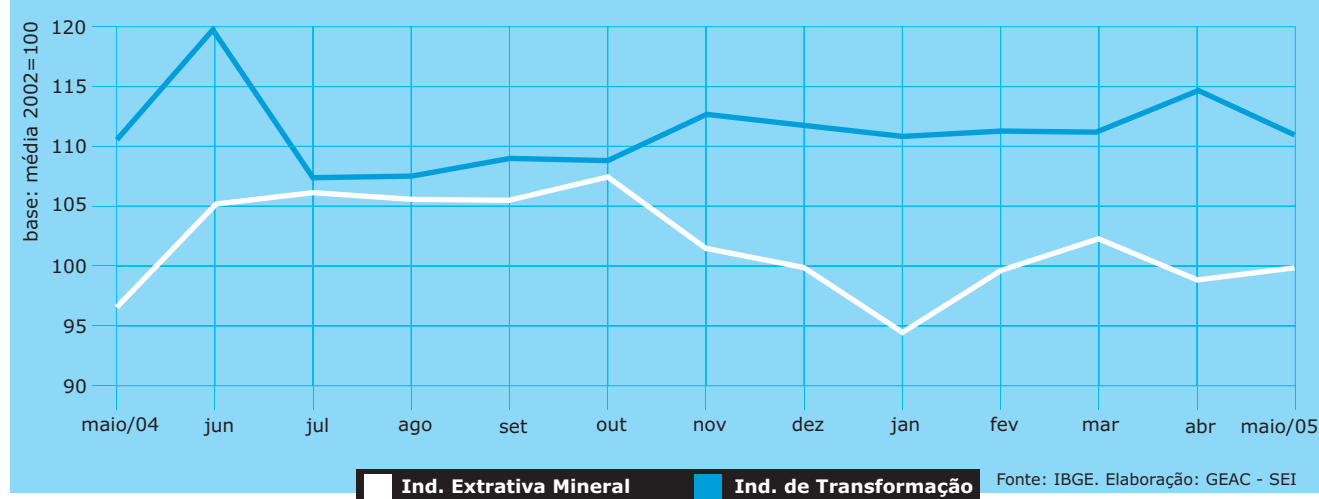
As estimativas para o cacau são de aumento de 4,0% da produção. Esse número combina aumentos da área plantada (2,0%) com a elevação do rendimento da lavoura em 1,6%, demonstrando uma pequena retomada da lavoura cacaueira. Para o café, mantêm-se estimativas anteriores de elevação da produção em aproximadamente 5%. O rendimento observado (expansão de 5,7%) compensa a redução em 1,5% da área plantada do grão, revelando também a redução da área perdida da lavoura (1,3%).

Taxa de variação da produção física da indústria de transformação - Bahia



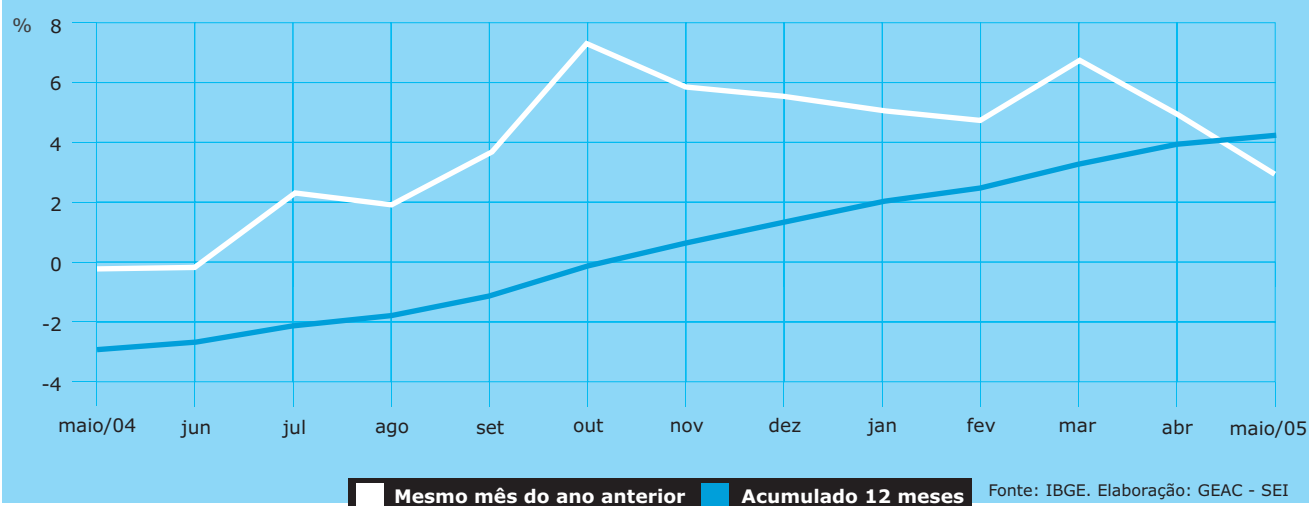
A produção industrial do setor de transformação da Bahia registrou ligeiro crescimento de 0,3% em maio, na comparação com o mesmo mês do ano anterior, conforme dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM-IBGE). Veículos automotores (35,0%), Borracha e plástico (17,1%) e Produtos químicos (10,2%) foram os setores que apresentaram as maiores taxas de crescimento. No acumulado dos doze meses a taxa recuou de 9,6% para 8,6%, sendo que as maiores quedas ocorreram em Refino de petróleo e álcool (-2,6%) e Metalurgia básica (2,9%).

Índice dessazonalizado de produção física da indústria de transformação e extrativa mineral - Bahia



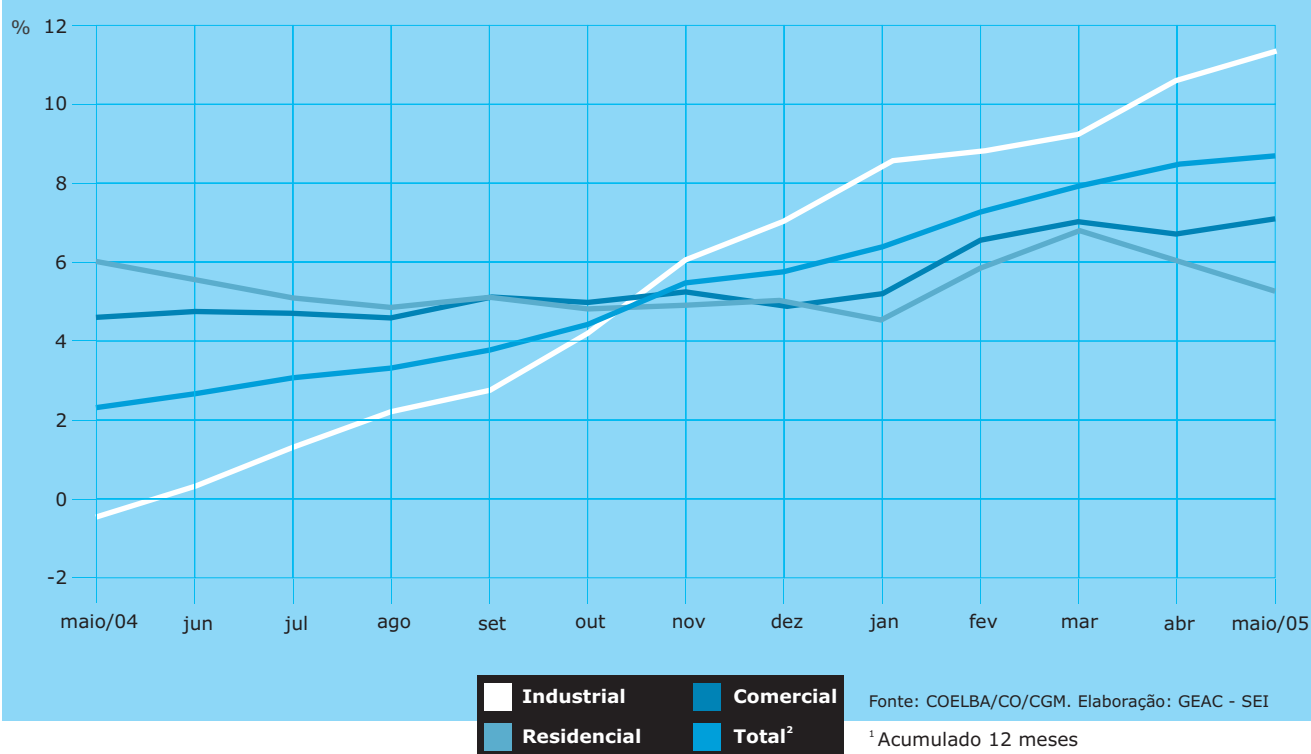
A série livre de influências sazonais da produção da indústria de transformação baiana mostra taxa negativa de 3,1%, na comparação maio de 2005, com relação ao mês de abril de 2005. Os setores que mais influenciaram o desempenho negativo foram Metalurgia básica (-20,4%), refino de petróleo e produção de álcool (-6,9%) e Celulose papel e produtos de papel, com queda de 4,3%. A indústria extrativa mineral registrou crescimento de 0,8% no mesmo período.

Taxa de variação de pessoal ocupado - Indústria de transformação - Bahia



O emprego na indústria de transformação baiana registrou, em abril de 2005, um acréscimo de 2,9% em relação ao mesmo mês de 2004; Com isso, no acumulado dos últimos doze meses, passou de 4,0%, em abril, para 4,2%, no mês atual. No indicador mensal (maio de 2005), os segmentos que apresentaram os maiores aumentos de pessoal ocupado foram Máquinas e equipamentos, exclusive eletroeletrônicos, de precisão e de comunicações (65,3%), Madeira (22,8%) e Fabricação de meios de transporte (13,6%).

Taxa de variação do consumo de energia elétrica¹ - Bahia



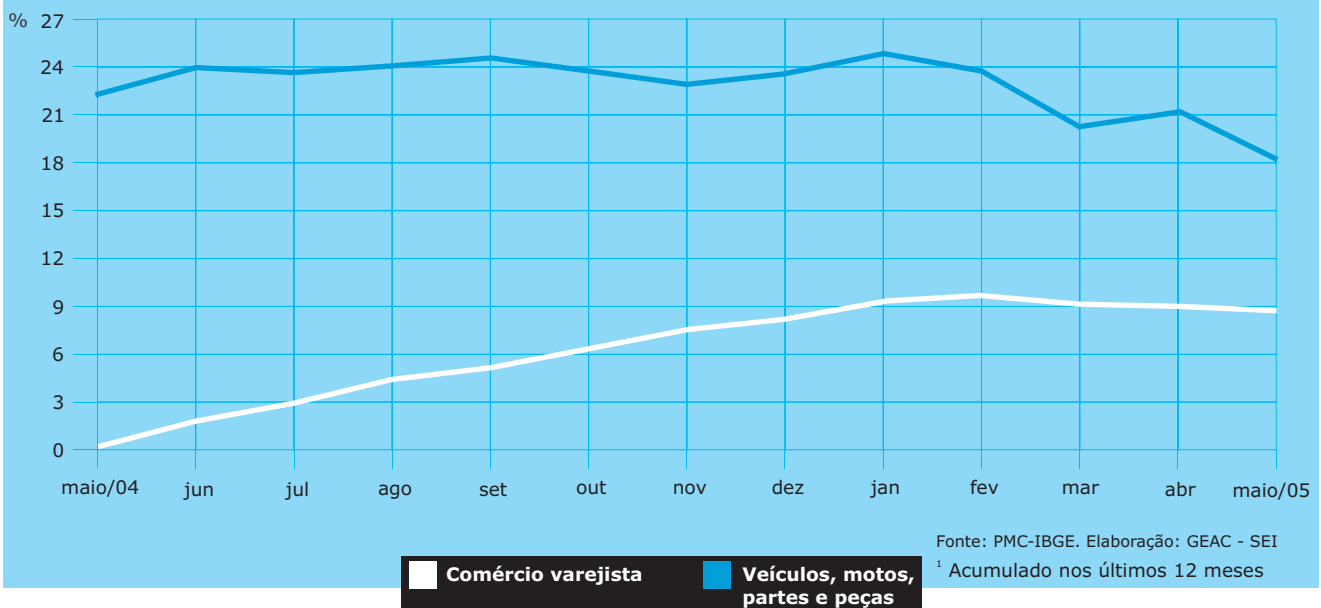
¹ Acumulado 12 meses

² Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. Pública + S. Público + Concessionária. O consumo industrial corresponde a COELBA, CHESF e COPENE.

O consumo total de eletricidade, no estado da Bahia, continua apresentando expansão significativa. Em maio de 2005, o consumo registrou crescimento de 8,8% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Esta expansão é confirmada pela taxa do acumulado nos doze meses, que passou de 8,5% em abril para 8,7% em maio. A indústria mais uma vez se destaca neste último indicador.

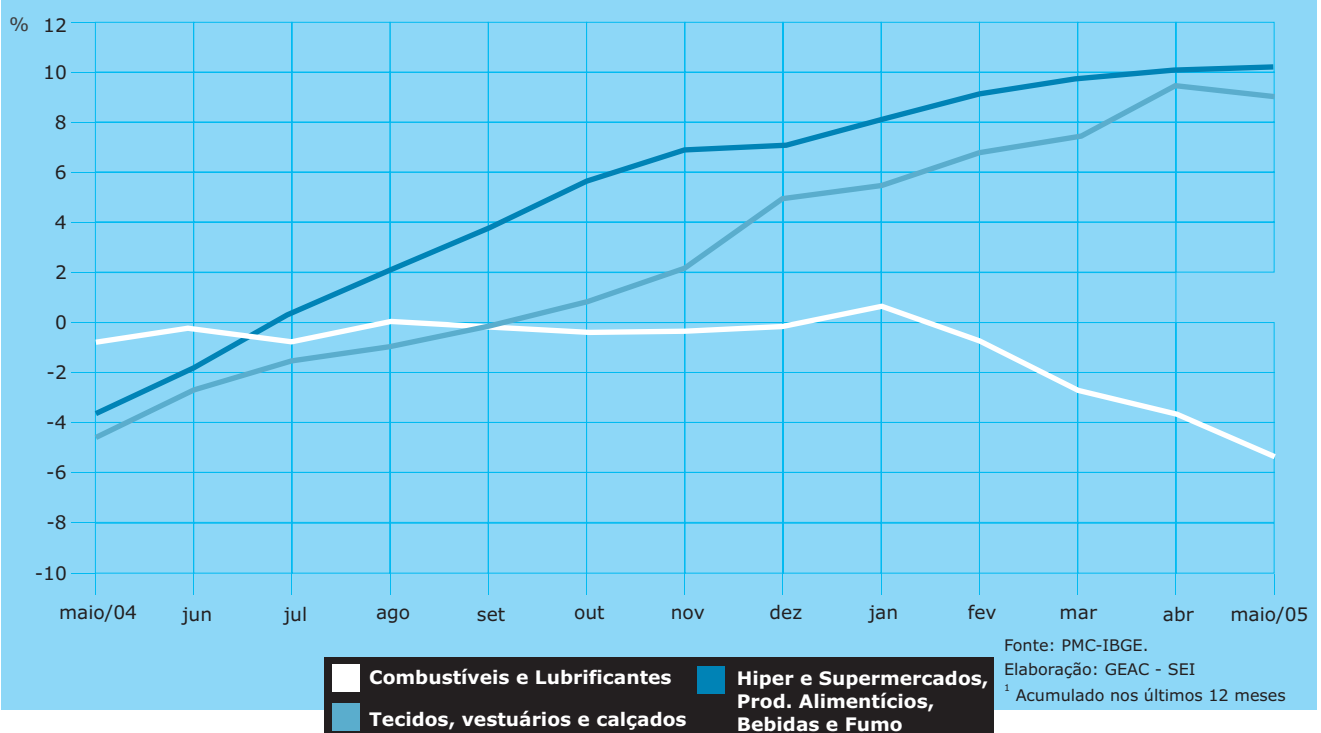
De acordo com os dados da Coelba, nos últimos doze meses a expansão alcança 11,4%. Os setores comercial e residencial apresentam expansão de 7,2% e 5,8%, respectivamente.

Taxa de variação de volume de vendas no varejo¹ - Bahia



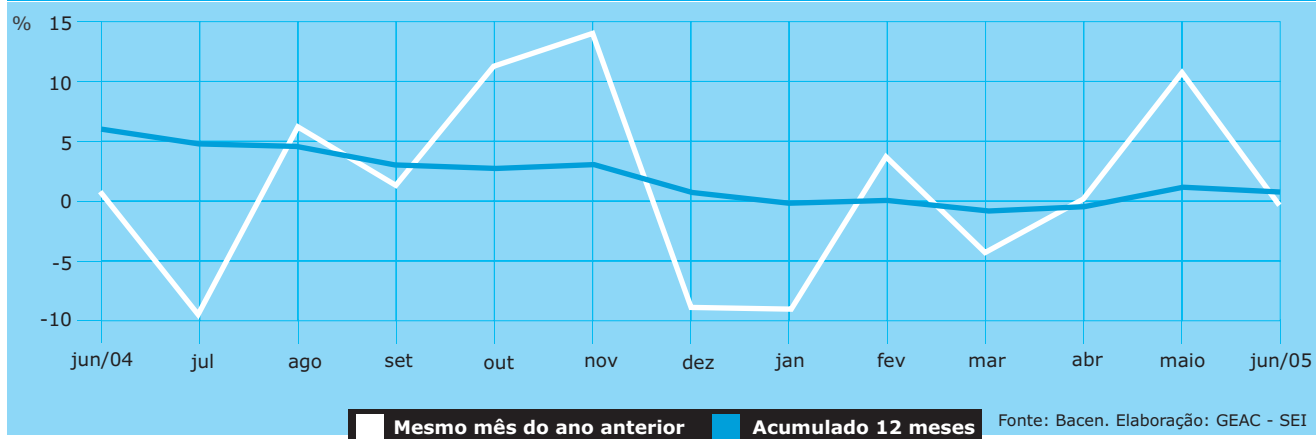
Em maio de 2005 o comércio varejista na Bahia apresentou uma expansão de 4,1% nos negócios. A Pesquisa Mensal de Comércio (IBGE) apurou, para o acumulado dos últimos doze meses, uma expansão de 8,8%. O segmento de Veículos, motos e peças apresentou crescimento de 4,3% ante igual mês de 2004. A desaceleração sofrida pelo grupo tem explicação no fato de as montadoras aumentarem o preço dos carros novos, superando a inflação dos primeiros meses de 2005. Nos últimos doze meses o crescimento do volume de vendas desse segmento foi de 18,3%.

Taxa de variação do volume de vendas no varejo¹: principais segmentos - Bahia



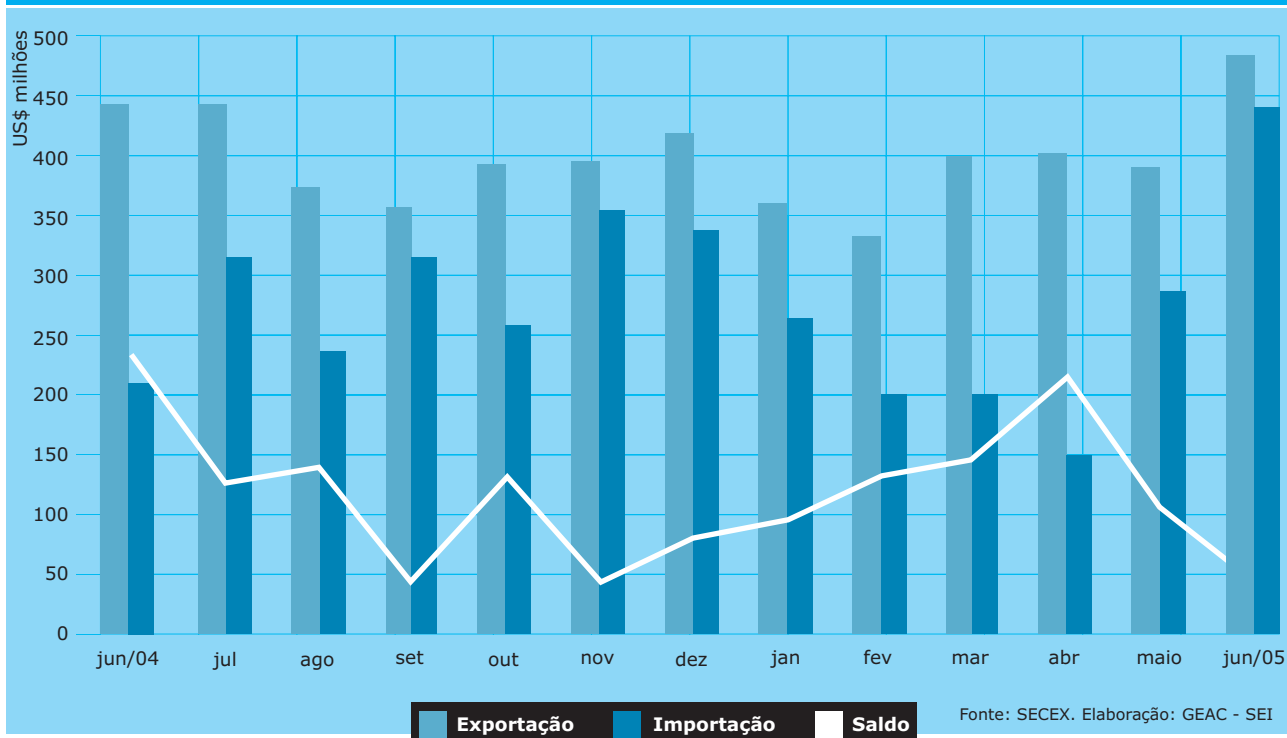
De acordo com a PMC (IBGE) o segmento de Móveis e eletrodomésticos apresentou, para o acumulado doze meses até maio/05, um crescimento de 44,5% no volume de negócios. Esse desempenho deveu-se à ampliação do crédito direto ao consumidor e dos empréstimos pessoais consignados em folha verificados nos últimos meses. O mesmo comportamento positivo foi verificado para os segmentos Tecidos e vestuário e Hiper e supermercados, com 9,2% e 10,3% respectivamente.

Quantidade de cheques sem fundos - Bahia

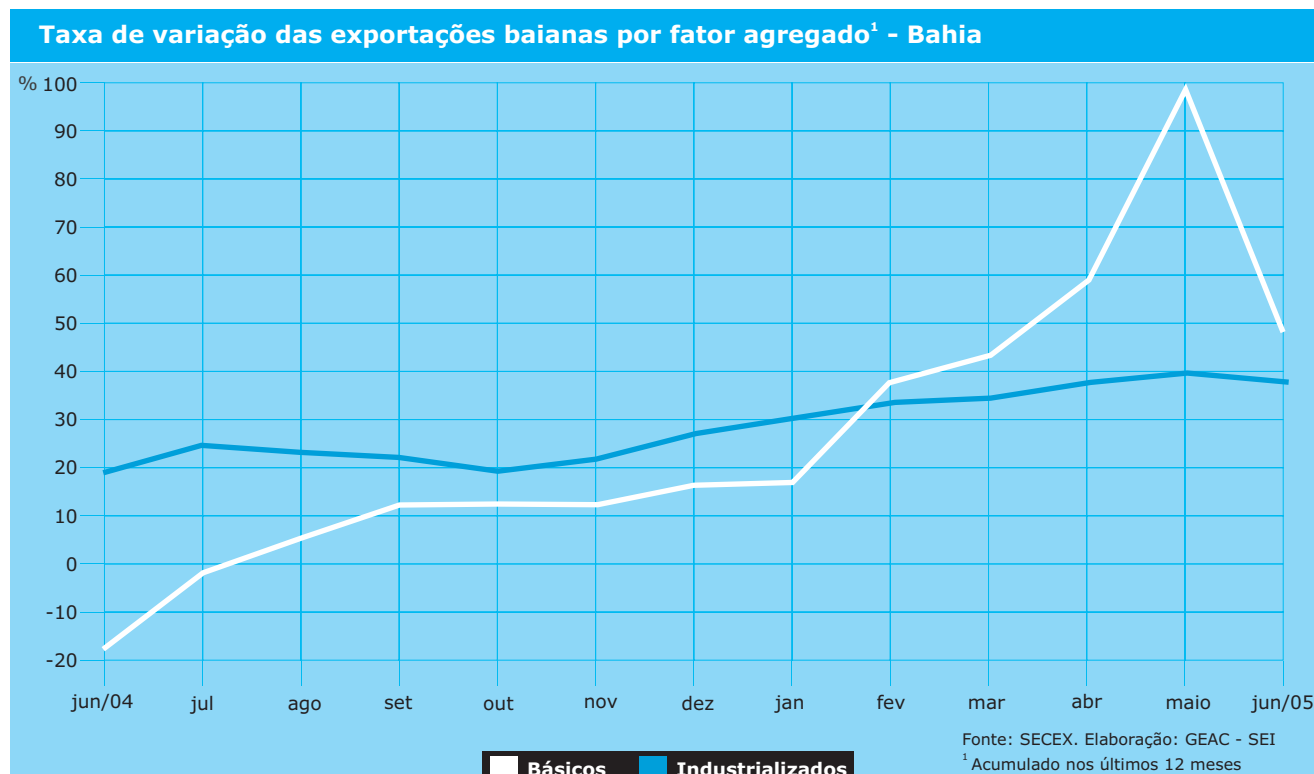


Em junho de 2005, foram emitidos 362.100 cheques sem fundos na Bahia. Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, houve redução de 0,3% na emissão de cheques sem fundos. Já no acumulado dos doze meses, a emissão de cheques sem fundos registrou ligeira estabilidade, passando de 1,1% em maio/05 para 1,0% no mês de junho/05.

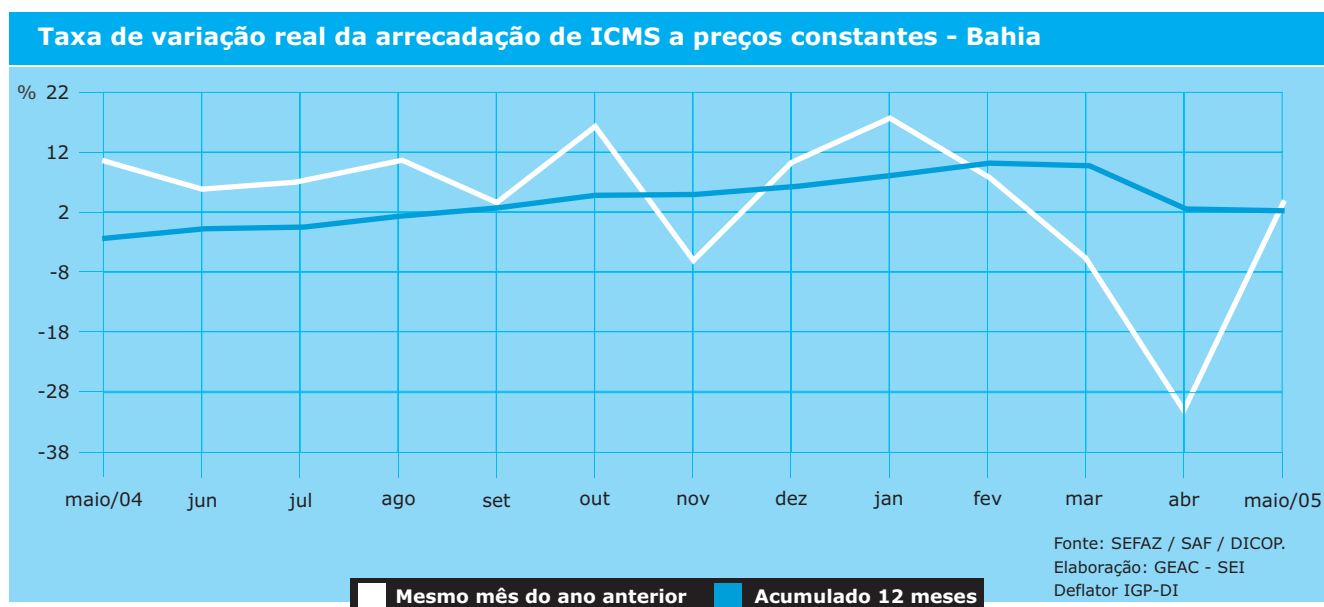
Balança comercial - Bahia



A balança comercial baiana registrou, em junho de 2005, um saldo superavitário de US\$ 42,9 milhões. As vendas externas alcançaram US\$ 485,3 milhões, o que representa um crescimento de 9,2% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Já as importações totalizaram US\$ 442,4 milhões, com crescimento de 110,9% em relação a junho de 2004.

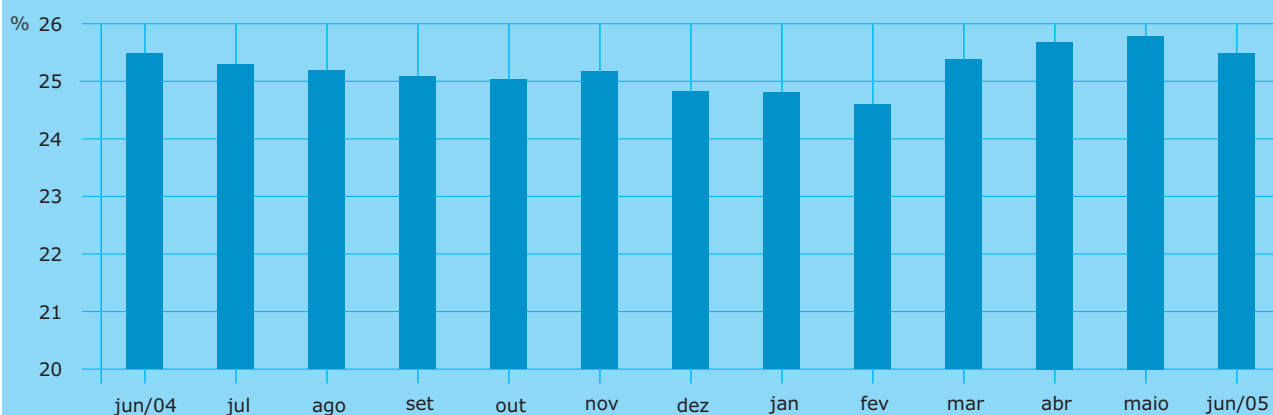


As exportações baianas por fator agregado registraram uma taxa positiva de 47,7% para a categoria de produtos básicos, nos últimos doze meses, representando, no período, uma recuperação das vendas externas de insumos básicos. Os produtos industrializados registraram crescimento nas vendas de 38,1%. Os produtos de destaque foram os automóveis, os derivados de petróleo, derivados de cobre e os químicos e petroquímicos.



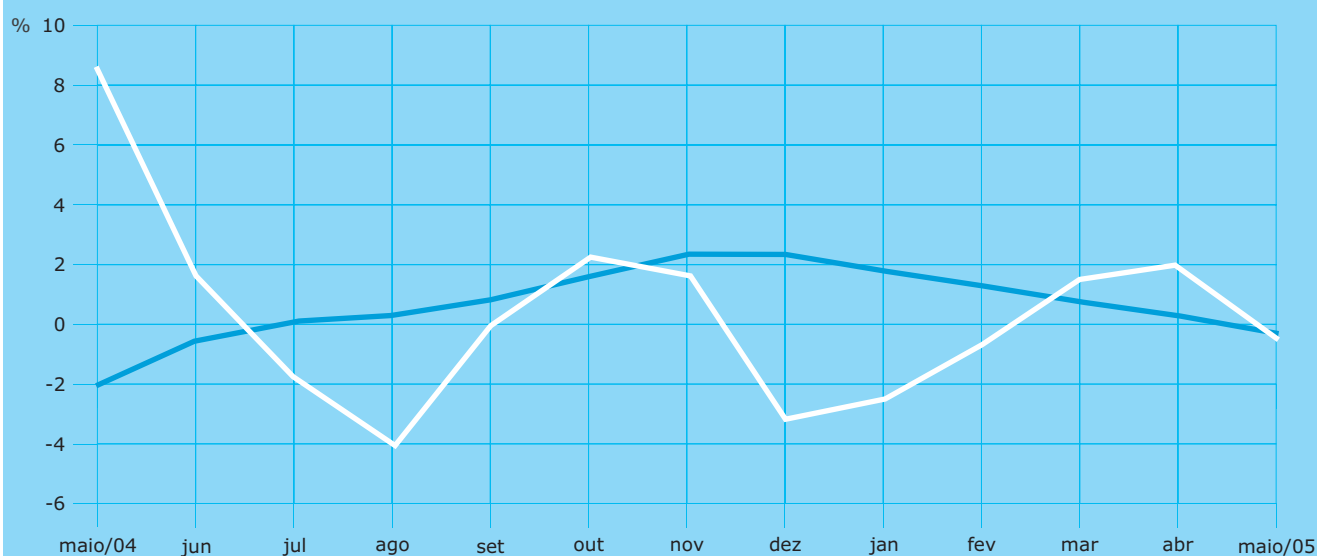
A arrecadação de ICMS no estado da Bahia registrou, no mês de maio de 2005, crescimento de 4,3% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Em maio, a arrecadação foi de R\$ 601.883 milhões. No acumulado dos doze meses, a arrecadação de ICMS acumulou alta de 2,15%, com um total arrecadado de R\$ 6.779.993 bilhões. Apesar dos indicadores positivos, no acumulado do ano a taxa está negativa em 4,1%.

Taxa de desemprego total - RMS



Fonte: PED-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.
Elaboração: GEAC - SEI

A Taxa de Desemprego medida pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) registrou ligeira redução em junho/05, passando de 25,8%, em maio/05, para 25,5% da PEA. O contingente de desempregados passou para 434 mil pessoas. O pequeno aumento dos níveis de ocupação entre os meses de maio e junho justificam esse resultado – foram criados 9 mil novos postos de trabalho nesse período –, como também a estabilidade da pressão da demanda por trabalho.

Taxa de variação do rendimento médio real¹ - RMS

Fonte: PED-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE /SEADE. Elaboração: GEAC - SEI
¹ Ocupados no trabalho principal

O rendimento médio real dos ocupados, na RMS, medido pelo índice dos rendimentos da PED, apresentou redução de 0,5% em maio de 2005, comparando-se a maio do ano anterior; no acumulado dos últimos doze meses, observou-se taxa negativa de 0,34%; o rendimento real médio dos ocupados correspondeu em mai/05 a R\$ 715 representando uma queda de 1,7% comparando-se a abril/05 (R\$ 719).

O relativo otimismo acerca da conjuntura econômica internacional e a continuidade dos excelentes resultados das exportações brasileiras no primeiro semestre de 2005¹

Ivan Tiago M. Oliveira *
Uallace Moreira Lima *

A economia internacional segue em ritmo de crescimento em 2005, ritmo esse menor que o observado no ano passado, mas ainda bem significativo. As locomotivas mundiais continuam em trajetória ascendente. A economia dos EUA vem apresentando resultados além dos esperados nesse primeiro período do ano. A China não pára de crescer, mesmo com as tentativas do governo no sentido de arrefecer o aquecimento acelerado em muitos setores da economia. Vamos apresentar, nesse artigo, os aspectos mais relevantes para a compreensão dos acontecimentos econômicos observados na conjuntura internacional, focando a análise sobre a economia norte-americana e suas interligações com o resto do mundo.

Além disso, iremos buscar fazer uma breve análise sobre o comportamento da balança comercial brasileira a partir de 1999 até o primeiro semestre de 2005, com o objetivo de levantar algumas questões que possam explicar os sucessivos recordes alcançados pelas exportações, que continuam mantendo um ritmo vigoroso mesmo com a persistência da valorização cambial, o que tem sido motivo de surpresa para muitos analistas econômicos.

Conjuntura econômica internacional

A conjuntura econômica internacional vem se mostrando relativamente positiva quanto à possibilida-

de de manutenção do crescimento mundial no ano corrente, mesmo com menores taxas que as de 2004, mas ainda acima da média das últimas décadas (espera-se um crescimento em torno de 4% em 2005). Segundo os últimos dados, a economia dos EUA parece estar conseguindo seguir na rota do crescimento de forma consistente e o “dragão chinês” continua seu voo em faixas superiores a 9%. Entrementes, a Europa parece não conseguir colocar efetivamente o trem do crescimento nos trilhos, com alguns países, como a Itália, apresentando queda em seu Produto Interno Bruto no primeiro semestre de 2005. O Japão tampouco tem apresentado grandes resultados. Enfim, a economia mundial caminha para mais um ano onde o trem global será puxado pelas duas locomotivas do crescimento: os EUA e a China.

No que se refere à economia dos EUA, verificou-se um crescimento de 3,8% do Produto Interno Bruto no primeiro trimestre do ano – 0,7 ponto percentual acima do previsto anteriormente. Os consumidores mantêm otimismo na economia e continuam gastando. Houve também incremento nos investimentos privados, que cresceram

* Graduandos em Economia pela FCE/UFBA e bolsista do NEC.

¹ Texto para discussão na reunião do Núcleo de Estudos Conjunturais (NEC) do dia 20/07/2005. O texto foi escrito sob a orientação de Celeste Maria Philigret Baptista – professora da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE/ UFBA) e coordenadora do NEC –, Luiz Filgueiras e Paulo Balanco – professores da FCE/ UFBA e membros do NEC.

à taxa de 10% no primeiro semestre de 2005. A inflação manteve-se relativamente estável, mesmo com as pressões altistas advindas do mercado de petróleo e do próprio processo de crescimento. Até junho deste ano, a inflação ao consumidor registrou alta de 3,1%, sendo que, em junho, não houve variação do índice em relação ao mesmo mês de 2004. A produção industrial cresceu 0,9% em junho – duas vezes mais que as expectativas – contudo, 24 mil empregos foram destruídos na indústria

Mesmo com o número de vagas criadas sendo menor que o esperado, tal incremento contribuiu para a queda da taxa de desemprego norte-americana em 5% da PEA

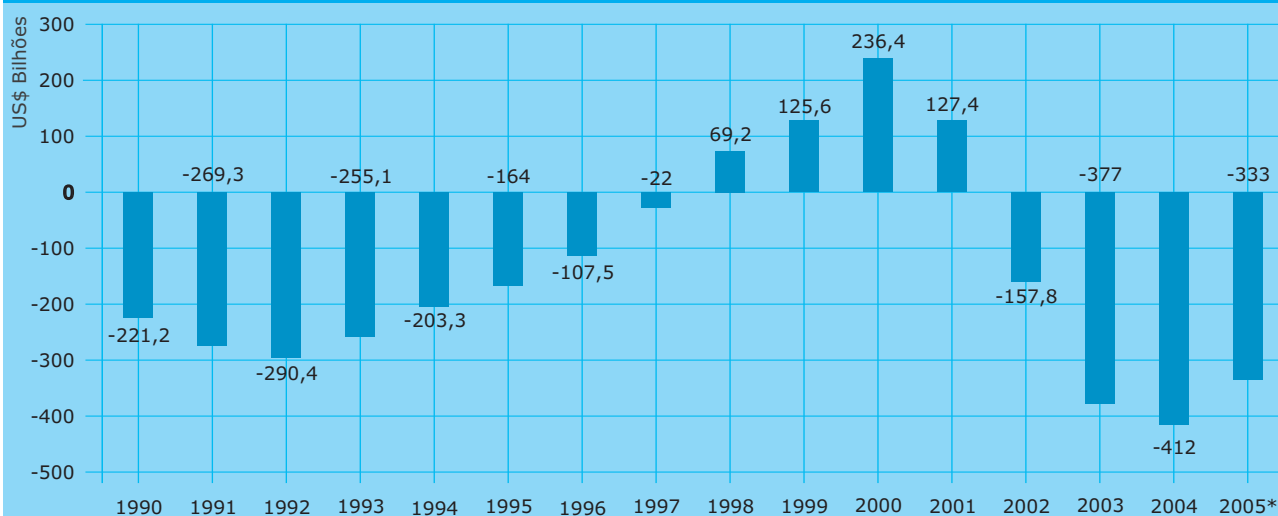
nesse mesmo mês. Não obstante as perdas ocorridas no setor industrial, houve criação de 146 mil novos postos de trabalho não-agrícola em junho. Mesmo com o número de vagas criadas sendo menor que o esperado, tal incremento contribuiu para a queda da taxa de desemprego norte-americana em 5% da PEA, menor nível de desemprego desde setembro de 2001. Assim, observamos que o crescimento da economia dos EUA vem puxando o nível de desemprego para baixo, o que talvez possa ser visto como o fim do padrão de “crescimento sem emprego” (*jobless growth*) que vinha caracterizando a economia dos EUA nos últimos anos.

Ainda no plano interno, um ponto chave da análise relativa à economia norte-americana é sua taxa de poupança. Tal índice tem apresentado recordes históricos de baixa, sendo tal indicador um dos grandes problemas que vêm a fomentar o hiperdéficit externo dos EUA, mas também uma boa solução para aquecer a economia via consumo. Contudo, é fato que a taxa de poupança dos EUA não pode se manter nos seus níveis atuais (1,2% da renda disponível). Segundo previsões da *Economist Intelligence Unit*, a mesma deve começar a subir em 2005 para o nível de 1,8% da renda pessoal disponível.

No que concerne ao hiperdéficit fiscal, os mais recentes dados indicam que as contas públicas devem melhorar pela primeira vez no governo Bush. As expectativas são de que o déficit fiscal dos EUA seja US\$ 94 bilhões menor do que o inicialmente previsto. Essa melhora nas contas públicas estadunidenses será possível graças ao aumento da arrecadação com impostos, especialmente de pessoas jurídicas, devido à intensificação na fiscalização por parte do governo e também ao próprio crescimento da economia norte-americana. Nos três primeiros trimestres do atual ano fiscal (iniciado em outubro de 2004), o governo americano conseguiu incrementar a receita fiscal em mais de US\$ 200 bilhões, totalizando cerca de US\$ 1,6 trilhão – alta de 15% em comparação ao mesmo período do ano fiscal anterior.

O Escritório de Orçamento do Congresso prevê agora um déficit da ordem de US\$ 333 bilhões até se-

Gráfico 1
Resultado do governo: Estados Unidos, 1990 - 2005



Fonte: Escritório de orçamento do congresso
*Projeção

tembro, quando termina o ano fiscal de 2005. A previsão anterior, feita em fevereiro, era de um buraco nas contas públicas em torno de US\$ 427 bilhões. Caso tal redução do hiperdéficit público dos EUA se confirme, o resultado representará também uma queda significativa em relação ao déficit de 2004, de US\$ 412 bilhões (ver Gráfico 1). A ocorrência de tal redução poderia marcar o início de um processo no qual os EUA poderiam ir, paulatinamente, reduzindo seu déficit fiscal, o que ajudaria na redução do seu irmão gêmeo, o déficit em conta corrente, no longo prazo. Resta saber se tal tendência poderá, de fato, ser confirmada e sustentada no tempo.

No *front* externo, a balança comercial dos EUA, apesar da relativa melhora no mês de maio, continua a se deteriorar e já alcançou a marca dos US\$ 284 bilhões de déficit nos primeiros cinco meses deste ano. Tal marca representou um aumento de US\$ 48 bilhões (ou cerca de 20%) em relação ao déficit do mesmo período de 2004, que foi de US\$ 236 bilhões. Vale notar que as expectativas são de que a conta corrente dos EUA feche o ano corrente com um hiperdéficit histórico em torno de US\$ 700 bilhões, o que representaria um aumento anual de 13% em relação ao superdéficit recorde do ano passado, que foi de US\$ 617 bilhões (ver Gráfico 2).

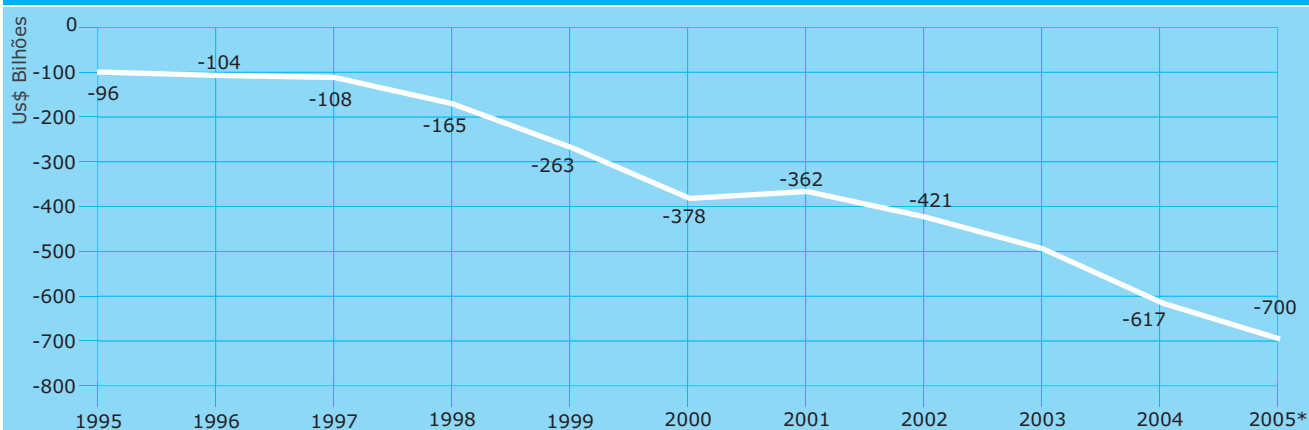
Dentre as causas para tal elevado déficit nas contas externas dos EUA está o próprio descompasso entre o crescimento econômico observado nos EUA e aquele que vem ocorrendo nos seus principais parceiros: Canadá, México, China, Japão e Alemanha. Entre estes, somente a China vem crescendo a taxas

significativas (previsão para 2005 de cerca de 8,5%). Assim, o balanço do comércio dos EUA com a China é bastante deficitário e com tendências de aumento do déficit. Como mostram os dados mais recentes, o déficit da balança comercial dos EUA com a China chegou a US\$ 15,8 bilhões em maio, representando 29% do total do déficit do mês. Em 2004, o déficit comercial dos EUA com a China fechou o ano em cerca de US\$ 162 bilhões, representando quase 25% do déficit comercial total.

Além da continuação da espetacular onda de crescimento da China em 2005, o que deve manter ainda em alta os preços de muitas *commodities*, algumas das maiores economias mundiais devem continuar obtendo taxas de crescimento bastante moderadas. A zona do euro deve crescer em 2005 à taxa de 2,2% (com grandes dispersões entre as taxas de crescimento dos países – a Itália, por exemplo, poderá apresentar resultados até mesmo negativos, tendo em vista a queda do seu PIB na ordem de 0,5% no primeiro semestre de 2005). Já o Japão deve continuar a crescer moderadamente, apesar de haver a possibilidade de suas exportações sofrerem queda no decorrer do ano, o que poderá afetar negativamente as expectativas de crescimento de 1,7% para 2005.

A compreensão dessa conjuntura internacional perpassa, também, pela análise das questões relacionadas ao comércio internacional, principalmente no âmbito dos acordos bilaterais entre as principais economias capitalistas (China, EUA, Europa e Japão). Verificam-se nesse contexto negociações de acordos China-EUA e China-Europa, além de outros, com o

Gráfico 2
Déficit em conta corrente: Estados Unidos, 1995 - 2005*



Fonte: Bureau of economic analysis
*Projeção

objetivo de conter o *boom* de exportações têxteis chinesas para o mundo. Além dos acordos bilaterais que vêm sendo firmados, ocorreu na última semana na China um encontro da OMC para tratar de negociações atreladas à Rodada Doha. Contudo, tais negociações não obtiveram êxito, haja vista os impasses relativos ao setor agrícola. Isso ocorreu em virtude das linhas liberalizante dos países em desenvolvimento e a postura protecionista dos EUA, Europa e Japão para esse tipo de mercado. Enfim, no vai-e-vem das negociações, uma solução que priorize realmente a liberalização do mercado agrícola estadunidense e europeu para os produtos agrícolas dos países em desenvolvimento parece difícil de ser encontrada no horizonte das possibilidades existentes.

Nos mercados financeiros internacionais, observa-se uma crescente “fuga para qualidade” (*flight to quality*), o que significa uma queda da demanda de investidores internacionais por títulos com maiores riscos e melhores rendimentos

Nos mercados financeiros internacionais, observa-se uma crescente “fuga para qualidade” (*flight to quality*), o que significa uma queda da demanda de investidores internacionais por títulos com maiores riscos e melhores rendimentos. A própria política monetária do FED nos EUA tende a fomentar o investimento em títulos norte-americanos, tendo em vista o aumento de rentabilidade dos títulos considerados de risco zero. Tal fato tenderá a trazer repercussões negativas sobre os países periféricos, como o Brasil, no sentido de causar pressões altistas sobre as taxas de juros internas para aumentar o *diferencial de juros*, o qual serve, conjuntamente com as expectativas de variação cambial, como fonte de atração/repulsão de capitais de curto prazo. Tendo em vista o caráter estrutural dos problemas de vulnerabilidade externa da maioria dos países em desenvolvimento, uma queda na liquidez internacional tenderá a trazer consigo estrangulamentos ao processo de crescimento de tais economias. É necessário aguardar, entretanto, se a depreciação

do dólar nos últimos meses não causará efeitos inibidores acerca de uma maior atração dos investidores para os títulos americanos.

Um ponto a ser destacado na atual conjuntura internacional é a possibilidade de existência de uma “bolha” no mercado imobiliário em diversos países do mundo, o que poderia trazer uma onda de instabilidade mundial. Nos EUA, por exemplo, houve um crescimento de 11,5% na compra de imóveis novos no primeiro trimestre deste ano. Tal taxa é três vezes maior que a observada no último semestre de 2004. Muitos analistas relatam que os preços no mercado imobiliário perderam contato com a realidade, uma onda de especulação estaria atuando neste mercado e inflando os preços, o que denotaria a existência de uma “bolha especulativa” que, em caso de explosão, poderia detonar instabilidade e perdas significativas em âmbito internacional. Segundo *The Economist*, desde 1997 os preços no mercado imobiliário da Austrália, Grã-Bretanha e Espanha mais que dobraram. Na Irlanda, eles triplicaram no período em questão.

Quanto ao mercado internacional do petróleo, verifica-se uma forte pressão altista, haja vista a forte elevação dos seus preços nos últimos meses. Nas últimas semanas, em Nova Iorque, o petróleo do tipo West Texas Intermediate foi cotado a US\$ 60,00, alcançando seu ponto mais alto, pelo menos nas últimas duas décadas. Vale notar que a evolução de alta do preço está baseada num conjunto de fatores, dentre os quais está o descompasso entre oferta e demanda do produto provocado pelo aumento expressivo da demanda global pelo produto encabeçado pela China e EUA. Outros fatores também tiveram importância relevante no aumento do preço do petróleo no mercado mundial, destacando-se, além do processo especulativo e das tensões existentes no Oriente Médio, a aproximação ao limite da capacidade produtiva em muitos países. Segundo *The Economist*, o mundo está virtualmente sem capacidade ociosa e os picos no preço do pe-

Vale notar que a evolução de alta do preço está baseada num conjunto de fatores, dentre os quais está o descompasso entre oferta e demanda do produto

tróleo tendem a não ser temporários. Além do mais, mantidos os atuais preços internacionais do petróleo, os impactos deverão aparecer sobre a inflação mundial, o que poderá provocar uma quebra de tendência e levar o mundo a observar uma redução do crescimento econômico global.

Setor externo brasileiro

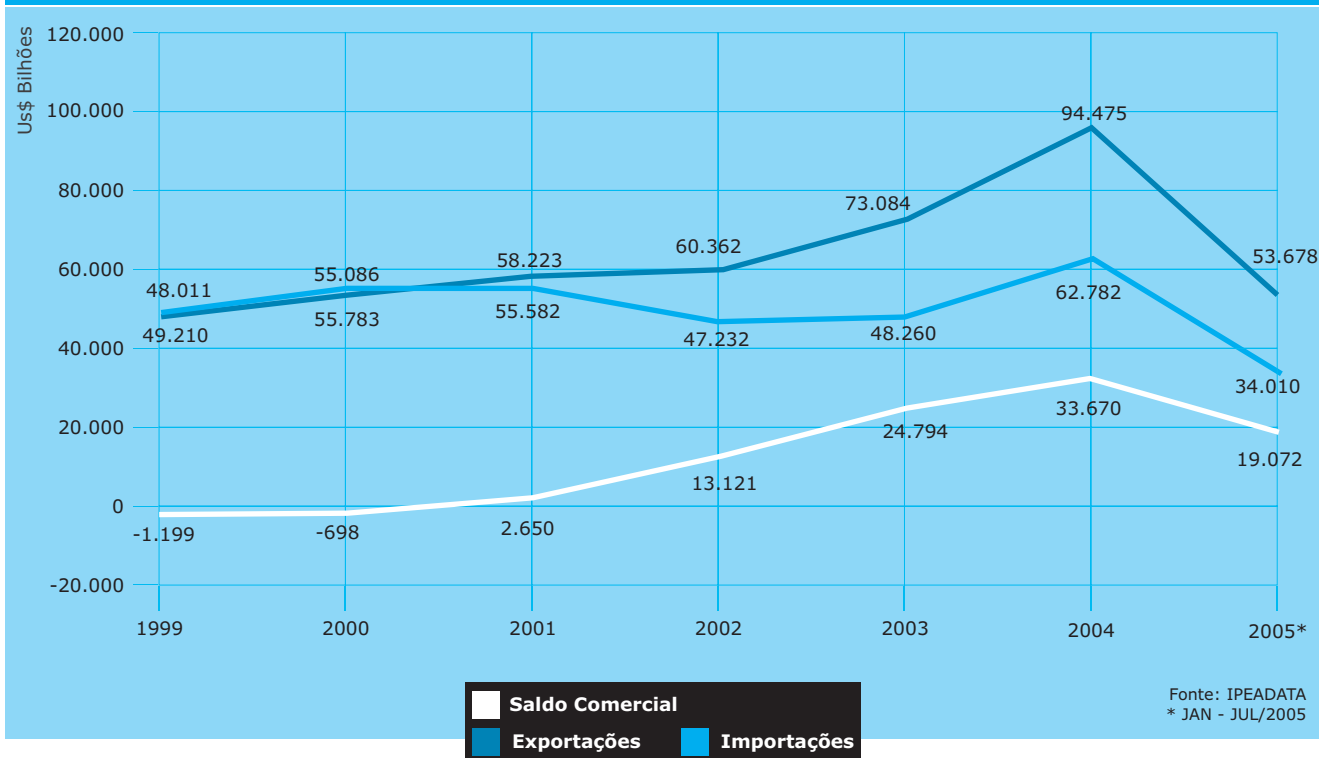
A balança comercial do primeiro semestre de 2005 evidencia resultados bastante significativos para a economia, em especial com os vigorosos valores das exportações que atingiram a marca de U\$ 53,678 bilhões, frente às importações – U\$ 34,010 bilhões –, chegou-se a um saldo comercial de U\$ 19,072 bilhões. Esses valores representam recordes históricos para o período. Na comparação com o primeiro semestre de 2004, as exportações em 2005 tiveram uma expansão de 23,9%, as importações de 20,2% e o saldo da balança comercial de 31,1%. Para melhor compreensão do comportamento recente da balança comercial é fundamental realizar uma breve análise das exportações brasileiras a partir de 1999 (ver Gráfico 3).

Entre 1994 e 1998, o Brasil conviveu com uma taxa de câmbio valorizada e a persistência de desequilíbrios da balança comercial. Após a crise cambial de 1999,

com o real sofrendo constantes desvalorizações, a trajetória das exportações passou a ter uma tendência ascendente. Em 1999, as exportações foram de U\$ 48,011 bilhões e em 2004 atingiram U\$ 94,475 bilhões, um crescimento de 100,9%. As importações apresentaram alguns momentos de declínio, em decorrência da própria desvalorização cambial e, concomitantemente, do baixo crescimento da economia em alguns anos. Todavia, em 1999 as importações foram de U\$ 49,210 bilhões e em 2004 de U\$ 62,782 bilhões, representando uma variação positiva de 27,6%. Mas o que chama a atenção é a evolução do saldo da balança comercial entre 1999 e 2004. Em 1999, foi registrado um déficit de U\$ 1,119 bilhão e em 2004 atingiu superávit de U\$ 33,670 bilhões. Esses números representam aumentos significativos da participação das exportações no PIB nesse período. Em 1999 essa participação foi de 8,9% e em 2004 já atinge 16,1% (MDIC, 2005).

Nesse mesmo período, os preços internacionais ajudaram no aumento das exportações, mas o que podemos observar é que o aumento do *quantum* tem predominado como fator explicativo das elevações das exportações. Entre 1999 e 2004, o índice *quantum* das exportações teve um crescimento de 82,2%, enquanto o índice preço teve variação positiva de 10,3%. As importações, após terem sofrido queda dois anos con-

Gráfico 3
Exportações, importações e balança comercial: Brasil, 1999 - 2005

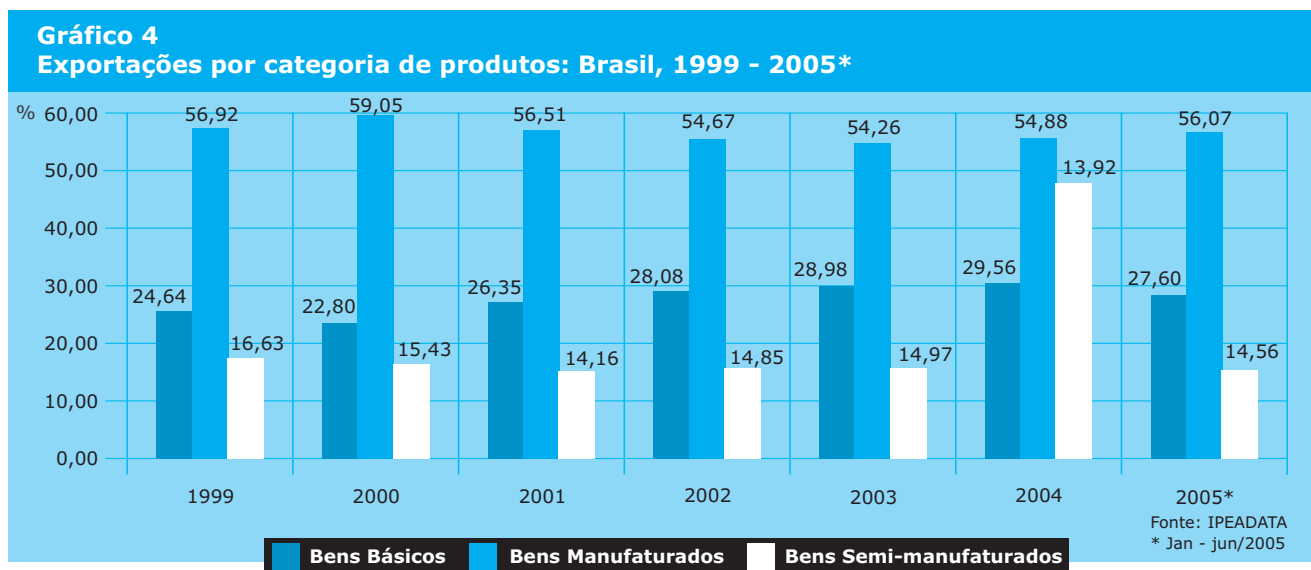


secutivos no *quantum* (2002 com 104,4 e 2003 com 100,5) por conta do baixo crescimento econômico do país, voltaram a crescer em 2004 (118,7, expansão de 18,1% em relação a 2003) e no primeiro semestre de 2005 está em 120,3 (MDIC, 2005).

Uma análise da evolução, por categoria de produtos, mostra que os manufaturados continuam na liderança, com uma participação percentual na pauta das exportações no primeiro semestre de 2005 de 56,07%, o que reflete toda a sua trajetória entre o período de 1999 (com taxa de participação de 56,92%) e o ano de 2004 (com participação de 54,9%), quando sofreu apenas pequenas variações. Mas é digno de nota o crescimento da participação dos produtos básicos, ao longo desse período, em detrimento da participação dos produtos semimanufaturados. Em 1999, os produtos básicos tiveram uma participação de 24,64% e em 2004 alcançaram 29,56%, representando um crescimento de 19,9%. Já os semimanufaturados apresentaram uma redução de 12,4% no mesmo período.

É possível observar uma forte participação de produtos básicos no conjunto dos principais produtos exportados, como minérios de ferro e seus concentrados, e a soja triturada sempre permanecendo entre os três primeiros. Vale ressaltar a ligeira elevação da participação dos automóveis de passageiros nos últimos anos na pauta. Diante do exposto na tabela, o estudo divulgado pelo IEDI (Instituto Econômico para Desenvolvimento Industrial) é bastante elucidativo ao constatar

que os setores de baixa e média-baixa intensidade tecnológica, os setores que tiveram declínio em sua participação (*market share*) no comércio mundial entre 1996 e 2001, os setores que nesse mesmo período tiveram crescimento negativo nas exportações mundiais e os setores de base agropecuária (produtos agropecuários e agroindústria), são os principais grupos que respondem pelo aumento do saldo comercial. Por outro lado, setores de alta e média-alta intensidade tecnológica, setores com aumento em sua participação (*market sha-*



Obviamente o cenário da economia mundial e a persistência da valorização do real frente ao dólar são elementos fundamentais para avaliar a tendência evolutiva das exportações brasileiras. Contudo, o levantamento mais detalhado dos principais produtos exportados também é primordial a fim de que se possa avaliar em que medida as exportações podem se manter consistentes nos próximos anos. A tabela abaixo evidencia os 19 principais produtos exportados nos anos de 1999, 2004 e no primeiro semestre de 2005. Os anos compreendidos entre 1999 e 2004 apresentaram basicamente a mesma estrutura da pauta.

re), setores de alto crescimento mundial no período 1999/2001, a indústria intensiva em P&D, assim como a indústria de base combustível/energia, contribuíram negativamente (IEDI, 2005, p. 2).

Um fato que tem chamado bastante atenção é a recente diversificação dos destinos das exportações dos produtos brasileiros. Os blocos mais tradicionais como o Nafta, a União Européia e o Mercosul têm sofrido reduções na participação como principais mercados de destino. A União Européia, que em 1999 tinha uma participação de 28,61%, caiu para 25,04% em 2004,

Tabela 1 Principais produtos exportados: Brasil**, 1999/2004/2005				%
Produtos	1999	2004	2005*	
Minérios de ferro e seus concentrados	5,72	4,93	5,49	
Soja mesmo triturada	3,32	5,59	3,93	
Automóveis de passageiros	2,37	3,47	3,75	
Carne e miúdos de frango congelados, frescos ou refrig.	1,82	2,59	2,68	
Óleos brutos de petróleo	-	2,62	2,59	
Produtos semimanufaturados de ferro ou aço	2,28	2,19	2,56	
Aparelhos transmissores ou receptores permanentes	-	-	2,54	
Farelo e resíduos da extração de óleo de soja	3,13	3,39	2,47	
Café cru em grão	4,64	1,81	2,42	
Aviões	3,69	3,39	2,37	
Partes e peças para veículos automóveis e tratores	2,56	2,03	2,18	
Produtos laminados planos de ferro ou aço	-	2,08	2,15	
Motores para veículos automóveis e suas partes	2,17	2,04	2,09	
Carne de bovino congelado, frescos ou refrigerados	-	2,03	2,08	
Açúcar de cana em bruto	2,42	-	1,9	
Calçados, suas partes e componentes	2,8	1,97	-	
Pastas químicas de madeira	2,59	1,78	-	
Suco de laranja congelado	2,57	-	-	
Fumo em folhas e desperdícios	1,84	-	-	

Fonte: MDIC/SECEX

* acumulado jan-maio/05

** Os espaços não preenchidos por valores são motivados pelo fato de que, nos respectivos anos, alguns produtos não estavam incluídos entre os 19 principais, sendo que, em outros, não mais permaneceram entre os mais relevantes.

representando uma redução de 12,5% (Tabela 2). Na mesma comparação, o Nafta teve uma pequena redução de 2,3% e vem sofrendo constantes variações em sua participação ao longo dos anos. Enquanto o Mercosul apresentou as maiores quedas no destino das exportações brasileiras, sendo em 2002 – período de forte crise econômica na Argentina, o mais expressivo parceiro do Brasil no Mercosul – o seu momento mais crítico, com participação deste mercado em apenas 5,48%, representando uma redução de 61,2% em relação a 1999 (Tabela 2). A partir de 2003, com a

economia da Argentina entrando em processo de recuperação, a participação do Mercosul como um dos principais mercados de destino voltou a crescer. Em contrapartida, às reduções da participação dos blocos mais tradicionais no destino das exportações vem ocorrendo o surgimento e a expansão de novos mercados para os produtos brasileiros. Basta perceber o crescimento da participação da Aladi, Ásia e da África que vêm aumentando suas respectivas participações. A participação da Aladi, na comparação de 1999 com 2004, alcançou uma expansão de 41,9%, enquanto a

Tabela 2 Participação dos principais blocos e regiões nas exportações: Brasil 1999-2005							%
Período	NAFTA	ALADI	ÁSIA**	MERCOSUL	UNIÃO EUROPÉIA	ÁFRICA***	
1999	25,53	7,88	11,94	14,12	28,61	2,78	
2000	28,06	9,38	11,48	14,04	26,84	2,44	
2001	28,53	10,07	11,94	10,93	25,53	3,42	
2002	30,61	10,86	14,56	5,48	25,52	3,91	
2003	27,93	9,92	15,98	7,76	25,26	3,91	
2004	26,11	11,18	15,10	9,24	25,04	4,40	
2005*	24,97	11,74	14,75	9,98	23,77	4,85	

Fonte: Ipeadata/Mdic/Aliceweb

* acumulado de jan-jun/05

** exclusive Oriente Médio

*** exclusive Oriente Médio

Ásia, no mesmo período, cresceu 25,5%. A taxa mais expressiva foi da África, com crescimento de 58,3% entre 1999 e 2004 (Tabela 2). Entretanto, é importante observar que, mesmo com essa expansão, a participação da África é muita pequena no total do destino das exportações brasileiras. Vale ressaltar que a configuração desse quadro dos destinos das exportações vem se mantendo no primeiro semestre de 2005.

Dentre os principais países de destino das exportações, os Estados Unidos ocupam o primeiro lugar, mas é importante ressaltar que sua participação tem se alterado. Em 2001 ela era de 20,3%, mas em 2003 e 2004 ficaram em 19,1% e 17,3%, respectivamente. Já no primeiro semestre de 2005 se elevou para 20,8%. A Argentina ocupava a segunda posição como principal país de destino, tendo uma participação de 9,3% em 1999, mas com fortes reduções a partir de 2001, chegando a um patamar de 3,2%. Após 2001, com o início da reversão da crise Argentina, ocorreu uma recuperação no primeiro semestre de 2005 e sua participação alcançou 8,3%. O terceiro lugar vem sendo ocupado pela China desde 2002, quando este país ultrapassou a Holanda. Em 2004 a China teve uma participação de 5,6%, representando uma queda em relação a 2003, que era de 6,2%. No primeiro semestre deste ano sua participação é de 4,8%. Vale ressaltar que, em 2002 e 2003, a China ocupava a segunda posição no *ranking* dos principais destinos das exportações.

O atual comportamento das exportações, apresentando excelentes resultados, mesmo com o câmbio passando por um processo de constantes valorizações desde o final do ano de 2004, encontra diversas explicações. Uma hipótese que muitos economistas têm defendido é a diversificação dos destinos das exportações. Isso tem propiciado uma relativa flexibilidade no comportamento das exportações frente a condições adversas. Além do mais, essa explicação vem acompanhada de um outro argumento, que é o ganho de competitividade e produtividade que as empresas residentes no país vêm apresentando, de modo que, hoje, elas estão mais aptas a concorrer no mercado internacional e a ganhar mais espaço, proporcionando, portanto, a sustentação do vigor das exportações.

Outra corrente de economistas argumenta sobre a questão da persistência dos contratos que têm caráter de longo prazo. Aliado a este fato, existe a hipótese de que as exportações vão começar a sentir o

impacto da valorização do câmbio a partir do segundo semestre de 2005, de modo que a tendência das exportações é começar a ter um ritmo menos vigoroso. Segundo Júlio Gomes de Almeida, diretor do IEDI, já há sinais de que as exportações vão desacelerar a partir do terceiro trimestre por conta da persistência da valorização cambial (CARDOSO, 2005). É importante ressaltar que a valorização do câmbio, apesar de desfavorecer as exportações, incentiva, por outro lado, as importações através do barateamento de insumos advindos dos mercados internacionais.

Dois pontos que devem ser levados em consideração, nessa discussão sobre o papel das exportações brasileiras na economia, são identificar na pauta das exportações, que o Brasil é exportador de bens de baixa e média intensidade tecnológica com baixo valor agregado e, concomitantemente, é um país importador de bens de alta e média intensidade tecnológica. Mais ainda, o país é forte vendedor de bens de consumo com baixo dinamismo no comércio exterior e importante importador de bens de alto crescimento nas transações internacionais. Desse modo, é de fundamental importância que haja uma política econômica ativa que favoreça o investimento em tecnologia e o setor industrial, para que haja mudanças na pauta das exportações, no sentido de lhe conferir uma maior consistência de produtos que agregam maior valor. O segundo ponto a ser levado em consideração é que, mesmo com a trajetória de expansão das exportações a partir de 1999, a participação do Brasil nas exportações mundiais ainda é muito insignificante. Em 1995 a participação do país era de 0,95%, chegando em 1998 e 2000 a se reduzir para 0,86% e 0,88%, respectivamente. Em 2003 ela se elevou para 1,0% e em 2004 para 1,11%. Portanto, é essencial que o país busque ampliar sua participação nas exportações mundiais com o apoio de uma política industrial, tecnológica e de comércio exterior.

Referências

- CARDOSO, Cíntia. Junho tem maior saldo comercial da história. *Folha de São Paulo*, folha Dinheiro, p. B1, 2 jul. 2005.
- ECONOMIST, The. *The world in 2005*. Londres, mar. 2005.
- FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real*. São Paulo: Boitempo, 2000.

GONÇALVES, A. C. Porto. Qual o câmbio ideal? Revista Conjuntura Econômica, Fundação Getúlio Vargas. V.58, n.06, jun. 2004.

IEDI. O comércio exterior brasileiro em 2004. Disponível em: <www.iedi.org.br> Acesso em: 15 jul. 2005.

IPEADATA. Dados Macroeconômicos. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br> Acesso em: 10 jul. 2005.

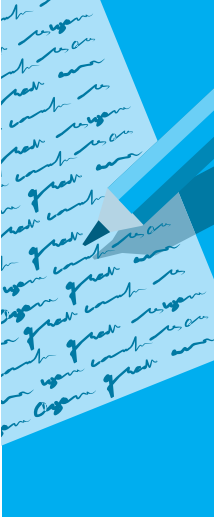
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC). Indicadores e Estatísticas do Comércio Exterior. Disponível em: <www.mdic.gov.br/sitio/secex> Acesso em: 10 jul. 2005.

PRATES, Daniela Magalhães. Determinantes do saldo comercial. Política econômica em foco, n.1. Disponível em: <www.eco.unicamp.br> Acesso em: 09 jul. 2005. ■

ESPAÇO RESERVADO

Você também pode aparecer nestas páginas. Envie um artigo para o conselho editorial da C&P e mostre o que você tem a dizer sobre a conjuntura e o planejamento na Bahia e no Brasil.

Informações: www.sei.ba.gov.br



O funcionamento do mercado de trabalho metropolitano no período 1997–2004: duração do desemprego na Região Metropolitana de Salvador¹

Thaiz Silveira Braga*

Leorminio Moreira Bispo Filho**

Breve síntese da evolução da economia baiana

Para se compreender a dinâmica do mercado de trabalho, faz-se necessário acompanhar os movimentos tanto da demanda por mão-de-obra, determinada pelas organizações, quanto da sua oferta, exercida por uma parcela da população. Entretanto, convém lembrar que o desempenho do mercado de trabalho, principalmente da demanda por força de trabalho, depende do comportamento do nível de atividade econômica. Dessa forma, o estudo do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador (RMS) não pode ser realizado sem um detalhamento do comportamento da economia baiana.

Fazendo um breve retrospecto da configuração da estrutura produtiva do Estado, a economia baiana, que se caracterizava por ser predominantemente agropecuária nos anos 1950, baseada na cana-de-açúcar e no cacau, a partir de meados da década de 1960 passa a figurar no cenário nacional como produtora de bens intermediários. Aqui, em confluência com o projeto nacional-desenvolvimentista, a expansão econômica estava baseada nos esforços de internalização de novos segmentos produtivos.

Depois da descoberta de petróleo em solo baiano, a instalação da Refinaria Landulfo Alves (RLAM) significou o início de um gradativo processo de industrialização que traria substanciais mudanças na estrutura produtiva regional. Na década de 1960, deu-se continuidade ao processo de industrialização com a implantação do Centro Industrial de Aratu (CIA). Em finais dos anos 1970, a construção do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC) consolida a concentração espacial da industrialização na Região Metropolitana de Salvador e no ramo produtor de

bens intermediários. A ampliação da industrialização exerceu um impacto profundo na economia baiana, dinamizando-a e fazendo-se acompanhar de uma expansão das atividades de serviços e comércio. Assim, nos anos 1980 o que se observa é a consolidação da participação da indústria na economia baiana. Em resumo, são notados dois pontos fundamentais: em primeiro lugar, que o local de concentração desses investimentos foi a Região Metropolitana de Salvador; em segundo, que o investimento realizado nesse período foi focado, de forma predominante, em atividades industriais poupadoras de mão-de-obra e com baixo grau de relações intersetoriais (BRAGA, 2003).

Na primeira metade da década de 1990, após a violenta contração da demanda agregada, provocada pelo plano de estabilização econômica, aliada à abertura da economia que atinge fortemente os setores de produtos intermediários, a economia baiana vivencia

A estratégia adotada pelo governo, conjugando violento aperto monetário com a abertura para as importações e reconversão industrial, tem impacto imediato no nível da atividade econômica.

¹ Este artigo tem como base o estudo: À guisa de periodização, o desemprego metropolitano recente – 1996 a 2002 (RODARTE; BRAGA; e QUEIROZ, 2004) apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais.

* Mestre em Economia pela Unicamp e Coordenadora da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador pelo DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.

** Mestre em Economia pela UFBA e Técnico da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador.

a queda dos níveis de produção, de consumo e do emprego. A estratégia adotada pelo governo, conjugando violento aperto monetário com a abertura para as importações e reconversão industrial, tem impacto imediato no nível da atividade econômica.

Esta tendência de declínio da produção é amenizada a partir dos efeitos da estabilização proporcionados pelo Plano Real sobre o nível de investimentos na economia brasileira e a estratégia estadual de atração de novas empresas. Nos últimos anos da década de 1990 os esforços de desconcentração espacial do desenvolvimento estadual, além da tentativa de verticalização industrial com adensamento das cadeias produtivas e fortalecimento das relações intersetoriais, resultam na expansão da atividade produtiva.

A análise da economia baiana mostra que nos anos 1990, quando comparada com a economia brasileira, esta apresenta um crescimento anual maior que a média do país (com exceção dos anos de 1994 e 1995), e que, a partir de 2000, apresenta uma surpreendente recuperação econômica, especialmente em 2004, quando cresceu 9,9% (Gráfico 1). Embora um dos maiores problemas a serem enfrentados continue a ser o predomínio de taxas de desemprego em patamares elevados, como será explicitado adiante.

No que se refere à estrutura do PIB baiano em quatro diferentes períodos: 1999, 2000, 2002 e 2003, verifica-se que a indústria de transformação tem aumentado a sua participação nos dois últimos anos, chegando a 32,3%, e que esteve em 23,7% em 1999 (Tabela 1).

Gráfico 1
Taxas de crescimento do Produto Interno Bruto: Brasil e Bahia, 1994-2004

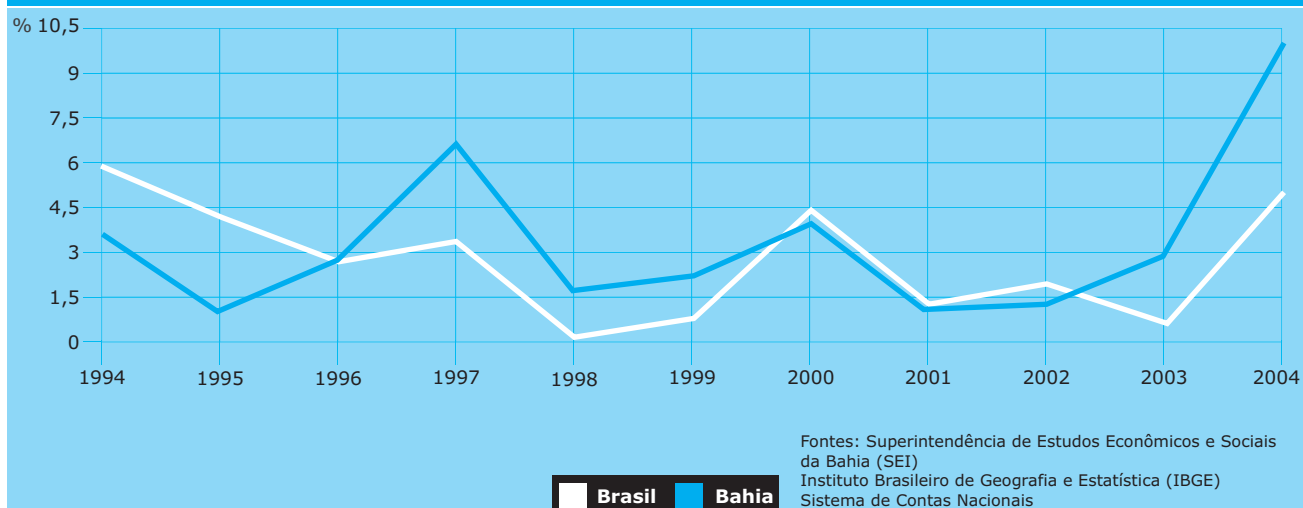


Tabela 1
Estrutura do Produto Interno Bruto (PIB)
Bahia: 1999, 2000, 2002 e 2003

Estrutura do PIB	Anos			
	1999	2000	2002	2003*
Agropecuária	9,4	10,7	12,8	11,5
Indústria Extrativa Mineral	1,4	1,4	2,9	3,1
Indústria Transformação	23,7	25,6	27,9	32,3
Serviços Industriais De Util. Pública	3,7	3,6	3,3	3,5
Construção Civil	10,8	10,5	8,1	7,1
Alojamento E Alimentação	2,1	2,2	1,7	1,6
Comércio	8,5	8,5	6,9	6,3
Transporte e Armazenagem	2,2	1,8	1,8	1,9
Comunicações	3,3	2,2	2,3	2,3
Administração Pública	13,1	14,2	13,8	13,3
Outros	21,8	19,8	18,5	17,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI)

* Dados sujeitos a correção

Outras regiões do estado têm atraído investimentos e, certamente, contribuído para o bom desempenho do PIB nos últimos períodos

Adicionalmente, é observado o crescimento da participação do setor agropecuário, que passa de 9,4% em 1999 para 11,5% em 2003. Entretanto, nota-se que setores menos poupadores de mão-de-obra, como construção civil e comércio, têm sua participação reduzida no mesmo período.

O quadro apresentado pode ser resultado de uma série de investimentos efetivados com o intuito de promover a diversificação da economia baiana, reforçando a produção de bens duráveis de consumo sem reforçar, tanto quanto antes, a produção de bens industriais intermediários. Bons exemplos disso são a implantação do Complexo Ford em Camaçari, e o Complexo de Sauípe. Por outro lado, outras regiões do estado têm atraído investimentos e, certamente, contribuído para o bom desempenho do PIB nos últimos períodos, como, por exemplo: fábrica de celulose no Sul da Bahia (Mucuri), o Pólo de Informática de Ilhéus, o complexo calçadista em Itapetinga, e também o desenvolvimento agropecuário do Oeste baiano. Todos esses empreendimentos são frutos de investimentos realizados muito recentemente, o que indica a capacidade para gerar resultados positivos nos próximos anos. Apesar desse evidente processo de desconcentração e diversificação, isso não significa que a Região Metropolitana de Salvador tenha

perdido sua importância na economia baiana, mas que a Bahia conta com outras localidades capazes de contribuir na geração das riquezas.

Destaca-se, no entanto, que, apesar dos movimentos de diversificação da base produtiva da economia baiana, estes investimentos não foram suficientes para debelar o processo de precarização do mercado de trabalho regional a partir da década de 1990.

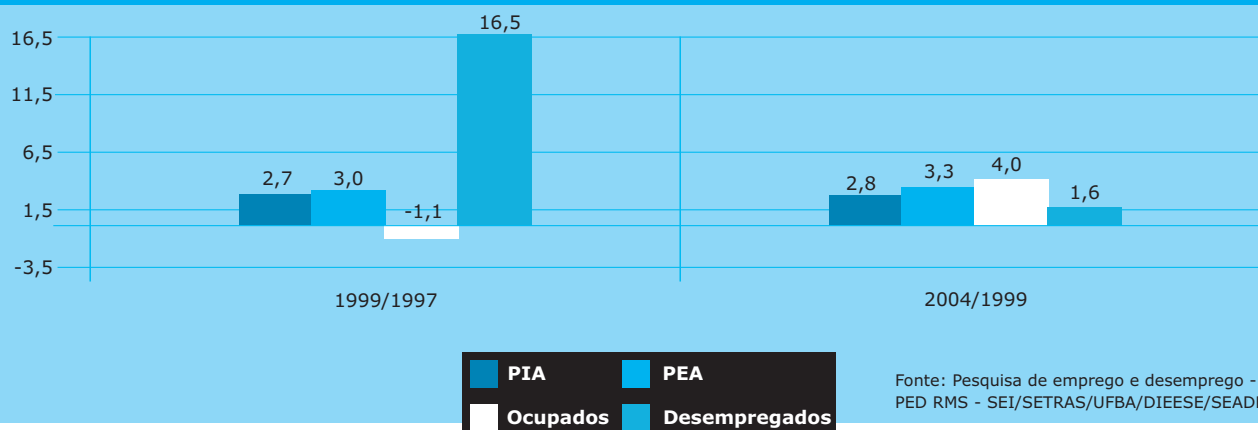
Tendências recentes do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador

Uma vez que já apontadas as características mais gerais da economia baiana, do ponto de vista do mercado de trabalho, o que se percebe é que o crescimento das taxas de desemprego e a crescente deterioração das condições de inserção passam a figurar como as principais características da evolução da PEA nos anos 1990, apesar do crescimento do PIB, especialmente nos últimos anos da década. Os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)² para a Região Metropolitana de Salvador mostram o agravamento da situação do mercado de trabalho metropolitano, determinado pela baixa capacidade da atividade produtiva em gerar postos de trabalho e aumento vertiginoso das taxas de desemprego.

² A PED na Região Metropolitana de Salvador é realizada a partir de um convênio entre o Governo do Estado da Bahia, através da SEI (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia), órgão da Secretaria de Planejamento (SEPLAN), Secretaria do Trabalho e Ação Social (SETRAS), em parceria com o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE/SP) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Gráfico 2

Variação média anual da PIA, PEA e ocupados e desempregados: RMS, 1997 - 2004



Conforme evolução ocupacional, na Grande Salvador, o crescimento do contingente de ocupados foi negativo (1,1% a.a.), entre 1997 e 1999³, enquanto a parcela da população de 10 anos e mais, apta para a inserção na estrutura produtiva – População em Idade Ativa (PIA), obteve incremento de 2,7% a.a. Associado ao desempenho negativo do ritmo de crescimento das ocupações, observou-se o incremento da força de trabalho (PEA), em 3,0% a.a., resultando na rápida formação do estoque de desempregados, que apresentou evolução de 16,5% a.a.

A evolução desfavorável do desemprego total é agravada pela generalização deste, que passou a atingir os mais diversos segmentos da força de trabalho metropolitana, ampliando a heterogeneidade da população desempregada, além do surgimento de uma variedade de situações que intermedeiam a ocupação, o desemprego e a inatividade.

Apesar de indivíduos com atributos pessoais específicos (mulheres, negros, jovens e pessoas menos escolarizadas) serem mais vulneráveis ao desemprego, no final dos anos 1990, o crescimento do número de desempregados está relacionado em grande medida à perda de oportunidades ocupacionais registrada para homens, chefes de família e indivíduos mais escolarizados (Tabela 1, Anexo). Estes resultados sugerem um grave problema social, configurado na queda das oportunidades de ocupação daqueles que, em geral, são responsáveis pela manutenção da maior parte da renda familiar.

O período posterior vem determinar a ruptura da tendência apresentada nos anos 1990, quando foi verificado o crescimento do número de ocupações no mercado de trabalho metropolitano (4,0% a.a.), acima daquele registrado para a PEA (3,3%). Este comportamento resulta na diminuição do ritmo de crescimento do contingente de desempregados (1,6% a.a.). Neste contexto, deve-se ressaltar que mesmo em momentos de recuperação da atividade econômica, como aquele vivenciado a partir de 2000, o nível de desemprego mantém-se em um patamar muito elevado (25,5% da PEA, em 2004), apresentando situações bastante diversas, como será verificado adiante.

Em relação aos setores de atividade econômica (Tabela 3), um importante movimento que afetou a composição dos ocupados, na segunda metade da década de 1990, relaciona-se ao decréscimo dos ocupados na indústria (1,6%), além do setor de serviços (1,1%). Em contrapartida, há expansão de postos de trabalho na construção civil (3,1%) que, no entanto, não compensou a queima de postos de trabalho nos demais setores.

A partir de 2000 a aceleração do crescimento das ocupações é decorrente da retomada da capacidade de geração de postos de trabalho de setores que

³ Neste estudo, a opção pela análise comparativa entre os períodos – 1997–1999 e 2000–2004 – se dá em função da disponibilidade de dados anuais da PED para a Região Metropolitana de Salvador.

Tabela 2
Estimativas médias da População em Idade Ativa (PEA), População Economicamente Ativa (PIA) e inativos, taxas de desemprego e participação
Região Metropolitana de Salvador, 1997-2004

Indicadores Selecionados	Anos				Variação anual média			
	1997	1999	2002	2004	99/97	02/99	04/02	04/99
Em mil pessoas								
PIA	2.260	2.385	2.589	2.734	2,7	2,8	2,8	2,8
PEA	1.354	1.436	1.611	1.692	3,0	3,9	2,5	3,3
Ocupados	1.061	1.038	1.171	1.261	-1,1	4,1	3,8	4,0
Desempregados	293	398	440	431	16,5	3,4	-1,0	1,6
Inativos	906	949	978	1.042	2,3	1,0	3,2	1,9
Em %								
Taxa de participação	59,9	60,2	62,2	61,9	0,3	1,1	-0,2	0,6
Taxa de desemprego total	21,6	27,7	27,3	25,5	13,2	-0,5	-3,4	-1,6
Aberto	12,4	15,6	16,3	14,9	12,2	1,5	-4,4	-0,9
Oculto	9,2	12,1	11,0	10,6	14,7	-3,1	-1,8	-2,6
Pelo Trabalho Precário	6,0	8,4	7,8	7,6	18,3	-2,4	-1,3	-2,0
Pelo Desalento	3,2	3,7	3,2	3,0	7,5	-4,7	-3,2	-4,1

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego PED RMS/SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Tabela 3
Composição dos ocupados, segundo setores e subsetores de atividade
Região Metropolitana de Salvador, 1997-2004

Especificações	Em %				Variação anual média (em %)			
	1997	1999	2002	2004	99/97	02/99	04/02	04/99
Ocupados	100,0	100,0	100,0	100,0	-1,1	4,1	3,8	4,0
Indústria	8,3	8,2	8,4	8,6	-1,7	4,9	5,0	4,9
Moderna	3,7	3,3	3,6	4,1	-6,6	7,3	11,3	8,9
Tradicional	4,6	4,9	4,8	4,5	2,0	3,2	0,9	2,2
Construção civil	3,0	3,3	3,5	3,0	3,1	6,4	-3,7	2,2
Serviços	86,7	86,9	87,2	87,2	-1,0	4,2	3,8	4,0
Produtivos	10,6	11,0	11,6	11,3	0,9	6,1	2,2	4,5
Distributivos	23,1	21,3	21,6	22,3	-5,0	4,6	5,4	4,9
Sociais	20,7	22,0	21,7	22,4	1,8	3,7	5,4	4,3
Pessoais	20,7	21,0	20,7	20,3	-0,5	3,5	2,9	3,3
Reformas e reparação	9,7	9,6	9,3	8,7	-1,5	2,9	0,5	1,9
Outros serviços	1,9	2,0	2,3	2,2	2,5	8,7	1,8	5,9
Outros Setores	1,9	1,6	0,9	1,2	-7,8	-13,5	16,8	-2,5
Sem informação	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego PED RMS/SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Nota: a agregação dos subsetores apresenta a seguinte composição: indústria moderna: metal-mecânica, química, farmacêutica e plásticos; indústria tradicional: têxtil, vestuário, calçados e artefatos de tecido, alimentação, gráficas e editoras, indústria extrativa mineral, outras indústrias; serviços produtivos: creditícios e financeiros, comunicações, especializados, auxiliares, comércio e administração de valores imobiliários e de imóveis; serviços distributivos: transporte e armazenagem, comércio varejista e atacadista; serviços sociais: administração pública, forças armadas e polícia; educação; saúde; diversões, radiodifusão e teledifusão; utilidade pública; comunitários; serviços pessoais: pessoais; alimentação e doméstico; reformas e reparação: reformas e reparações de edificações; oficinas de reparação mecânica; outros serviços de reparação, serviços de limpeza e vigilância.

(1) não significativo

cresciam mais lentamente na fase anterior, ou mesmo que estavam retraindo, como o setor industrial (4,9% a.a.), com destaque para a indústria moderna (8,9% a.a.), e o setor de serviços (4,0% a.a.), em especial nos seus subsetores: distributivos (4,9% a.a.) e produtivos (4,5 a.a.).

Nesse novo ambiente macroeconômico, apesar da queda da taxa de desemprego, ainda persiste a manutenção de altos índices de desemprego para os diversos segmentos populacionais. Entretanto, a nova configuração do desemprego se dá a partir da elevação do tempo médio de procura de trabalho⁴ (Gráfico 3). O tempo médio de procura de trabalho, que expressa a duração média da permanência do indivíduo na condição de desempregado dada pela dificuldade de encontrar trabalho, mostra uma tendência de aumento nos últimos anos, com conseqüente redução da probabilidade de recolocação no mercado de trabalho. Nesse contexto, o comportamento deste indicador sugere que mesmo em períodos de recuperação da atividade econômica o desemprego vem se tornar crônico para determinados grupos populacionais, identificados a partir de suas características pessoais (sexo, idade, cor, posição na família, nível de instrução e experiência anterior de trabalho) ou da-

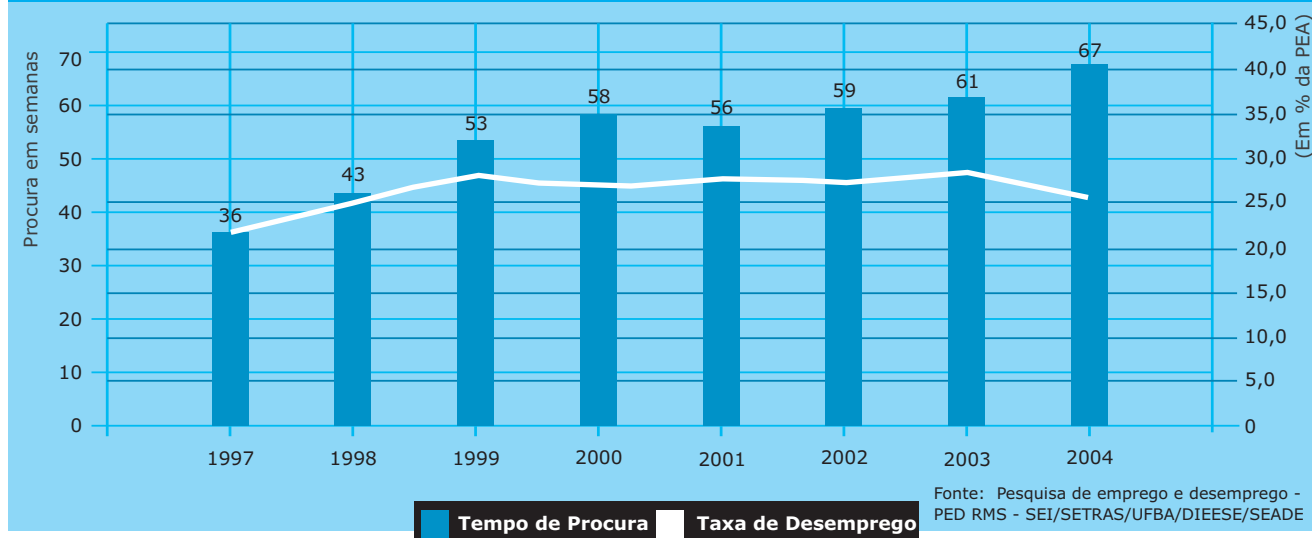
quelas concernentes ao último posto de trabalho ocupado (setor de atividade, posição na ocupação, tipo de ocupação exercida)⁵.

Na análise dos dados da PED para a Região Metropolitana de Salvador observou-se que o tempo médio total de procura de trabalho sobe de 36 semanas (9 meses) em 1997, para 67 semanas (1 ano e 7 meses) em 2004. Em outras palavras, quando comparado com o último período da década de 1990, período marcado pela deterioração crescente das condições

⁴ Conforme a literatura especializada, a medida de tempo de procura de trabalho é incompleta, uma vez que na análise do tempo de procura de trabalho sabe-se qual foi o início da condição de desemprego, declarada no dia da entrevista, mas não quando ela será extinta. Na literatura especializada, este indicador é tratado como medida incompleta do tempo de procura de trabalho. Para maior aprofundamento ver: PENIDO; MACHADO, 2002; MENEZES; DEDECCA, 2004; MALBOUÏSSON, MENEZES, 2004.

⁵ O comportamento do tempo de procura também está relacionado, como já exposto por diversos autores, com as condições de flutuação da economia. Nos períodos de recuperação econômica o número de novos entrantes no desemprego diminui, resultando em um estoque de desempregados composto por pessoas que já se encontram há mais tempo desempregadas e que persistem na situação de desemprego por algum tempo independente da mudança das condições de funcionamento da economia, aumentando o tempo de procura. Em contrapartida, o estoque de desempregados é afetado pelo grande fluxo de entrada no desemprego em períodos de recessão, o que acaba puxando a média de tempo de procura para baixo, já que os novos desempregados têm médias de procura de trabalho pequenas (PENIDO; MACHADO, 2002; MENEZES; DEDECCA, 2004; MALBOUÏSSON, MENEZES, 2004).

Gráfico 3
Taxa de desemprego total e média de tempo de procura de trabalho dos desempregados:
RMS, 1997 - 2004



de inserção no mercado de trabalho, há um incremento de 28 semanas no tempo médio de procura de trabalho para os desempregados na Grande Salvador. Ou seja, os desempregados estão demorando mais para encontrar uma ocupação, mesmo em uma situação de expansão da ocupação.

Dessa forma, a crescente marginalização de parte da PEA do mercado de trabalho metropolitano deve ser apontada como uma das principais consequências da crise econômica e social das duas últimas décadas, uma vez que, conforme diversos estudos, à medida que aumenta o tempo de procura de trabalho por parte dos desempregados diminui a possibilidade de inserção destes indivíduos em atividades similares àquelas ocupadas na sua última experiência profissional, ao mesmo tempo em que diminui a possibilidade de encontrar uma nova vaga, em função do preconceito de que são vítimas os desempregados submetidos a tempo de procura superior a um ano (MENEZZES, DEDECCA, 2004).

Considerando a possibilidade de inserção no mercado de trabalho segundo atributos específicos, na RMS percebe-se claramente a heterogeneidade entre as durações médias da procura de trabalho de acordo com as características produtivas e pessoais, consubstanciadas em diferentes trajetórias por parte dos desempregados. É interessante observar que a duração média do tempo de procura é mais elevada para os negros que para os brancos, e também para os indivíduos com baixa escolarização, quando comparados com aqueles com maior nível educacional

(Tabela 2, Anexo). Uma das explicações para este cenário é a de que características pessoais (sexo, idade, escolaridade, qualificação, experiência, dentre outras) associadas aos processos discriminatórios, estão estendendo por mais tempo a experiência de desemprego. Embora os negros e indivíduos com menor nível de escolaridade, freqüentemente, apresentem maior concentração em atividades precárias, o que provavelmente levaria a um maior sucesso na busca por uma ocupação, estes indivíduos estão enfrentando maiores dificuldades de inserção no período recente. Diante do acirramento da competitividade entre as empresas, o problema da duração do desemprego parece ser alimentado pela retração da demanda de trabalhadores, o que faz com que o aumento das exigências quanto

Pôde-se observar uma maior dificuldade de reinserção de segmentos da PEA que em períodos precedentes tinham desemprego de menor duração

a escolaridade e qualificação se torne um elemento fundamental para a seleção para o emprego.

Esta afirmação é corroborada pela evolução do tempo de procura dos desempregados. Pôde-se observar uma maior dificuldade de reinserção de segmentos

da PEA que em períodos precedentes tinham desemprego de menor duração. Essa transformação é mais clara observando os desempregados segundo a cor e os níveis de instrução. Embora o menor tempo de procura, nos anos iniciais (1997), fosse relacionado aos negros e aos segmentos de menor escolaridade, a ampliação do tempo de desemprego incidiu exatamente nesses segmentos, refletindo o processo de marginalização dessa parcela da população.

Em resumo, observa-se uma modificação na trajetória dos desempregados negros e indivíduos com menor nível de escolaridade, representada pela modificação da tendência de duração do tempo de procura de trabalho, o que põe em evidência as dificuldades encontradas por estes indivíduos para sair da condição de desemprego, apesar da evolução negativa da taxa de desemprego no último período.

Finalmente, na Região Metropolitana de Salvador, segundo as características do último posto de trabalho dos indivíduos desempregados, destaca-se o maior tempo de procura de trabalho para aqueles provenientes dos setores menos estruturados: indústria tradicional, construção civil e setor de serviços, nos subsetores de reforma e reparação, e serviços sociais (educação e saúde). Esses resultados evidenciam que entre os desempregados com maior tempo de procura de trabalho predomina as relações mais precárias na última experiência de trabalho, verificadas a partir de setores de atividade onde se destacam frequentemente as relações informais de trabalho, com a presença marcante de ocupações pouco qualificadas e atividades precárias. Embora os desempregados originários desses setores e subsetores tivessem, no início do período de análise, um tempo de procura menor, a sua expansão vem demonstrar a maior dificuldade de ocupação dos segmentos mais fragilizados da força de trabalho.

Conclusões

Percebeu-se que o desempenho positivo da economia é um fator crucial para a melhora do mercado de trabalho, sendo importante a aplicação de investimentos que diversifiquem a base produtiva e distribua, de forma mais espaçada, as oportunidades ocupacionais. Entretanto, um olhar mais atento a fatores internos do mercado de trabalho mostra que, apesar de o desemprego manter-se relativamente estável, ou mesmo reduzindo nos anos posteriores a 1999, o

tempo de procura manteve trajetória de crescimento. Este comportamento do mercado de trabalho regional deixa clara a necessidade de políticas públicas específicas para determinados segmentos marginalizados da força de trabalho, que mesmo em períodos de recuperação da atividade econômica estão alijados da atividade produtiva.

Referências

BRAGA, Thaiz S. *Estrutura e dinâmica da ocupação informal na Região Metropolitana de Salvador: uma análise dos anos 90*. 2003. 140 f. Dissertação. IE/Universidade de Campinas, São Paulo, 2003.

MENEZES, Wilson, F.; DEDECCA, Cláudio S. Duração do desemprego: uma avaliação das Regiões Metropolitanas de Salvador e São Paulo. In: ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA, 9., 2004. Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: ANPEC - Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia, 2004.

DIEESE/SEADE/SEI/SETRAS/UFBA. *Boletim da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador – PED/RMS: resultados dos anos de 1997-2004*. Salvador: 2005.

MALBOUISSON, Cláudia; MENEZES, Wilson F. Duração do desemprego na Região Metropolitana de Salvador: mensuração e análise. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 32., 2004. João Pessoa. *Anais eletrônicos...* Paraíba: ANPEC - Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia, 2004. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A101.pdf>>.

PENIDO, Mariângela; MACHADO, Ana Flávia. *Desemprego: evidências da duração no Brasil Metropolitano*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2002. 25 p. (Texto para discussão, n. 176).

RODARTE, Mario Marcos Sampaio; BRAGA, Thaiz Silveira; QUEIROZ, Eliza Antonia de. À guisa de periodização, o desemprego metropolitano recente - 1996 a 2002. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14, 2004, Caxambu. *Anais eletrônicos...* Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2004. Disponível em: (http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_669.pdf). ■

Anexos

Tabela 1A
Taxas de desemprego segundo atributos pessoais
Região Metropolitana de Salvador, 1997-2004

Taxa de desemprego total	Anos				Variação anual média (em %)	
	1997	1999	2002	2004	99/97	04/99
Total	21,6	27,7	27,3	25,5	13,2	-1,6
Sexo						
Homens	20,1	25,8	24,9	23,2	13,3	-2,1
Mulheres	23,3	29,9	29,9	28,0	13,3	-1,3
Cor						
Negra	22,7	29,1	28,6	26,9	13,2	-1,6
Não-negra	17,0	21,2	19,3	18,4	11,7	-2,8
Posição no Domicílio						
Chefe	13,0	17,9	16,4	15,7	17,3	-2,6
Demais	27,1	33,9	34,3	31,8	11,8	-1,3
Cônjuge	19,9	26,4	25,8	23,7	15,2	-2,1
Filho	34,0	40,7	41,1	38,1	9,4	-1,3
Outros	21,2	27,5	29,7	28,2	13,9	0,5
Faixa Etária						
De 10 a 14 Anos	31,6	41,3	43,5	(1)	14,3	-
De 15 a 17 Anos	43,1	53,5	56,2	50,6	11,4	-1,1
De 18 a 24 Anos	32,7	41,4	43,4	41,8	12,5	0,2
De 25 a 39 Anos	18,2	24,2	23,8	22,6	15,3	-1,4
De 40 Anos e mais	11,8	15,8	15,2	14,1	15,7	-2,3
Nível de Instrução						
Analfabeto	18,1	24,1	24,5	21,5	15,4	-2,3
Ensino Fundamental Incompleto	25,5	32,6	32,0	28,2	13,1	-2,9
Ens.Fund.Comp.+Ens. Médio Incompleto	27,3	35,7	35,0	34,3	14,4	-0,8
Ens.Médio Comp.+Ens.Superior Incompleto	17,3	22,4	23,9	24,1	13,8	1,5
Superior Completo	6,6	7,9	6,9	7,2	9,4	-1,8
Experiência anterior de trabalho (composição da taxa de desemprego)						
Com Experiência	16,9	22,3	21,9	20,3	14,9	-1,9
Sem Experiência	4,7	5,4	5,4	5,2	7,2	-0,8

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Tabela 2A
Média de tempo de procura de trabalho dos desempregados por atributos pessoais
Região Metropolitana de Salvador, 1997-2004

Em semanas

Taxa de procura	Anos				Variação anual média (em %)	
	1997	1999	2002	2004	99/97	04/99
Total	36	53	59	67	21,3	4,8
Sexo						
Homens	34	51	57	65	22,5	5,0
Mulheres	37	55	62	69	21,9	4,6
Cor						
Negra	36	54	60	68	22,5	4,7
Não-negra	38	51	54	60	15,8	3,3
Posição no Domicílio						
Chefe	43	62	68	79	20,1	5,0
Demais	34	50	57	63	21,3	4,7
Cônjuge	43	63	72	76	21,0	3,8
Filho	32	47	53	60	21,2	5,0
Outros	30	46	50	59	23,8	5,1
Faixa Etária						
De 10 a 14 Anos	14	17	25	(1)	10,2	-
De 15 a 17 Anos	21	29	32	33	17,5	2,6
De 18 a 24 Anos	30	44	49	55	21,1	4,6
De 25 a 39 Anos	42	63	66	76	22,5	3,8
De 40 Anos e mais	52	72	84	92	17,7	5,0
Nível de Instrução						
Analfabeto	35	56	73	87	26,5	9,2
Ensino Fundamental Incompleto	32	48	58	66	22,5	6,6
Ens.Fund.Comp.+Ens. Médio Incompleto	37	53	56	62	19,7	3,2
Ens.Médio Comp.+Ens.Superior Incompleto	43	61	63	70	19,1	2,8
Superior Completo	46	72	63	65	25,1	-2,0

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Tabela 3A
Tempo médio de procura dos desempregados, segundo setores e subsetores de atividade
Região Metropolitana de Salvador, 1997-2004

Especificações	Anos				Variação anual média (em %)			
	1997	1999	2002	2004	99/97	02/99	04/02	04/99
Desempregados	37	55	61	69	21,9	3,5	6,4	4,6
Indústria	42	62	64	73	21,5	1,1	6,8	3,3
Moderna	49	63	65	72	13,4	1,0	5,2	2,7
Tradicional	37	61	63	74	28,4	1,1	8,4	3,9
Construção civil	35	58	59	72	28,7	0,6	10,5	4,4
Serviços	37	54	60	68	20,8	3,6	6,5	4,7
Produtivos	41	60	62	69	21,0	1,1	5,5	2,8
Distributivos	40	56	62	69	18,3	3,5	5,5	4,3
Sociais	42	65	72	77	24,4	3,5	3,4	3,4
Pessoais	30	46	55	66	23,8	6,1	9,5	7,5
Reformas e reparação	32	53	52	63	28,7	-0,6	10,1	3,5
Outros serviços	(1)	41	63	66	(1)	15,4	2,4	10,0
Outros Setores	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	4,6
Sem inf	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

A SEI mais perto de VOCÊ.



Londres	Aracaju	Boa Vista do Tupim	Araraquara		
Feira de Santana	São Paulo	Campinas	Natal	Terezina	
Lisboa	Alagoinhas	Washington	Petrolina	Valença	Curitiba
Luxemburgo	Caetité	Cruz das Almas	Vitória	Xique-Xique	Viçosa
Lauro de Freitas	Brasília	Maceió	Serrinha	Goiânia	Rio de Janeiro
Cuiabá	São Luís	Belém	Recife	Caxias do Sul	Porto Velho
Aracruz	Taguatinga	Fortaleza	Manaus	Seabra	Santo Amaro

**Visite o site da SEI e conheça os 300 endereços
onde você pode consultar as nossas
publicações em Salvador e outras cidades do
Brasil e do mundo.**

Economia	Sociedade	Cartografia	Geografia
Informação ambiental	Documentos históricos		
Censo demográfico	Estatística	Conjuntura e Planejamento	
Revistas temáticas	Estudos e pesquisas	Bahia em dados	
Boletins	Séries especiais	Mapas	Vídeos



**Acesse www.sei.ba.gov.br
e encontre um endereço próximo de você.**

A análise do coeficiente dívida pública/ PIB: uma reflexão para o caso do Brasil 1999-2004

Urandi Roberto Paiva Freitas*

Gestão real versus gestão nominal

Identifica-se a partir de 1999 uma preocupação na economia brasileira no sentido de combater o déficit fiscal e, concomitantemente, o coeficiente dívida líquida do setor público/PIB¹. Essa preocupação tem como retórica disseminada pelos homens do governo e agências multilaterais a manutenção da solvência do Estado.

Os ajustes preconizados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) exigem que o país realize sucessivos superávits primários (receitas menos despesas exceto o pagamento de juros) para saldar os compromissos com pagamento de juros e amortização do principal. Esses ajustes servem também como forma de garantir novos empréstimos, bem como tranquilizar as expectativas dos agentes econômicos.

A fórmula utilizada pelos gestores de política econômica do Brasil, para viabilizar metas de superávits primários, foi imobilizar recursos oriundos da demanda agregada, através de cortes nos gastos públicos e aumento dos impostos. Ora, conforme propõe Keynes, uma estratégia modelada mediante esse raciocínio tende a gerar impacto perverso na economia, pois cortes em gastos públicos afetam negativamente o nível de atividade, via efeito "inverso" do multiplicador de gastos.

A tradução disso, em termos de dinâmica econômica, é que por meio de elevação das receitas e da restrição ao gasto real do governo a política fiscal subtrai poder de compra do conjunto dos agentes econômicos, agindo no sentido da redução do nível de atividade (BIASOTO, 2003a, p.84).

A explicação mais crível para os sucessivos déficits e, por consequência, a explosão da relação dívida públi-

ca/PIB está em boa parte relacionada à política monetária restritiva (juros altos) e à instabilidade cambial, pois um grande montante da dívida pública no espaço do tempo pesquisado, de 1999 a 2004, encontra-se indexado a estas duas variáveis.

A maior parte da dívida pública brasileira está indexada a taxa básica de juros Selic, que na economia brasileira atual funciona como instrumento para alcançar dois objetivos fundamentais, quais sejam: conter o processo inflacionário, através da redução da propensão marginal a consumir; e equilibrar a balança de pagamento, através da atração de capitais especulativos, via lançamento de títulos públicos no mercado, a taxa de juros atrativos.

De acordo com a visão teórica do FMI, os agentes, ao tomarem a decisão de investir, agem racionalmente, ou seja, têm perfeita informação do mercado, e só investem se existirem expectativas de rentabilidade garantida. Nesse aspecto, segundo o fundo, os agentes econômicos tomam como base de análise o coeficiente da relação dívida pública/PIB. Se este apresentar condição linear ascendente significa que o governo não tem condições de honrar seus compromissos e nem tampouco tem condições de garantir um ambiente seguro para realização de investimento.

De acordo com a visão teórica do FMI, os agentes, ao tomarem a decisão de investir, agem racionalmente

* Economista pela UFBA e mestrando em economia CME/UFBA.

¹ Muitos economistas acreditam que o patamar para estabilizar o coeficiente dívida pública/PIB seja em torno de 50%.

Embora a solvência do setor público seja necessária ao bom funcionamento do mercado de ativos financeiros e, por conseguinte, à própria sustentação da capacidade de crescimento da economia, o atual modelo de gestão fiscal não parece ser o mais adequado a atingir esses objetivos. O modelo padece de dois erros de diagnóstico do problema: o primeiro identifica o superávit primário como um potente instrumento de controle da relação dívida pública/PIB, através do controle da dívida, negligenciando os impactos sobre o PIB; e o segundo identifica o estoque da dívida em relação ao PIB como indicador do grau de solvência do Estado, quando, em verdade, o que “mede” esta condição, para o governo ou qualquer outro devedor, é a relação entre seus fluxos de receita e despesas financeiras, que não necessariamente acompanham a relação dívida/PIB (HERMANN, 2002).

Cabe aqui mencionar que o estoque dívida /PIB não é um indicador confiável de análise de solvência do setor público, pois abstrai a qualidade do endividamento em termos de títulos que possuem naturezas diferentes, e também nada diz respeito aos prazos de vencimento dos títulos públicos.

Ainda que a relação estoque da dívida pública/PIB fosse um indicador confiável, o presente modelo implantado no Brasil a partir de 1999, para manter as contas em equilíbrio, visa o sacrifício das variáveis reais da economia, com altas metas de superávit primário, só conseguidas via arrocho nos gastos públicos e aumento na carga tributária.

Conforme já exposto, o grande problema da dívida pública é o seu aspecto nominal. O tratamento austero dado às contas públicas pelo governo mostra a subordinação da política fiscal à monetária. Se o problema estivesse realmente atrelado à política fiscal, um simples aumento na carga tributária corrigiria o desequilíbrio. Segundo Keynes, o problema da dívida pública é de liquidez, podendo ser corrigido apenas com liquidez.

O financiamento de qualquer agente deficitário seja ele do setor público ou privado, é sempre um problema monetário, que depende da disponibilidade de liquidez, e não um problema “real”, dependente da distribuição do produto agregado entre formas alternativas de alocação. Compromissos financeiros não são pagos com parcelas do produto, mas sim com liquidez (MINSKY, 1982, p.61).

No cenário recessivo que a economia atravessa, há mais de 20 anos, salvo em alguns anos atípicos, não

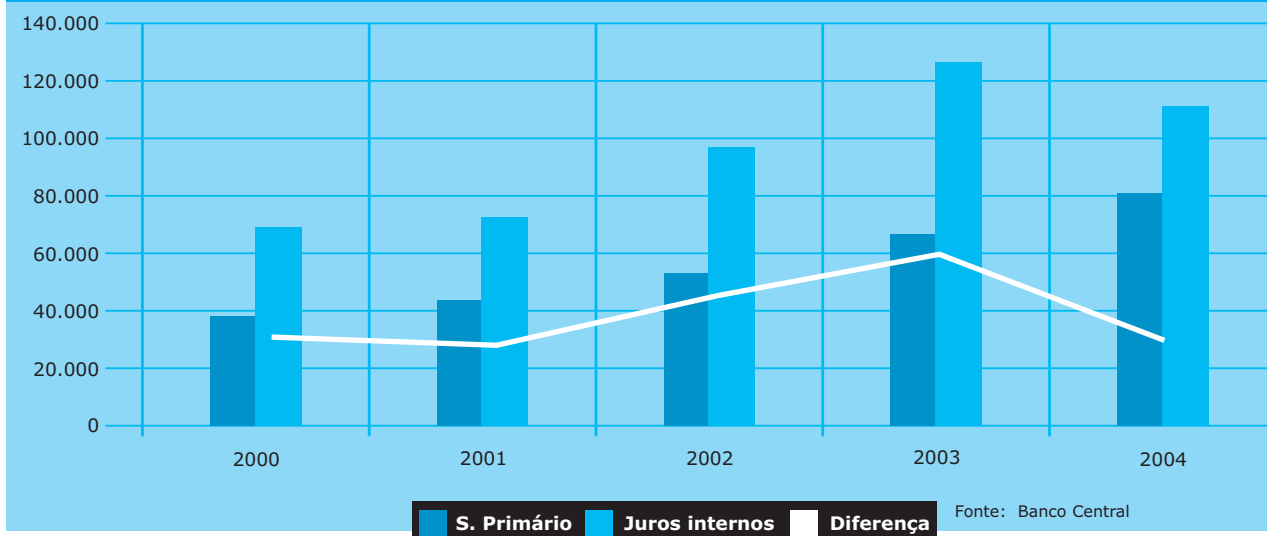
há espaço de forma permanente para aumentos sucessivos de superávits primários que – diga-se de passagem – a partir de 1999 o Estado vem cumprindo com folga. Ainda que houvesse espaço para aumentos nos superávits, estes esbarrariam na estratégia montada pelo governo, que realiza uma política de sucessivos aumentos de juros. Sendo assim, o aumento ou redução do superávit primário é um conceito relativo. “(...) A variável rebelde tem sido o montante das despesas financeiras do governo, que insiste em fugir das previsões e dos cálculos que orientam a fixação de metas para o superávit primário, bem como suas previsões periódicas” (HERMANN, 2002, p.43).

No cenário recessivo que a economia atravessa, há mais de 20 anos, salvo em alguns anos atípicos, não há espaço de forma permanente para aumentos sucessivos de superávits primários

A grande questão que se coloca para a política fiscal é sua capacidade de fazer frente a um problema que não está colocado na órbita das transações reais. Ao contrário, é nas relações financeiras e patrimoniais de que o Estado é gestor que a questão reside em essência. (...) A doutrina econômica tradicional diria que a dívida é o acúmulo de déficits no passado, enquanto a taxa de juros atual correspondente ao nível de risco percebido pelos credores quanto ao agente endividado. Os resultados expressivos da política fiscal deveriam ter efeitos sobre a taxa de juros, que, evidentemente, não se produzem, dado que é a política financeira global o seu determinante (BIASOTO, 2003a, p.85).

Diante disso, o esforço fiscal realizado para gerar superávits primários e tentar estabilizar ou até mesmo reduzir a relação dívida pública/PIB na presença de juros altos e ascendentes (política monetária contractionista) pode se tornar inócuo. Como demonstra o gráfico abaixo, apesar da constante elevação do superávit primário, este não foi suficiente para conter a elevação, ano a ano, da diferença entre juros da dívida e o próprio superávit gerado.

Gráfico 1
Comportamento do SP e Ji do Setor Público Consolidado:
Brasil, 2000 - 2004



Destarte, a redução da relação dívida pública/PIB requer prioritariamente uma mudança na forma de gerenciamento e na estrutura do endividamento público quanto à modificação na composição da dívida em termos de perfil e à substituição dos indexadores.

A maior parte da dívida pública brasileira é de origem doméstica, numa proporção de aproximadamente, 5 para 1 em relação à dívida externa. Outra característica do endividamento público é que ele é majoritariamente de curtíssimo prazo. A justificativa dada pelos gestores da dívida é a seguinte: um endividamento de curto prazo ajuda a inibir a desconfiança dos credores em relação a uma expectativa de um não-pagamento da dívida, e, ainda, sinaliza para os investidores uma situação de solvência do setor público, ou seja, garante uma certa credibilidade no mercado (GOLDFANJ; PAULA, 2000). “(...) Na medida em que a dívida pública encurta sua maturidade, ela se torna, no limite, um substituto para dinheiro” (HERRERA, 2002)².

Alongar o perfil da dívida é importante por dois motivos: o primeiro é reduzir a exposição às flutuações

da taxa de juros de curto prazo; o segundo é reduzir o risco de rolagem (HERRERA, 2002). Uma duração longa reduz a elasticidade do custo do serviço da dívida a flutuações nas taxas de curto prazo. Portanto, reduz-se o impacto da política monetária sobre a dívida. A dívida de longo prazo permite que o tesouro estenda as rolagens. Desse modo, reduz o risco de uma crise de financiamento (o risco de ir ao mercado para rolar um grande volume de títulos num momento de possível instabilidade da economia).

Como foi apresentada anteriormente, a dívida pública brasileira é composta predominantemente por títulos indexados à taxa de juros Selic e ao câmbio, que, diga-se de passagem, são duas variáveis que têm um viés instável na economia. Estão sempre sujeitas a oscilações periódicas. Assim, para que o governo tenha um maior controle sobre a dimensão da dívida pública, faz-se necessário substituir as variáveis mais sujeitas às incertezas por variáveis mais estáveis, quais sejam: as taxas prefixadas (de longo prazo) e os indexadores de preços. Porém, trata-se de uma transição gradual, tendo em vista a endogeneidade dos elementos envolvidos, em particular, o tamanho da dívida, as taxas de juros reais, a curva de rentabilidade e a composição da carteira (HERRERA, 2002).

Cabe, então, à autoridade monetária a tarefa de administrar o “mix” de títulos de diferentes perfis (curto, mé-

Alongar o perfil da dívida é importante por dois motivos: o primeiro é reduzir a exposição às flutuações da taxa de juros de curto prazo; o segundo é reduzir o risco de rolagem

² Para maiores esclarecimentos sobre este assunto ver Herrera (2002) e Goldfanj & Paula (2000).

dio e longo prazo), visando à desindexação dos títulos atrelados a variáveis com viés mais instável, de modo a manter o mais baixo possível os custos de financiamento do setor público, sem prejuízo para a estabilidade da economia. Para isso é imprescindível também a coordenação entre política fiscal e monetária.

Por fim, segundo Hermann (2002), resolvido o problema do gerenciamento e composição da dívida, admite-se a solvência do setor público. Neste caso a garantia do pagamento da dívida seria preservada, num horizonte de médio prazo, pela própria recuperação da atividade econômica, que permite ampliar a receita tributária e, assim, sustentar os encargos da dívida assumidos.

A idéia que esse artigo sugere se aproxima do receituário keynesiano, ou seja, que os superávits primários sejam reduzidos a números compatíveis com a realidade da economia. Essa análise tem como objetivo básico demonstrar que o caminho virtuoso para o controle da relação dívida/PIB não é o aumento “ex ante” do superávit primário do governo, mas sim o aumento “ex post” promovido pelo crescimento econômico. Isto é possível através de política direcionada a taxas reduzidas de juros. Desta maneira, o esforço de realizar superávit primário cai muito rapidamente, além de reanimar as decisões de investimento privado e reorganizar o padrão de financiamento e desenvolvimento da economia.

Matematicamente, o coeficiente dívida/PIB é uma fração que, para ser reduzida, admite duas possibilidades: redução da dívida ou aumento do PIB

Matematicamente, o coeficiente dívida/PIB é uma fração que, para ser reduzida, admite duas possibilidades: redução da dívida ou aumento do PIB. No caso brasileiro, dado que a dívida pública está amarrada a diversos fatores de natureza complexa, o governo deve tomar como prioridade metas de crescimento econômico.

Destarte, o governo, no intuito de corrigir os desequilíbrios financeiros, via manutenção e ampliação dos

superávits primários, cai no ciclo vicioso, na chamada armadilha da DLSP/PIB, pois não consegue reduzir o coeficiente dívida/PIB e nem tampouco realizar taxas significativas de crescimento econômico. A explicação mais correta para essa situação é o mau uso dos instrumentos de política econômica causado pelo erro do diagnóstico do problema.

Simulação para a estabilidade da relação DLSP/PIB³

Preliminarmente, a questão a ser abordada é: qual deve ser o esforço na forma de um certo superávit primário (SP) consistente com a estabilização da relação dívida pública/PIB⁴. O ponto de partida é o conceito de necessidade de financiamento do setor público (NFSP), que resulta do fluxo do superávit primário de juros nominais líquidos (J) e do valor do superávit primário (SP).

De acordo com Giambiagi (1998) a equação da NFSP = J-SP (1)

As despesas de juros nominais sobre a dívida líquida (D) são definidas como⁵:

$$J = i \cdot D - \lambda \quad (2)$$

Onde i é a taxa nominal bruta de juros, ponderada pelos diferentes tipos de dívidas, e $(-\lambda)$ indica defasagem. O financiamento de (1) é feito pela variação da dívida (ΔD) e pela emissão monetária ou imposto inflacionário (ΔB).

$$NFSP = \Delta D + \Delta B \quad (3)$$

Manter constante a relação dívida pública/PIB (D) implica, por regra básica, ter um crescimento nominal da dívida idêntica ao crescimento do PIB. Nesse caso:

$$\Delta D = y \cdot D(-\lambda) \quad (4)$$

³ Este modelo consiste na atualização do trabalho desenvolvido por Giambiagi (1998).

⁴ Se o superávit primário for negativo, pode haver um resultado primário inferior a zero consistente com a estabilidade da relação dívida pública/PIB, em condições especiais de taxa de juros e crescimento do PIB.

⁵ A fórmula implica uma certa subestimação das despesas efetivas de juros, por não levar em consideração os juros pagos sobre a nova dívida criada ao longo do próprio exercício.

Onde denota-se como:

* Y = taxa de crescimento nominal do PIB

* D = relação dívida pública/PIB

Tem-se ainda:

* S = relação imposto inflacionário/PIB

* π = inflação

* i = taxa de juro nominal

Após algumas manipulações algébricas⁶, conclui-se que o superávit primário/PIB (SP) consistente com a estabilidade de D é igual a:

$$SP = [D \times (i - y) / (1 + y) - S] \times 100 \quad (5)$$

Ou invertendo a lógica da fórmula, chega-se a:

$$Y = \{[i - (p/100 + S)/D] / [1 + (p/100 + S)/D]\} \quad (6)$$

Alternativamente, o mesmo raciocínio vale para chegar à equação que representa NFSP/PIB (F) consistente com objetivo de estabilizar D . Basta, substituir a equação (4) em (3) e dividir pelo PIB, chegando-se ao seguinte valor:

$$F = D.Y / (1 + Y) + S \quad (7)$$

A tabela abaixo mostra os resultados do superávit primário, expressos como percentagem do PIB, em condições de estabilidade de D , que decorrem da equação

⁶ O autor não demonstra claramente como chegou a cada equação.

Tabela 1
Superávit primário como percentagem do PIB, em condições de estabilidade da relação dívida/PIB, como função da taxa de crescimento do PIB e da taxa de juros^{*1}

Dívida pública	Taxa de juros nominal (%)	Crescimento real do PIB (%)			
		2,0	4,0	6,0	7,0
45% do PIB	$i = 6$	0,23	-0,62	-1,43	-1,84
	$i = 9$	1,51	0,64	-0,20	-0,61
	$i = 12$	2,80	1,9	1,24	0,62
	$i = 15$	4,08	3,16	2,28	1,85
	$i = 18$	5,37	4,43	3,51	3,07
50% do PIB	$i = 6$	0,28	-0,66	-1,57	-2,02
	$i = 9$	1,70	0,73	-0,20	-0,65
	$i = 12$	3,13	2,14	1,18	0,71
	$i = 15$	4,56	3,53	2,55	2,70
	$i = 18$	5,99	4,94	3,93	3,43
55% do PIB	$i = 6$	0,32	-0,71	-1,71	-2,20
	$i = 9$	1,85	0,83	-0,20	-0,70
	$i = 12$	3,47	2,37	1,31	0,80
	$i = 15$	5,04	3,91	2,83	2,3
	$i = 18$	6,61	5,45	4,34	3,80

Fonte: BACEN

*Utiliza-se o conceito de dívida líquida do setor público excluindo a base monetária.

¹ Os valores da tabela podem apresentar pequenas divergências em virtude de arredondamentos.

Tabela 2
NFSP nominal como percentagem do PIB, em condições de estabilidade da relação dívida/PIB, como função da taxa de crescimento do PIB e da relação dívida/PIB*

Dívida Pública	Crescimento real do PIB (%)			
	2,0	4,0	6,0	7,0
45% do PIB	2,34	3,14	3,91	4,29
50% do PIB	2,58	3,47	4,33	4,75
55% do PIB	2,82	3,80	4,74	5,20

Fonte: BACEN

*Utiliza-se o conceito dívida líquida do setor público excluindo a base monetária.

(5). Para o mesmo valor de crescimento nominal da dívida e do PIB, adota-se uma hipótese $\pi = 3\%$, combinada com diferentes alternativas de taxa de juros nominal e de crescimento real. Adota-se, também um imposto inflacionário de 0,2% do PIB, hipóteses de dívida líquida do setor público de 45%, 50% e 55% do PIB.

Obviamente, o superávit primário requerido para estabilizar a relação dívida/PIB cresce com o aumento da taxa de juros e da própria relação dívida/PIB e diminui com o maior crescimento da economia. Por sua vez, a NFSP consistente com a estabilidade da relação dívida/PIB cresce com o valor desta e da expansão da economia.

Percebe-se que apesar do modelo algébrico desenvolvido por Giambiagi (1998) ser um pouco limitado e simples, sob o ponto de vista real os resultados encontrados a partir das hipóteses formuladas refletem, em grande parte, aproximações bem semelhantes ao desempenho da economia brasileira nos períodos entre 1999 e 2004.

Nota-se que a situação do Brasil entre 1999 e 2004 é similar à do canto inferior esquerdo da Tabela 2, com baixo crescimento econômico e altas taxas de juros. Nesse caso, para que a dívida não extrapolasse a níveis incontrolláveis, a estratégia utilizada pelo governo foi a manutenção e ampliação de metas de superávit primário.

Admitindo-se que o objetivo da autoridade monetária seja a estabilização da dívida pública em torno de 50% do PIB e que a taxa de juros nominal possa cair até 9%, o superávit primário consolidado requerido para isso, no contexto de crescimento econômico de 4% a 6% do PIB a.a., seria de um déficit (0,2%) a um superávit de 0,7% do PIB (Tabela 1). A essa situação de dívida pública de 50% do PIB estaria associado um déficit nominal no intervalo de 3,47% a 4,33% do PIB, no mesmo contexto de crescimento econômico (Tabela 2).

Para o governo reduzir o coeficiente dívida pública/PIB abaixo dos 50% do PIB, deve reduzir a taxa de juros

nominal abaixo de 9%. Logo, a redução dos juros leva a uma queda no superávit primário, como apresentado na Tabela 1 (canto superior direito). Esta seria responsável por gerar – via multiplicador – crescimento econômico. E, por conseguinte, a expansão do PIB reduziria a relação dívida pública/PIB.

Ademais, a preocupação do governo para os próximos anos deverá ser a de perseguir altas taxas de crescimento econômico. Confirmando-se o objetivo, a taxa de juros deverá cair e a necessidade de realização de superávit primária para o controle dívida pública/PIB deverá ser baixa.

Considerações finais

O presente artigo tentou demonstrar por via teórica e empírica as consequências provocadas por um ajuste fiscal profundo. Dessa maneira, além dos argumentos embasados na teoria keynesiana sobre o princípio da demanda efetiva, foram também demonstradas inconsistências em utilizar recursos oriundos da demanda agregada (lado real) para equilibrar as contas públicas (lado nominal). Foram utilizados dados e simulações estatísticas que ajudaram a validar esta tese.

Concluindo, a política fiscal implantada a partir de 1999 não poderia, no entanto, deixar de ser uma política emergencial. Executada como política de longo prazo, seus efeitos serão recessivos e gerarão mais tensões dentro do aparelho do Estado, desarticulando setores econômicos importantes e potencializarão a própria fragilidade das contas públicas (BIASOTO, 2003).

Referências

- BIASOTO, Geraldo. Limites e sustentabilidade da política fiscal. *Boletim Unicamp*, Campinas, maio/ago. 2003.
- BIASOTO, Geraldo. As dúvidas da sustentabilidade da política econômica. *Boletim Unicamp*, set./dez. 2003.
- GIAMBIAGI, F. Rigolon. Do déficit de metas às metas do déficit: a política fiscal do governo FHC 95/02. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Brasília, v. 32, n.1, abr. 2002.
- GIAMBIAGI, F. Rigolon. A condição de equilíbrio da trajetória do endividamento público: algumas simulações para o caso Brasil. *Revista do BNDEx*, Rio de Janeiro, v.5, n.9, p. 3-24, jan. 1998.

Para o governo reduzir o coeficiente dívida pública/PIB abaixo dos 50% do PIB, deve reduzir a taxa de juros nominal abaixo de 9%

GOLDFANJ I., Paula A. Uma nota sobre a composição ótima da dívida pública: reflexos para o caso brasileiro. *Revista de Economia Aplicada da FEA-USP/FIPE*, São Paulo, v.4, n. 4, out/dez. 2000.

GOLDFANJ, I. *Há razões para duvidar que a dívida pública no Brasil é sustentável?*. Disponível em <<http://bancocentraldobrasil.gov.br>>. Acesso em: 28 de jul. de 2004.

HERMANN, Jennifer. Dilemas da dívida pública: Macroeconomia da dívida pública. *Cadernos Adenauer*, São Paulo, 2002.

HERRERA, Santiago. A dívida pública brasileira: dilemas da dívida pública, uma perspectiva internacional. *Cadernos Adenauer*, São Paulo, 2002.

MINSKY, P.H. The Financial fragility hypothesis: an interpretation of Keynes and alternative to "standard" theory. In: Minsky, P.H. *Can it happen again?: Essays on stability and finance*. New York: M.E. Sharpe, INC, 1982. p. 59-70.

OREIRO, J. L.; SICSÚ, J. S; PAULA, L. F. Uma alternativa keynesiana para o crescimento sustentável da economia brasileira. *Revista Análise Econômica*, Porto Alegre, n.40, set. 2000. ■

ANIPES

Garantindo seu direito à informação.

16 institutos de pesquisa do país estão defendendo o seu direito à informação de qualidade.

É a Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística, hoje presidida pela SEI, que vem alcançando importantes conquistas na área estatística:

- ➔ Integração de trabalhos em rede
- ➔ Promoção de intercâmbio técnico com organismos internacionais
- ➔ Uniformização de metodologias de trabalhos em âmbito nacional
- ➔ Promoção da pesquisa e planejamento como etapas fundamentais para o crescimento do país.

Para conhecer melhor a ANIPES, acesse www.sei.ba.gov.br/anipes
Tel: (71) 3115-4822 / Fax: (71) 371- 1853



Eixo Metropolitano concentra 49% dos investimentos industriais anunciados

Os investimentos industriais anunciados para o estado da Bahia, a serem realizados no período referente a 2005-2009, totalizaram um volume da ordem de R\$ 19,3 bilhões agregando 325 projetos. Os investimentos estão subdivididos em treze eixos de desenvolvimento e em nove complexos de atividade econômica.

Em relação à localização dos investimentos, indicado pelos eixos de desenvolvimento, a maior parte destes concentra-se no eixo Metropolitano, correspondendo a 49% num volume de aproximadamente R\$ 9,5 bilhões em 182 projetos. Os demais agregam um volume de investimentos de cerca de R\$ 9,9 bilhões, representando 51% do total de investimentos e 44% dos projetos, com destaque para o eixo Extremo Sul que detém 35 % dos investimentos em 9 projetos.

No que tange à situação, 64% estão em implantações de novas unidades industriais, representando um volume na ordem de R\$ 12,3 bilhões em 268 projetos. Enquanto que 36 % estão alocados em ampliações e 0,1% em reativações, somando recursos na ordem de R\$ 7 bilhões em 57 projetos.

Analisando os investimentos quanto o complexo de atividade econômica verifica-se que 78% encontra-se alocado nos complexos Madeireiro (41%), Transformação Petroquímica (20%) e Químico-Petroquímico (17%), representando um volume de R\$ 15,1 bilhões em 144 projetos (44%) . Os demais complexos agregam um volume na ordem de R\$ 4,2 bilhões alocados em 181 projetos.

Os empreendimentos industriais irão gerar cerca de 70.812 postos de trabalho, sendo que os eixos Metropolitano (43%) e Grande Recôncavo (25%) concentram cerca de 68% destes em 48.198 postos de trabalho. Os demais são responsáveis por cerca de 32% dos empregos, destacando-se os eixos Extremos Sul (9%) e Planalto Sudoeste (6%), que juntos agregam 10.520 novos postos.

A política de atração de investimentos industriais, promovida pelo governo do estado da Bahia, tem contribuído significativamente para a diversificação do parque industrial. Este fato vem ocorrendo desde 1991 com a implantação de programas de incentivos fiscais, como o Probahia. Estes programas se intensificaram, destacando-se: em 1995, com os incentivos especiais para o setor de informática; em 1997, com o Procomex, para o setor de calçados e seus componentes; em 1998 com o Bahiaplast, para o setor de transformação plástica; além do Procobre e Profibra. A partir de 2002, o programa Desenvolve substituiu os demais programas implantados anteriormente. Dentre as principais indústrias que estão se instalando e ampliando a sua capacidade em 2005, encontra-se a Ecoplásticos Bahia, a Iatazul e a Jauense.

Tabela 1
Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por complexo de atividade 2005-2009

Complexo	Volume (R\$1.000,00)	Nº de Projetos
Agroalimentar	998.434	49
Atividade mineral e beneficiamento	219.839	13
Calçados/Têxtil/Confecções	1.353.409	44
Complexo madeireiro	7.955.219	16
Eletroeletrônico	395.792	29
Metal-mecânico	726.279	33
Químico-petroquímico	3.205.889	72
Reciclagem	4.628	3
Transformação petroquímica	3.943.974	56
Outros	554.940	10
Total	19.358.403	325

Fonte: SICM / Jornais Diversos

Elaboração: GEAC - SEI

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/07/05.

Tabela 2
Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por eixo de desenvolvimento 2005-2009

Eixo	Volume (R\$1.000,00)	Nº de Projetos
Baixo Médio São Francisco	15.241	5
Chapada Norte	73.599	9
Chapada Sul	16.618	4
Extremo Sul	6.681.567	9
Grande Recôncavo	1.754.390	61
Mata Atlântica	236.139	19
Metropolitano	9.468.722	182
Nordeste	120.787	5
Oeste do São Francisco	312.000	3
Planalto Central	135.000	1
Planalto Sudoeste	120.150	20
A Definir	424.190	7
Total	19.358.403	325

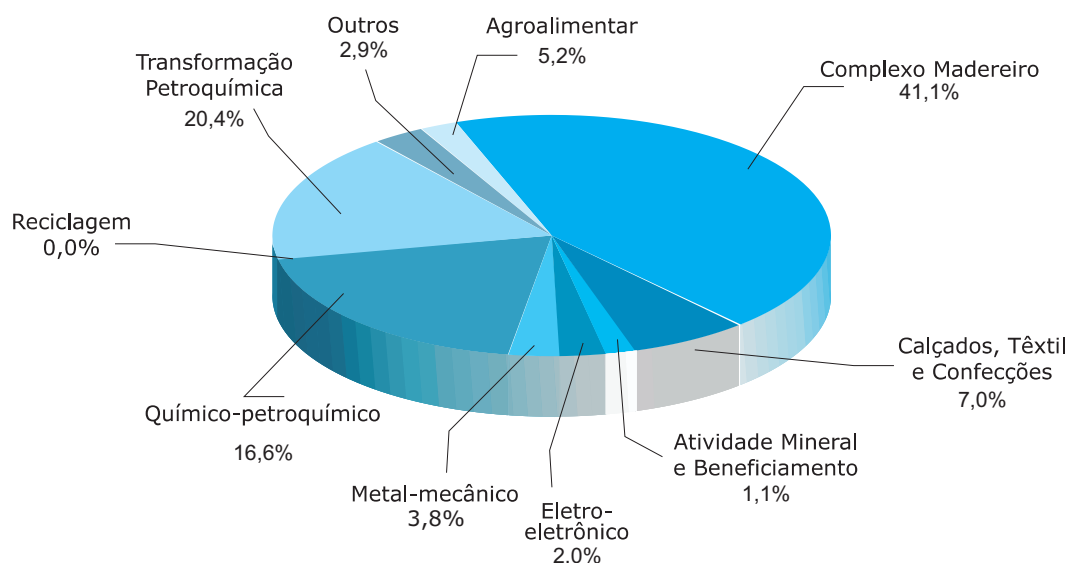
Fonte: SICM / Jornais Diversos

Elaboração: GEAC - SEI

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/07/05.

Investimentos previstos para a Bahia - 2005/2009

Participação por Complexo de Atividade



Fonte: SICM / Jornais Diversos

Elaboração: GEAC - SEI

Metodologia da pesquisa de investimentos industriais previstos no Estado da Bahia

A metodologia utilizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI para levantar as intenções de investimentos industriais previstos para os próximos quatro anos no estado da Bahia, desenvolvida inicialmente pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia - SEPLAN, consiste em coletar diariamente as informações primárias dos prováveis investimentos a serem implantados no estado, divulgadas pelos principais meios de comunicação, e obter sua confirmação junto às respectivas empresas. Essas informações são coletadas nas seguintes publicações: Gazeta Mercantil, Valor Econômico, A Tarde, Correio da Bahia e Diário Oficial do Estado da Bahia. O levantamento desses dados também é obtido junto à Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia – SICM através dos protocolos de intenção e projetos econômico-financeiros entregues à Secretaria para o requerimento de incentivos dos programas PROBAHIA, BAHIAPLAST e do atual DESENVOLVE.

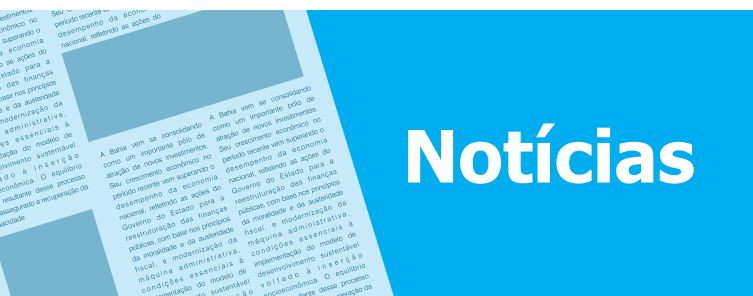
Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas no Estado, identifica-se a existência de dupla contagem dos dados. Depois de consistidos, os dados serão apresentados sob a forma de tabelas e gráficos contendo o volume e participação dos investimentos industriais por complexo de atividade, por eixo de desenvolvimento e o número de projetos. Os valores dos investimentos anunciados estão expressos em reais.

Os dados mais desagregados estão sendo disponibilizados e atualizados mensalmente no *site* dessa instituição, com dados a partir de 1997, apresentando valores acumulados.

Conheça a importância da **Tecnologia para o desenvolvimento no Estado**

Leia a revista **Bahia Análise & Dados “Ciência, tecnologia e inovação”**. Essa publicação versa sobre as implicações dos avanços e inovações tecnológicas no desenvolvimento da Bahia e do Brasil, evidenciando a importância do investimento na Ciência como forma de se alcançar o progresso social e econômico.

A revista também traz uma visão mais específica sobre o assunto, abordando casos locais de políticas de C&T, inclusão digital e questões ambientais.



Notícias

Negócios

BNB financia projetos na Bahia no valor de R\$ 322 milhões

As iniciativas empreendedoras de três baianos foram reconhecidas pelo programa Crediamigo do Banco do Nordeste. O financiamento de microcrédito e consultoria do BNB que nos primeiros seis meses deste ano já investiu 322 milhões na Bahia e representa 18% de todos os recursos aplicados na região, é considerado maior do país na área. A entrega do III Prêmio BNB de Microcrédito juntamente com um título de capitalização no valor de R\$ 700 ocorreram no encerramento do Fórum BNB de Desenvolvimento e X Encontro Regional de Economia que aconteceu na sede do BNB em Fortaleza e foi transmitida por videoconferência no auditório da agência no Comércio. O Fórum com o tema O Brasil de Celso Furtado faz parte da comemoração dos 53 anos de existência do BNB.

No painel O Nordeste e a Política de Desenvolvimento estavam presentes o deputado Federal-CE José Pimentel, Nilson Holanda (UNB), Tânia Bacelar (UFPE) e o presidente do BNB, Roberto Smith. "O objetivo é discutir o desenvolvimento regional tendo como base a capacidade de crescimento e distribuição de renda dos estados nordestinos", disse o superintendente estadual do banco, Paulo Sérgio Ferraro. A Bahia representa 1/4 das aplicações do BNB. Os microempreendimentos baianos absorveram cerca de R\$ 40,7 milhões do Crediamigo, no semestre passado. "Hoje contamos com 176 mil clientes e a taxa de inadimplência não ultrapassa 1,04%", afirma o gerente regional do Crediamigo, João Augusto Brizolara. De todos os empreendimentos 90% corresponde ao comércio, 8% a indústria e 2% a área de serviços.

Investimentos do BNB chegam a R\$ 322 milhões. Tribuna da Bahia, 20/07/2005.

Bridgestone chega à Bahia

A Bridgestone Firestone, maior produtora de pneus e artefatos de borracha do mundo, inicia amanhã as obras de implantação de sua fábrica na Bahia. A unidade será implantada no Pólo Industrial de Camaçari, em uma área de mais de um milhão de metros quadrados. Os investimentos iniciais devem ultrapassar de R\$ 380 milhões, possibilitando a geração de 500 empregos diretos e 1,2 mil indiretos.

A fábrica deve entrar em operação no final de 2006. Esta será a segunda unidade do grupo no Brasil - a primeira fica em Santo André (SP), e vai fabricar, na primeira etapa, mais de oito mil pneus por dia, número que deve dobrar após ampliação do projeto. A produção será voltada para veículos de passeio e caminhonetes, sendo que cerca de 75% do volume será direcionado para o mercado nacional e outros 25% exportado.

Camaçari será a segunda unidade no mundo a aplicar uma nova tecnologia, desenvolvida pela Bridgestone, que utiliza um sistema modular, onde a tradicional produção linear é substituída por diversas pequenas fábricas. A primeira a utilizar foi a de Wuxi, inaugurada este ano, na China. Segundo o diretor responsável pela implantação do projeto na Bahia, Rioji Hirokawa, o sistema permite maior produtividade, controle de qualidade em todo o processo industrial e agilidade na realização de futuras expansões.

A Bridgestone, que tem sede em Tóquio, no Japão, registrou faturamento superior a US\$ 23,2 bilhões, em 2004, sendo que R\$ 1,6 bilhão no Brasil. O grupo conta com 112 fábricas no mundo, 47 delas de pneus. Em 1988, a multinacional adquiriu a Firestone, tornando-se a maior do setor, com 104 mil funcionários e operações em 23 países.

Bridgestone chega à Bahia. Correio da Bahia, 14/07/2005.

Estado recebe investimentos de R\$ 1,6 bilhões

A Bahia vai concentrar três unidades industriais das maiores fabricantes de pneus do mundo. Além da Pirelli, em atividade em Feira de Santana, o estado conseguiu atrair a Continental. Os investimentos neste setor, que faz parte do pólo automotivo baiano, ultrapassam de R\$ 1,6 bilhão, possibilitando a geração de mais de 2,1 mil novos empregos diretos.

A Pirelli ampliou, no final de 2003, a sua produção de pneus na Bahia, ao investir mais de R\$ 320 milhões na fábrica localizada em Feira de Santana. A unidade, implantada em uma área de mais de 32 mil metros quadrados, tem capacidade instalada para 7,5 mil pneus por dia. Novos investimentos, de mais US\$ 80 milhões, já estão previstos, e permitirão um aumento da capacidade para 13 mil unidades/dia. A produção de pneus radiais de alta performance é destinada aos mercados interno, latino e americano, além do europeu.

Já a unidade da Continental deve ficar pronta ainda este ano. A Construtora Norberto Odebrecht concluiu as obras de terraplanagem, em Camaçari, onde ficará a primeira unidade industrial da multinacional alemã no Brasil. A obra está sendo realizada em uma área de 514 mil metros quadrados. A quarta maior fabricante de pneus do mundo vai investir US\$ 260 milhões, cerca de R\$ 750 milhões na unidade, que abrirá, inicialmente, 700 vagas de trabalho. Quando estiver em plena produção, a fábrica produzirá um volume de até 7,7 milhões de pneus por ano.

Estado recebe R\$ 1,6 bilhões. Correio da Bahia, 14/07/2005.

Indicadores

Geração de empregos na Bahia continua em alta

Até maio desse ano, a Bahia já havia gerado um saldo de 33.318 postos de trabalho com carteira assinada, cerca de 5 mil a mais do que no mesmo período do ano passado, segundo apurou o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Somente em maio, o Caged registrou a criação de 9.511 vagas na Bahia.

Salvador liderou a geração de vagas celetistas no acumulado do ano, com 5.906 novos postos criados, seguida de Juazeiro (2.165) e Itamaraju (2.103). Na Região Metropolitana de Salvador (RMS), Lauro de Freitas contabilizou 2.097 vagas, Camaçari, 1.288 e Simões Filho, 1.121.

Cerca de 82% das vagas criadas em maio foram registradas no interior: 7.798 das 9.511 vagas. No ano, o quadro é semelhante. O interior respondeu por cerca de 69%, enquanto a RMS criou cerca de 31% dos empregos. O município do interior baiano que mais empregou foi Teixeira de Freitas (863 vagas), no extremo

sul, onde a atividade agropecuária foi praticamente a única responsável pelos empregos celetistas criados, especialmente através das culturas de eucalipto e mamão. Em Vitória da Conquista (605 postos), o café é destaque. Barreiras (526 vagas), no oeste, é conhecida pela produção de frutas, soja e café. Já Feira de Santana (508 vagas) é um pólo que concentra diversas atividades. E Juazeiro (507), no Baixo Médio São Francisco, se destaca pela produção de frutas.

Apesar da soma dos municípios colocar o interior em vantagem, em maio, foi a capital que registrou o mais expressivo saldo isolado do estado: 2.093 empregos. A construção civil e os serviços, juntos, responderam por 52,8% dessas vagas. No acumulado do ano, Salvador também lidera, com 5.906 postos celetistas, seguida de Juazeiro (2.165) e Itamaraju (2.103). Saldos expressivos também são registrados na RMS, em Lauro de Freitas (2.097), Camaçari (1.288) e Simões Filho (1.121).

Bahia gera mais emprego este ano. Diário Oficial, 20/07/2005.

Exportações batem recorde no 1º semestre

As exportações baianas bateram um novo recorde, registrando crescimento de 40% no primeiro semestre deste ano em relação ao mesmo período de 2004. A Bahia exportou o montante de US\$ 2,3 bilhões nos primeiros seis meses do ano, enquanto no ano passado os negócios envolvendo exportações foram de US\$ 1,7 bilhão. O resultado reflete a expansão das vendas externas dos manufaturados, como os automóveis - hoje, o principal produto de exportação do estado - e dos derivados de petróleo, petroquímicos, além dos produtos metalúrgicos. O saldo comercial foi da ordem de US\$ 735 milhões de janeiro a junho, com um aumento de 53% comparativamente aos seis primeiros meses do ano passado.

As importações baianas também tiveram um aumento significativo no primeiro semestre de 2005, cerca de 34% a mais que no primeiro semestre do ano passado, saltando de US\$ 1,2 bilhão para US\$ 1,6 bilhão. Já a corrente de comércio alcançou o montante de US\$ 3,9 bilhões.

O gerente de estudos e informações do Promo, Arthur Souza Júnior, avalia que o comércio exterior do estado vem sendo fortalecido pelos novos investimentos dirigidos para a Bahia. De acordo com o levantamento, os

segmentos com maior crescimento foram: derivados de petróleo, com incremento de 70%, petroquímicos (52%), automotivo (49%) e os produtos metalúrgicos (45%). Os Estados Unidos foram o principal destino das exportações, com uma participação de 16%.

Em junho, as exportações baianas registraram um recorde mensal histórico ao contabilizar um volume de negócios de US\$ 485,3 milhões, e importações de US\$ 442,8 milhões. Esses valores, segundo o Promo, são os maiores registrados em um só mês na história do comércio externo do estado.

Exportações baianas crescem 40% no primeiro semestre, Correio da Bahia, 20/07/2005.

Ação Governamental

Gandu e Itabuna ganham obras no aniversário

A presença do governador Paulo Souto foi o ponto alto das comemorações do 47º aniversário do município de Gandu e 95º de Itabuna, onde várias obras foram entregues à população ou tiveram o seu início autorizado. Em Gandu, Souto inaugurou o 29º colégio-modelo Luís Eduardo Magalhães, construído em uma área de 3,4 mil metros quadrados e com capacidade para 1650 alunos, num investimento de R\$ 4,5 milhões.

O governador inaugurou também em Gandu uma passarela que permite acesso dos estudantes ao colégio-modelo, sem que seja preciso atravessar a BR-101. Foram entregues ainda obras de requalificação urbana no Lago Azul, principal cartão-postal da cidade, além da pavimentação de ruas do bairro periférico da Bela Vista, um dos mais carentes da cidade.

Em Itabuna, assinou ordem de serviço para a construção de um centro de eventos, autorizou a implantação do programa Kit Moradia e entregou à população a UTI do Hospital de Base, a unidade do Samu 192 da cidade e o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador.

Paulo Souto inaugura obras nas festas de emancipação de Gandu e Itabuna. Diário Oficial, 29/07/2005.

Pacote de obras beneficia extremo sul

O governador Paulo Souto esteve nos municípios de Vereda, Medeiros Neto e Ibirapuã, onde entregou diversas obras e serviços para a população e autorizou

outras ações para promover ainda mais o desenvolvimento da região. A visita começou em Vereda, onde Souto inaugurou a pavimentação asfáltica da BA-994, que liga a cidade a Medeiros Neto. Com 25 Km, a estrada é uma importante rota de escoamento da pecuária, além de ser a principal via de acesso ao município.

Em Vereda e Medeiros Neto, o governador autorizou a construção de unidades de retaguarda do Programa Saúde da Família (PSF) e a implantação do programa KIT Moradia. Autorizou ainda a reforma e a ampliação do Centro de Abastecimento de Medeiros Neto, além da recuperação do Hospital Regional, situado no município.

Souto inaugurou também o primeiro infocentro – centro de inclusão digital – de Medeiros Neto e autorizou a instalação de mais sete infocentros nos municípios da região. No município de Ibirapuã, o governador entregou 83 casas à população da cidade, através do Kit Moradia.

Pacote de obras beneficia extremo sul. Diário Oficial, 23 e 24 /07/2005.

Investimentos beneficiam o Piemonte

O governador Paulo Souto visitou dois municípios do Piemonte da Diamantina, onde levou sistemas de abastecimento de água que vão beneficiar mais de 25 mil pessoas e autorizou a liberação de kits do programa Kit Moradia.

O sistema prevê a construção de três reservatórios, sendo um em Caldeirão do Mulato e dois em Antonio Gonçalves, para reforçar o abastecimento na sede, além de uma estação de tratamento de água em aço carbono com capacidade para 30 litros por segundo. Os serviços serão realizados pela Embasa.

O governador aproveitou a visita a Antonio Gonçalves para assinar ordem de serviço autorizando a liberação de kits moradia para comunidades carentes do município num total de 30 famílias. Os kits, contendo matérias de construção, são destinados para famílias em situação de extrema pobreza e o programa é financiado pelo Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza.

Em Várzea Nova o governador inaugurou o sistema de abastecimento de água e autorizou a implantação de centros de acesso público à informática (Infocentros)

nos municípios de Várzea Nova, Jaguarari, Miguel Calmon, Capim Grosso, Morro do Chapéu, Filadélfia, Ponto Novo, Umburanas, Serrolândia, São José do Jacuípe, Saúde, Pindobaçu e Itiúba.

Investimentos beneficiam o Piemonte. Diário Oficial, 22/07/2005.



União

Atos do poder executivo

Decretos

Decreto nº 5.494 de 20 de julho de 2005 – Fixa os preços mínimos básicos para cafés arábica e robusta, safra 2004/2005.

Atos do poder legislativo

Leis

Lei nº 11.132, de 04 de julho de 2005 – Acrescenta artigo à lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos, I, II, III e VII da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

Secretaria da Receita Federal

Instruções normativas

Instrução normativa nº 552 de 28 de julho de 2005 – Dispõe sobre o cálculo da contribuição para o PIS/asep-importação e da Cofins-importação.

Atos Declaratórios

Ato declaratório executivo nº 50, de 1º de Julho de 2005 – Divulga a taxa de juros do mês de junho de 2005.

Conselho Nacional de Política Fazendária

Ato COTEPE/ICMS nº 34, de 08 de julho de 2005

– Divulga o preço médio ponderado a consumidor final (PMPF) da gasolina C, diesel, gás liquefeito de petróleo, querosene de aviação e álcool etílico hidratado combustível (AEHC), das unidades federadas indicadas.

Banco Central do Brasil

Circulares

Carta-circular nº 3.195 de 19 de julho de 2005

– Cria subtítulos no Cosif para segregação do resultado de operações de opções e para registro de adiantamento de câmbio de exportações e exclui títulos e subtítulos.

Resoluções

Resolução nº 3.286, de 01 de junho de 2005 – Dispõe sobre o direcionamento das exigibilidades dos recursos obrigatórios (MCR 6-2) e dos recursos captados em depósitos de poupança rural (MCR 6-4).

Resolução nº 3.288, de 01 de junho de 2005 – Dispõe sobre a concessão de prazo adicional, até 31 de outubro de 2005, para as operações contratadas ao amparo do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueiras da Baiana, vencidas ou vincendas até aquela data.

Resolução nº 3.925, de 30 de junho de 2005 – Dispõe sobre alterações em programas de investimento, amparados em recursos equalizados pelo Tesouro Nacional junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e sobre a linha de crédito Finame Agrícola Especial.

Resolução nº 3.300, de 18 de julho de 2005 – Dispõe sobre prazos e vencimentos dos Empréstimos do Governo Federal (EGF).

Estado

Atos do poder executivo

Leis

Lei nº 9.581 de 12 de julho de 2005 - Autoriza a abertura de crédito especial na forma que indica e dá outras providências.

Lei nº 9.586 de 14 de julho de 2005 - Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2006 e dá outras providências.

Decretos

Decreto financeiro nº 146 de 1º de Julho de 2005 – Abre ao orçamento fiscal crédito suplementar, na forma que indica e dá outras providências.

Decreto nº 9.480 de 06 de julho de 2005 - Dispõe sobre prazo especial para recolhimento do ICMS devi-

do pelos contribuintes vinculados à campanha de promoção de vendas denominada “Liquida Interior-2005”.

Secretaria da Fazenda

Portarias

Portaria nº 373 de 01 de julho de 2005 - Divulga o novo resultado da Classificação Final da 6ª Etapa da 2ª Fase da Campanha “SUA NOTA É UM SHOW DE SOLIDARIEDADE” e dá outras providências.

Portaria nº 395 de 06 de julho de 2005 - Altera para o exercício de 2005, o Orçamento Analítico da Secretaria da Fazenda - SEFAZ, na forma que indica e dá outras providências.

Portaria nº 415 de 26 de julho de 2005 - Altera dispositivos da Portaria nº 004 de 6 de janeiro de 2003, que dispõe sobre o Programa Permanente de Capacitação e Desenvolvimento dos Auditores Fiscais e Agentes de Tributos Estaduais da Secretaria da Fazenda - PROCAD. ■

Amplie seus conhecimentos
sobre a **Economia Baiana e Regional**

SEP 73

Desenvolvimento Regional: Análises do Nordeste e da Bahia

Adquira informações sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento regionais, especialmente sobre a realidade nordestina e baiana. Além dessas análises, a publicação apresenta exames de iniciativas governamentais para superação das desigualdades regionais.



**SUPERINTENDÊNCIA
DE ESTUDOS ECONÔMICOS
E SOCIAIS DA BAHIA**

Indicadores Conjunturais

Indicadores Econômicos

Índices de Preços

Índice de Preços ao Consumidor - IPC ¹ - Salvador: Jul/2005						
Grandes grupos	Variações do mês %		Variações acumuladas%		Índice acumulado	
	Jul/04	Jul/05	No ano ²	Últimos 12 meses ³	Abr/92=100	Jun/94=100
Alimentos e bebidas	0,17	-0,57	1,86	3,33	341698,9	229,07
Habituação e encargos	0,55	1,35	13,57	16,05	656532,8	525,01
Artigos de residência	1,28	-2,72	0,24	1,26	279033,2	233,21
Vestuário	0,73	-0,73	1,88	4,81	308412,3	181,01
Transporte e comunicação	1,46	1,04	1,50	8,44	570497,8	617,41
Saúde e cuidados pessoais	0,43	0,60	4,36	8,63	589718,4	314,19
Despesas pessoais	0,52	0,41	4,25	5,32	638102,9	365,89
Geral	0,66	-0,13	3,18	5,98	444603,1	309,81

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI

¹ O IPC de Salvador representa a média de 27.000 cotações de uma cesta de consumo de 308 bens e serviços pesquisados em 270 estabelecimentos e 600 domicílios, para famílias com rendimento de 1 a 40 salários mínimos

² Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Pesquisa Nacional da Cesta Básica Custo e variação da cesta básica - capitais brasileiras - Jul/2005					
Capitais	Valor da Cesta (R\$)	Variação no mês ¹ (%)	Variações Acumuladas %		Porcentagem do Salário Mínimo
			No ano ²	Últimos 12 meses ³	
Aracaju	139,92	-5,07	6,56	1,13	50,50
Belém	149,46	-2,86	-0,16	-2,65	53,95
Belo Horizonte	164,87	-1,90	8,27	-2,78	59,51
Brasília	165,14	-4,55	-2,13	0,07	59,61
Curitiba	163,21	-3,08	4,68	-1,37	58,91
Florianópolis	163,81	-1,23	4,06	0,79	59,13
Fortaleza	140,29	-3,38	12,47	-2,70	50,64
Goiânia	152,68	-3,02	2,55	3,78	55,11
João Pessoa	143,91	-0,09	14,1	2,25	51,94
Natal	140,25	0,36	6,41	-0,15	50,62
Porto Alegre	174,75	-4,01	0,00	-3,89	63,08
Recife	143,40	-3,40	16,59	1,29	51,76
Rio de Janeiro	168,60	-2,12	1,95	0,04	60,86
Salvador	134,23	-1,99	6,67	-1,29	48,45
São Paulo	178,22	-2,69	3,50	2,45	64,33
Vitória	160,50	-1,47	5,33	4,63	57,93

Fonte: DIEESE

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

² Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Agricultura

Produção física e rendimento médio dos principais produtos - Bahia 2004/2005

Produtos do LSPA ¹	Produção física (t)			Rendimento médio (Kg/ha)		
	2004 ²	2005 ³	Variação (%)	2004 ²	2005 ³	Variação (%)
Lavouras Temporárias						
Abacaxi ⁴	117.989	116.261	-1,5	24.576	24.389	-0,8
Algodão Herbáceo	704.163	867.563	23,2	3.453	3.345	-3,1
Alho	6.867	6.603	-3,8	6.571	6.544	-0,4
Amendoim	12.331	7.762	-37,1	1.680	1.242	26,1
Arroz Total	63.369	90.426	42,7	2.144	2.426	13,2
Arroz Sequeiro	50.719	72.545	43,0	1.913	2.200	15,0
Arroz Irrigado	12.650	17.881	41,4	4.161	4.168	0,2
Batata-inglesa	177.000	132.000	-25,4	31.607	32.195	1,9
Cana-de-açúcar	5.027.980	4.961.149	-1,3	57.965	56.837	-1,9
Cebola	131.464	120.226	-8,5	21.248	20.381	-4,1
Feijão Total	330.734	472.511	42,9	470	692	47,2
Feijão 1ª Safra	129.778	131.260	1,1	389	519	33,4
Sequeiro	82.129	70.006	-14,8	379	529	39,6
Irrigado	3.961	5.520	39,4	2.751	2.667	-3,1
Caupi	43.668	55.734	27,6	378	471	24,6
Feijão 2ª Safra	200.956	341.251	69,8	542	793	46,3
Sequeiro	173.428	303.297	74,9	489	759	55,2
Irrigado	23.802	24.847	4,4	2.201	2.218	-2,7
Caupi	3.726	13.107	251,8	631	679	7,6
Fumo	9.730	11.237	15,5	893	930	4,1
Mamona	114.125	169.812	48,8	773	1.003	29,8
Mandioca	4.156.403	4.447.073	7,0	12.439	12.832	3,2
Milho Total	1.610.560	1.480.543	-8,1	2.294	2.132	-7,1
Milho 1ª Safra	1.417.674	1.110.244	-21,7	3.131	3.100	-1,0
Sequeiro	1.317.574	1.059.283	-19,6	3.018	3.042	0,8
Irrigado	100.100	50.961	-49,1	6.145	5.176	-15,8
Milho 2ª Safra	192.886	370.299	92,0	774	1.101	42,2
Sequeiro	191.690	368.967	92,5	770	1.099	42,7
Irrigado	1.196	-	11,4	3.147	3.149	0,1
Soja	2.364.480	2.401.200	1,6	2.880	2.760	-4,2
Sorgo Granífero	109.649	100.251	-8,6	1.788	1.816	1,6
Tomate	192.216	169.202	-12,0	38.981	37.318	-4,3
Tomate de Mesa	192.216	169.202	-12,0	38.981	37.318	-4,3
Tomate para Indústria	nd	nd		nd	nd	-
Lavouras Permanentes						
Banana ⁵	844.739	860.317	1,8	14.056	13.886	-1,2
Cacau	134.780	140.112	4,0	253	257	1,6
Café	129.598	135.243	4,4	876	926	5,7
Castanha-de-cajú	5.479	5.729	4,6	280	286	2,1
Coco-da-baía ⁴	689.712	716.884	3,9	8.948	8.881	-0,7
Dendê	171.044	nd	-	4.114	nd	-
Guaraná	2.350	1.916	-18,5	392	346	-11,7
Laranja ⁵	774.003	795.143	2,7	15.857	15.860	0,0
Mamão ⁵	723.239	678.797	-6,1	50.263	50.573	0,6
Maracujá ⁴	114.147	nd	-	12.920	nd	-
Pimenta-do-reino	3.074	3.062	-0,4	2.493	2.500	0,3
Sisal	187.247	203.091	8,5	861	895	3,9
Uva	85.910	85.639	-0,3	25.216	25.210	0,0

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível, normalmente em razão da cultura estar na entressafra.

¹ A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996² Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2004 (dados sujeitos a retificação)³ Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), junho/2005 (dados sujeitos a retificação)⁴ Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare⁵ Produção física em toneladas e rendimento médio em quilo por hectare, a partir de setembro (Desconsidera variação percentual)

Área plantada, área colhida e área perdida dos principais produtos - Bahia: 2004 / 2005

Produtos do LSPA ¹	Área plantada (ha)			Área colhida (ha)			Área perdida (ha) ⁴	
	2004 ²	2005 ³	Variação (%)	2004 ²	2005 ³	Variação (%)	2004 ²	2005 ³
Lavouras Temporárias								
Abacaxi	4.851	4.767	-1,7	4.801	4.767	-0,7	50	0
Algodão Herbáceo	203.939	259.353	27,2	203.939	259.353	27,2	0	0
Alho	1.045	1.009	-3,4	1.045	1.009	-3,4	0	0
Amendoim	7.339	6.248	-14,9	7.339	6.248	-14,9	0	0
Arroz Total	29.551	37.270	26,1	29.551	37.270	26,1	0	0
Arroz Sequeiro	26.511	32.980	24,4	24.977	32.980	32,0	1.534	0
Arroz Irrigado	3.040	4.290	41,1	3.040	4.290	41,1	0	0
Batata-inglesa	5.600	4.100	-26,8	5.600	4.100	-26,8	0	0
Cana-de-açúcar	86.967	87.288	0,4	86.742	87.288	0,6	225	0
Cebola	6.187	5.899	-4,7	6.187	5.899	-4,7	0	0
Feijão Total	834.870	770.835	-7,7	704.331	682.903	-3,0	130.539	87.928
Feijão 1ª Safra	429.856	340.619	-20,8	333.482	252.691	-24,2	96.374	87.928
Sequeiro	299.054	219.842	-26,5	216.482	132.412	-38,8	82.572	87.430
Irrigado	1.440	2.070	43,8	1.440	2.070	43,8	0	0
Caupi	129.362	118.707	-8,2	115.560	118.209	2,3	13.802	498
Feijão 2ª Safra	405.014	430.216	6,2	370.849	430.216	16,0	34.165	0
Sequeiro	387.483	399.620	3,1	354.413	399.620	12,8	33.070	0
Irrigado	10.529	11.287	7,2	10.529	11.287	7,2	0	0
Caupi	7.082	19.309	172,6	5.907	19.309	226,9	1.175	0
Fumo	10.894	12.088	11,0	10.894	12.088	11,0	0	0
Mamona	149.623	169.256	13,1	147.698	169.256	14,6	1.925	0
Mandioca	345.220	356.907	3,4	334.132	346.561	3,7	11.088	10.346
Milho Total	759.648	722.055	-4,9	702.029	694.415	-1,1	57.619	27.640
Milho 1ª Safra	470.542	385.755	-18,0	452.808	358.115	-20,9	17.734	27.640
Sequeiro	454.252	375.910	-17,2	436.518	348.270	-20,2	17.734	27.640
Irrigado	16.290	9.845	-39,6	16.290	9.845	-39,6	0	0
Milho 2ª Safra	289.106	336.300	16,3	249.221	336.300	34,9	39.885	0
Sequeiro	288.726	335.877	16,3	248.841	335.877	35,0	39.885	0
Irrigado	380	423	11,3	380	423	11,3	0	0
Soja	821.000	870.000	6,0	821.000	870.000	6,0	0	0
Sorgo Granífero	61.475	55.215	-10,2	61.313	55.215	-9,9	162	0
Tomate	4.931	4.534	-8,1	4.931	4.534	-8,1	0	0
Tomate de Mesa	4.931	4.534	-8,1	4.931	4.534	-8,1	0	0
Tomate para Indústria	nd	nd	-	nd	nd	-	-	-
Lavouras Permanentes								
Banana	61.148	61.956	1,3	60.100	61.956	3,1	1.048	0
Cacau	544.068	554.244	2,0	533.529	544.944	2,1	10.539	0
Café	148.253	146.011	-1,5	147.874	146.011	-1,3	379	0
Castanha-de-cajú	19.832	20.008	0,9	19.595	20.008	2,1	237	0
Coco-da-baía	79.303	80.725	1,8	77.080	80.725	4,7	2.223	0
Dendê	41.579	nd	-	41.579	nd	-	-	-
Guaraná	6.003	5.537	-7,8	5.993	5.537	-7,6	10	0
Laranja	49.023	50.134	2,3	48.810	50.134	2,7	213	0
Mamão	15.560	13.422	-13,7	14.389	13.422	-6,7	1.171	0
Maracujá	8.857	nd	-	8.835	nd	-	22	-
Pimenta-do-reino	1.250	1.225	-2,0	1.233	1.225	-0,6	17	0
Sisal	223.364	227.024	1,6	217.464	227.024	4,4	5.900	0
Uva	3.407	3.397	-0,3	3.407	3.397	-0,3	0	0

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível, normalmente em razão da cultura estar na entressafra.

A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996

Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2004 (dados sujeitos a retificação)

Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), junho/2005 (dados sujeitos a retificação)

Equivalência à área plantada menos a área colhida

Indústria

Produção física da indústria e dos principais gêneros - Bahia: Maio/2005				%
Classes e Gêneros	No Mês ¹	Mensal ²	Acumulado no Ano ³	Acumulado 12 meses ⁴
Indústria Geral	-2,8	0,4	3,3	8,2
Extrativa mineral	0,8	3,2	-1,1	0,9
Indústria de transformação	-3,1	0,3	3,5	8,6
Alimentos e Bebidas	1,5	7,7	11,6	12,3
Celulose, papel e produtos de papel	-4,3	-4,7	5,7	-1,7
Refino de petróleo e álcool	-6,9	-9,2	-1,4	19,0
Produtos químicos	8,0	10,2	6,0	5,1
Borracha e plástico	10,3	17,1	1,9	9,4
Minerais não metálicos	1,2	1,8	6,3	13,1
Metalurgia básica	-20,4	-27,4	-12,1	-4,6
Veículos automotores	nd	35,0	48,7	44,7

Fonte: IBGE

Elaboração: GEAC - SEI

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior⁴ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Variação mensal do índice da indústria de transformação - Bahia: Maio/2004 - Maio/2005				%
Períodos	No Mês ¹	Mensal ²	Acumulado no Ano ³	Acumulado 12 meses ⁴
Maio 2004	2,3	11,7	7,9	0,6
Junho	8,4	22,3	10,2	2,3
Julho	-10,2	5,8	9,6	3,3
Agosto	0,1	7,4	9,3	4,7
Setembro	1,4	4,0	8,7	4,1
Outubro	-0,3	7,4	8,5	4,8
Novembro	3,7	32,4	10,4	8,9
Dezembro	-0,8	12,7	10,6	10,6
Janeiro	-0,9	7,7	7,7	11,4
Fevereiro	0,3	4,5	6,1	10,8
Março	0,2	-0,4	3,8	9,6
Abril	2,9	6,1	4,4	9,7
Maio 2005	-3,1	0,3	3,5	8,6

Fonte: IBGE

Elaboração: GEAC - SEI

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior⁴ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Energia

Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe - Bahia: Maio/2005				%
Classes	No mês ³	Mensal ⁴	Acumulado no ano ⁵	Acumulado 12 meses ⁶
Rural/Irrigação	9,4	-20,7	3,2	6,6
Residencial	-2,8	2,7	6,5	5,3
Industrial ¹	2,0	14,3	14,4	11,4
Comercial	-0,9	12,2	9,2	7,2
Utilidades Públicas ²	-1,3	1,9	3,4	2,8
Setor Público	-2,2	5,5	5,7	3,8
Concessionária	-1,0	4,4	2,7	-1,7
Total	0,7	8,8	10,8	8,7

Fonte: COELBA/CO - CGM

Elaboração: GEAC - SEI

¹ Consumo industrial corresponde à COELBA, CHESF, COPENE e Mercado Livre

² Corresponde a Iluminação Pública, Água, Esgoto e Saneamento e tração elétrica

³ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal

⁴ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

⁵ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

⁶ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Serviços

Pesquisa Mensal de Comércio - PMC Variação mensal no volume de vendas no varejo ¹ - Bahia:Maio/2005				%
Classes e Gêneros	No mês ²	Mensal ³	Acumulado no ano ⁴	Acumulado 12 meses ⁵
Comércio Varejista	-0,46	4,14	7,27	8,77
Combustíveis e Lubrificantes	-1,32	-19,78	-13,06	-5,24
Hipermercados, Supermercados, produtos alimentícios, Bebidas e Fumo	-1,46	7,22	10,25	10,29
Hipermercados e Supermercados	-0,65	5,02	8,30	10,04
Tecidos, Vestuário e Calçados	-7,37	16,99	15,64	9,19
Móveis e Eletrodomésticos	0,24	39,60	42,27	44,53
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	nd	12,12	7,88	nd
Livros, jornais, revistas e papelaria	nd	-13,40	-5,03	nd
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	nd	48,85	34,25	nd
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	nd	6,04	7,14	nd
Veículos, Motos e Peças	-4,61	4,33	12,27	18,28
Material de construção	nd	-7,49	-2,47	nd

Fonte: IBGE/ Diretoria de Pesquisas / Departamento de Comércio e Serviços

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível

¹ Dados deflacionados pelo IPCA

² Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal

³ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

⁴ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

⁵ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Consultas e inadimplências junto ao Serviço de Proteção ao Crédito Salvador: Set/2002 - Set/2003						%
Períodos	Consultas			Inadimplências ¹		
	No mês ²	Mensal ³	Acumulado no Ano ⁴	No mês ²	Mensal ³	Acumulado no Ano ⁴
Setembro 2002	-25,5	-45	4,2	48,5	-94,8	-51,4
Outubro	3,6	-62,1	-7,4	-8,1	-88,3	-55,8
Novembro	-4,9	-62,9	-15,5	-7,4	-83,7	-57,8
Dezembro	11,8	-62,8	-22,1	-6,3	-95,2	-64,9
Janeiro 2003	-10,5	-46,3	-46,3	-25,2	-89,0	-89,0
Fevereiro	-12,5	-40,3	-43,6	-6,3	-90,5	-89,7
Março	-6,2	-49,4	-45,5	13,1	-89,2	-89,6
Abril	10,0	-50,5	-46,9	47,2	-80,7	-87,6
Maio	2,0	-54,2	-48,5	-22,1	-60,1	-85,5
Junho	-12,3	-28,4	-46,3	56,7	-38,4	-82,1
Julho	11,7	-28,4	-44,2	-33,9	-32,6	-80,1
Agosto	-3,7	-36,3	-43,4	-24,7	-16,0	-78,5
Setembro	3,3	-11,7	-41,0	214,2	77,7	-73,0

Fonte: Dados Primários SPC. Elaboração: SEI

¹ Novos Registros² Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior³ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior⁴ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

Total de cheques compensados - Bahia: Jun/2004 - Jun/2005						%
Períodos	Quantidade			Valor		
	No mês ¹	Mensal ²	Acumulado no Ano ³	No mês ¹	Mensal ²	Acumulado no Ano ³
Junho 2004	-1,9	-3,6	-4,9	-2,0	10,4	3,4
Julho	1,8	-6,9	-5,2	2,9	7,1	4,0
Agosto	3,2	5,3	-4,0	3,7	20,1	5,9
Setembro	-10,9	-16,3	-5,4	-5,4	6,1	5,9
Outubro	1,9	-11,5	-6,0	4,1	9,8	6,3
Novembro	8,2	6,2	-5,0	-8,0	11,6	6,7
Dezembro	0,3	-14,6	-5,9	18,5	2,6	6,3
Janeiro	-2,5	-6,5	-6,0	-6,4	6,9	6,4
Fevereiro	-9,7	-0,6	-3,8	-12,9	13,6	6,8
Março	10,8	-10,3	-6,1	8,0	-7,9	5,7
Abril	-12,5	-11,1	-7,3	-12,0	-8,7	4,8
Maio	12,4	-2,3	-6,3	11,9	-2,6	4,3
Junho 2005	-7,4	-7,9	-6,6	-5,6	-6,2	3,7

Fonte: Banco Central do Brasil

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano interior³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano interior

Indicadores Sociais

Emprego

Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED Taxas de desemprego e de participação Região Metropolitana de Salvador - Jun/2005				%
Taxas	RMS	Salvador	Demais Municípios	
Desemprego Total	25,5	24,6	29,5	
Desemprego Aberto	15,1	13,9	20,3	
Desemprego Oculto	10,4	10,7	9,2	
Participação (PEA/PIA)	60,7	61,5	57,4	

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Taxa de desemprego aberto e taxa de participação Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Jun/2005					%
Períodos	Taxa de desemprego aberto		Taxa de participação		
	RMS	Salvador	RMS	Salvador	
Janeiro 2004	14,9	14,3	62,4	63,3	
Fevereiro	14,9	14,1	62,0	63,1	
Março	15,4	14,5	62,0	63,1	
Abril	15,9	14,8	62,2	63,0	
Maio	15,5	14,5	62,3	63,0	
Junho	15,0	14,0	62,2	62,9	
Julho	14,9	14,1	62,1	62,9	
Agosto	14,9	14,1	62,1	63,0	
Setembro	14,8	14,2	61,9	62,8	
Outubro	14,5	13,9	61,9	63,1	
Novembro	14,5	14,2	61,7	62,9	
Dezembro	14,4	14,2	61,3	62,5	
Janeiro 2005	14,0	13,9	61,0	61,8	
Fevereiro	13,4	12,8	60,5	60,9	
Março	14,0	13,0	60,4	60,6	
Abril	14,9	13,7	60,3	60,7	
Maio	15,5	14,4	60,7	61,2	
Junho	15,1	13,9	60,7	61,5	

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

**Estimativa da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas globais e de participação e taxa de desemprego total
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Jun/2005**

%

Períodos	População Economicamente Ativa (PEA)						Inativos maiores de 10 Anos		Taxas		Popula- ção total
	Total		Ocupados		Desempregados						
	Números absolutos¹	Índice²	Números absolutos¹	Índice²	Números absolutos¹	Índice²	Números absolutos¹	Índice²	Partici- pação (PEA/PIA)	Desemp. total (PEA/PIA)	
Janeiro 2004	1.684	128,4	1.246	119,1	438	164,5	1.015	110,9	62,4	26,0	3.219
Fevereiro	1.677	127,8	1.231	117,7	446	167,5	1.029	112,4	62,0	26,6	3.225
Março	1.681	128,1	1.232	117,8	449	168,6	1.031	112,6	62,0	26,7	3.230
Abril	1.691	128,9	1.240	118,5	451	169,4	1.027	112,2	62,2	26,7	3.236
Maio	1.697	129,3	1.261	120,6	436	163,8	1.030	112,5	62,3	25,7	3.242
Junho	1.699	129,5	1.266	121,0	433	162,6	1.032	112,7	62,2	25,5	3.247
Julho	1.700	129,6	1.270	121,4	430	161,5	1.039	113,5	62,1	25,3	3.253
Agosto	1.704	129,9	1.275	121,9	429	161,1	1.040	113,7	62,1	25,2	3.259
Setembro	1.702	129,7	1.275	121,9	427	160,4	1.048	114,5	61,9	25,1	3.264
Outubro	1.706	130,0	1.279	122,3	427	160,4	1.051	114,8	61,9	25,0	3.270
Novembro	1.705	130,0	1.275	121,9	430	161,5	1.059	115,7	61,7	25,2	3.275
Dezembro	1.698	129,4	1.277	122,1	421	158,1	1.071	117,0	61,3	24,8	3.281
Janeiro 2005	1.693	129,0	1.273	121,7	420	157,7	1.083	118,3	61,0	24,8	3.287
Fevereiro	1.683	128,3	1.269	121,3	414	155,5	1.099	120,1	60,5	24,6	3.293
Março	1.684	128,4	1.256	120,1	428	160,7	1.104	120,6	60,4	25,4	3.298
Abril	1.685	128,4	1.252	119,7	433	162,6	1.109	121,2	60,3	25,7	3.304
Maio	1.700	129,6	1.261	120,6	439	164,9	1.101	120,3	60,7	25,8	3.310
Junho	1.704	129,9	1.270	121,4	434	163,0	1.103	120,5	60,7	25,5	3.316

Variação mensal

Jun-05/Maio-05	0,2	0,7	-1,1	0,2	0,0	-1,2
-----------------------	------------	------------	-------------	------------	------------	-------------

Variação no ano

Jun-05/Dez-04	0,4	-0,5	3,1	3,0	-1,0	2,8
----------------------	------------	-------------	------------	------------	-------------	------------

Variação anual

Jun-05/Jun-04	0,3	0,3	0,2	6,9	-2,4	0,0
----------------------	------------	------------	------------	------------	-------------	------------

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Em 1.000 pessoas. A partir de fevereiro/2001 as projeções da população foram ajustadas com base nos resultados do Censo 2000² Base: Dezembro 1996 = 100

Distribuição dos ocupados por setor de atividade econômica no trimestre Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Jun/2005							
Períodos	Setores de atividade econômica						
	Indústria de transformação	Construção civil	Comércio	Serviços produção ¹	Serviços pessoais ²	Serviços domésticos	Outros
Janeiro 2004	8,5	5,1	16,7	31,9	26,7	10,0	1,1
Fevereiro	8,5	4,9	16,5	32,3	26,8	9,7	1,3
Março	8,4	4,5	16,6	32,8	26,8	9,7	1,2
Abril	8,5	4,4	15,9	33,0	26,6	10,2	1,4
Maio	8,2	4,3	16,4	32,5	26,7	10,6	1,3
Junho	8,4	4,6	16,3	32,6	27,0	10,0	1,1
Julho	8,7	4,4	16,3	32,3	27,6	9,6	1,1
Agosto	9,2	4,4	16,2	33,2	26,9	8,8	1,3
Setembro	9,1	4,3	16,4	32,7	26,4	9,2	1,9
Outubro	8,9	4,5	16,5	32,6	26,2	9,4	1,9
Novembro	8,5	4,3	16,6	32,0	27,2	9,8	1,6
Dezembro	8,3	5,0	16,6	31,8	27,0	10,0	1,3
Janeiro 2005	8,6	4,9	16,3	32,3	26,4	10,0	1,5
Fevereiro	8,7	5,5	16,3	32,9	25,2	9,8	1,6
Março	8,8	5,4	15,9	33,7	25,6	9,1	1,5
Abril	8,9	5,7	16,4	32,5	26,3	8,9	1,3
Maio	9,1	5,1	16,0	31,5	27,7	9,2	1,4
Junho	9,2	4,8	16,2	31,2	27,5	9,6	1,5

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Incluem Transporte e Armazenagem; Utilidade pública; Especializados; Administração Pública, Forças Armadas e Polícia; Creditícios e Financeiros; Comunicação; Diversão, Radiodifusão e Teledifusão; Comércio, Administração de Valores Imobiliários e de Imóveis; Serviços Auxiliares; Outros serviços de reparação e limpeza

² Incluem Serviços Pessoais diversos, Alimentação, Educação, Saúde, Serviços Comunitários, Oficinas de reparação mecânica e outros serviços

Distribuição dos ocupados por posição na ocupação no trimestre										
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 -Jun/2005										
Períodos	Posição na ocupação									
	Assalariados				Autônomos			Empregador	Domésticos	Outros¹
	Total	Ass. priv. c/ carteira	Ass. priv. S/ carteira	Ass. público	Total	Aut. trab. p/ público	Aut. trab. P/ empresa			
Janeiro 2004	60,4	34,2	12,3	13,9	23,1	19,0	4,1	3,7	10,0	2,8
Fevereiro	60,8	34,5	12,1	14,2	22,9	18,8	4,1	3,9	9,7	2,7
Março	60,8	34,9	11,7	14,2	22,5	18,7	3,8	3,9	9,7	3,0
Abril	60,1	34,4	11,8	13,9	22,8	18,7	4,1	4,0	10,2	2,9
Maio	59,3	33,9	11,7	13,7	23,0	19,3	3,7	4,1	10,6	3,0
Junho	59,1	33,8	11,7	13,6	23,9	20,0	3,9	4,2	10,0	2,9
Julho	59,2	34,4	10,9	13,9	23,9	20,0	3,9	4,2	9,6	3,0
Agosto	60,2	34,8	11,2	14,2	24,0	19,7	4,3	4,1	8,8	2,9
Setembro	59,4	34,4	10,9	14,1	24,4	19,5	4,9	4,3	9,2	2,7
Outubro	59,8	33,9	11,8	14,1	24,3	19,5	4,8	4,2	9,4	2,3
Novembro	60,0	34,4	11,8	13,8	23,9	19,1	4,8	4,1	9,8	2,2
Dezembro	60,3	34,6	12,1	13,6	23,4	19,1	4,3	4,0	10,0	2,3
Janeiro 2005	60,3	35,7	11,5	13,1	23,4	19,2	4,2	4,2	10,0	2,1
Fevereiro	60,5	36,0	11,2	13,3	23,3	19,3	4,0	4,4	9,8	2,0
Março	61,7	37,2	11,0	13,5	22,8	19,0	3,8	4,5	9,1	1,9
Abril	61,6	37,3	11,2	13,1	22,8	18,9	3,9	4,6	8,9	2,1
Maio	60,8	36,2	11,6	13,0	23,5	19,8	3,7	4,3	9,2	2,2
Junho	60,8	35,8	12,1	12,9	23,7	19,6	4,1	3,7	9,6	2,2

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Incluem Trabalhadores Familiares e Donos de Negócios Familiares

Rendimento

Rendimento real trimestral dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal ¹ Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Maio/2005							R\$
Períodos	Rendimento médio real						
	Ocupados ¹			Assalariados ²			
	Valor absoluto ³		Índice ⁴	Valor absoluto ³		Índice ⁴	
	Média	Mediana		Média	Mediana		
Janeiro 2004	679	366	81,6	782	456	81,9	
Fevereiro	692	363	83,1	792	449	82,9	
Março	702	361	84,3	803	446	84,1	
Abril	673	351	80,9	778	438	81,5	
Maio	679	355	81,6	788	442	82,5	
Junho	672	356	80,8	782	453	81,9	
Julho	673	364	80,9	765	452	80,2	
Agosto	672	364	80,4	765	455	79,8	
Setembro	669	360	79,6	770	450	79,9	
Outubro	666	352	79,1	781	450	80,8	
Novembro	655	352	77,1	770	440	79,0	
Dezembro	650	355	76,1	754	442	76,9	
Janeiro 2005	686	370	79,6	790	456	80,0	
Fevereiro	714	391	82,6	812	475	81,9	
Março	743	392	85,6	843	480	84,7	
Abril	719	381	82,5	820	453	82,0	
Maio	715	375	81,1	815	450	80,6	
Variação mensal							
Maio-05/Abr-05	-1,7	-2,6	-1,7	-1,7	-1,7	-1,7	
Variação no ano							
Maio-05/Dez-04	6,6	2,5	6,6	4,8	-1,2	4,8	
Variação anual							
Maio-05/Maio-04	-0,5	-0,1	-0,5	-2,3	-3,8	-2,3	

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Exclusive os Assalariados e os Empregados Domésticos Assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores Familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício

² Exclusive os Assalariados que não tiveram remuneração no mês

³ Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de Maio - 2005.

⁴ Índice de variação da média. Base: Dezembro -1996 =100.

Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução ¹					
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Maio/2005					
R\$					
Períodos	Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução				
	Analfabetos	1º Grau incompleto	1º Grau completo/ 2º incompleto	2º Grau completo/ 3º incompleto	3º Grau completo
Janeiro 2004	255	339	442	705	2.021
Fevereiro	238	327	428	731	2.039
Março	226	318	419	746	2.041
Abril	209	313	397	726	2.008
Maio	219	309	400	697	2.135
Junho	239	321	399	672	2.152
Julho	251	325	408	668	2.081
Agosto	262	337	418	681	2.069
Setembro	274	325	416	685	1.974
Outubro	287	307	403	686	2.034
Novembro	260	299	386	688	2.021
Dezembro	239	317	406	701	2.032
Janeiro 2005	236	338	409	737	2.124
Fevereiro	253	346	434	752	2.110
Março	269	346	439	762	2.182
Abril	272	340	443	732	2.154
Maio	269	350	442	728	2.206

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Maio de 2005

Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado						
por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não assinada pelo atual empregador ¹						
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Maio/2005						
R\$						
Períodos	Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado					
	Total	Setor de atividade			Carteira de trabalho	
		Indústria	Comércio	Serviços	Assinada	Não-Assinada
Janeiro 2004	633	887	479	618	716	392
Fevereiro	649	985	484	616	735	384
Março	648	956	493	616	738	372
Abril	633	926	481	611	718	378
Maio	628	890	483	615	711	385
Junho	632	865	483	622	707	381
Julho	630	836	498	619	715	358
Agosto	644	891	506	626	726	372
Setembro	641	886	516	622	728	388
Outubro	638	907	517	619	720	392
Novembro	628	848	515	620	711	380
Dezembro	634	821	498	639	715	373
Janeiro 2005	671	908	504	676	754	389
Fevereiro	683	910	508	689	764	396
Março	715	1.041	541	689	797	421
Abril	693	992	525	662	775	421
Maio	689	968	536	664	773	426

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Maio de 2005

Distribuição do rendimento real trimestral entre os ocupados e os assalariados no trabalho principal¹

Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Maio/2005

R\$

Períodos	Rendimento real trimestral									
	Ocupados ²					Assalariados ³				
	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até
Janeiro 2004	103	246	359	717	1.524	244	288	447	823	1.626
Fevereiro	122	243	356	717	1.530	243	284	440	845	1.691
Março	102	242	354	711	1.546	241	284	437	863	1.810
Abril	101	240	344	700	1.508	240	281	429	807	1.620
Maio	101	243	352	705	1.521	243	285	439	815	1.666
Junho	101	243	354	704	1.503	243	300	450	805	1.611
Julho	101	260	364	709	1.509	260	300	452	805	1.600
Agosto	101	260	364	707	1.506	260	300	455	808	1.607
Setembro	101	260	360	707	1.513	260	300	450	808	1.707
Outubro	100	260	352	700	1.511	260	300	450	843	1.712
Novembr	101	260	352	700	1.500	260	300	440	808	1.616
Dezembr	101	260	355	700	1.500	260	300	442	811	1.522
Janeiro 2005	120	260	370	711	1.511	260	302	456	847	1.622
Fevereiro	131	260	391	799	1.516	260	303	475	900	1.700
Março	150	261	392	800	1.611	260	302	480	903	1.813
Abril	130	261	381	763	1.513	260	301	453	899	1.765
Maio	121	262	375	722	1.522	262	303	450	811	1.800

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Maio de 2005

² Exclusive os Assalariados e os Empregados Domésticos Assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores Familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício

³ Exclusive os Assalariados que não tiveram remuneração no mês

Emprego Formal

Flutuação Mensal do Emprego Bahia: Jan/2004 - Jun/2005

Períodos	Saldo Líquido (Admissões - desligamentos)				
	Total ¹	Ind. Trans.	Const. Civil	Comércio	Serviços
2004	52.724	14.686	187	14.648	20.957
Janeiro	9.206	1.804	2.198	1.092	2.166
Fevereiro	2.628	458	-1.544	913	1.544
Março	-133	-744	-848	-309	2.112
Abril	5.184	2.525	67	801	-526
Maio	11.115	2.521	506	1.875	2.458
Junho	5.016	1.174	-630	1.445	541
Julho	7.967	2.164	233	1.083	2.773
Agosto	8.173	2.319	868	1.801	2.810
Setembro	5.493	2.792	820	1.483	2.333
Outubro	1.764	968	-659	1.695	2.260
Novembro	1.498	-581	164	2.631	3.268
Dezembro	-5.187	-714	-988	138	-782
2005	43.125	7.304	5.174	6.738	14.271
Janeiro	4.882	1.133	1.455	1.269	1.299
Fevereiro	3.112	786	-640	717	1.111
Março	6.426	1.665	1.418	-154	2.847
Abril	9.387	1.334	1.061	1.001	4.806
Maio	9.511	810	1.093	1.557	1.488
Junho	9.807	1.576	787	2.348	2.720
Jul/04 - Jun/05	62.833	14.252	5.612	15.569	26.933

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4 923/65 - Perfil do Estabelecimento

¹ Incluem todos os setores (Dados Preliminares)

Flutuação Mensal do Emprego**Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Jun/005**

Períodos	Saldo líquido (Admissões - desligamentos)				
	Total ¹	Ind. transf.	Const. civil	Comércio	Serviços
2004	23.824	5.238	812	5.829	12.949
Janeiro	4.607	737	2.078	448	1.349
Fevereiro	-1.413	-467	-2.114	428	789
Março	1.117	190	-297	-314	1.686
Abril	-718	312	47	151	-1.096
Maio	2.802	619	164	607	1.503
Junho	505	796	-444	466	-70
Julho	3.513	1.015	486	529	1.572
Agosto	4.008	761	1.003	727	1.584
Setembro	3.460	654	602	814	1.514
Outubro	2.345	424	-464	661	1.587
Novembro	4.300	270	-5	1.416	2.642
Dezembro	-702	-73	-244	-104	-111
2005	13.637	1.795	2.823	1.769	8.917
Janeiro	-175	389	760	450	783
Fevereiro	974	-174	-343	358	1.199
Março	3.358	547	785	-199	1.959
Abril	4.514	647	516	256	2.882
Maio	1.713	-39	562	293	479
Junho	3.253	425	543	611	1.615
Jul/04 - Jun/05	30.561	4.846	4.201	5.812	17.705

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento

¹ Incluem todos os setores (Dados Preliminares)

Finanças Públicas

União

Demonstrativo das Receitas da União							R\$ 1.000
Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Maio/2005							
Receitas	Previsão inicial (a)	Previsão atualizada (b)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (b-d)
			Abr-Maio/2005 (c)	% (c/b)	Jan a Maio /2005 (d)	% (d/b)	
Receitas Correntes	514.206.446	514.206.446	83.950.296	16,3	206.481.364	40,2	307.725.082
Receita Tributária	147.418.884	147.418.884	25.671.580	17,4	63.140.273	42,8	84.278.611
Receita de Contribuições	318.753.568	318.753.568	49.138.755	15,4	120.746.195	37,9	198.007.373
Receita Patrimonial	13.799.462	13.799.462	3.055.283	22,1	6.215.686	45,0	7.583.776
Receita Agropecuária	19.349	19.349	3.583	18,5	8.114	41,9	11.235
Receita Industrial	676.011	676.011	114.835	17,0	202.671	30,0	473.340
Receita de Serviços	20.752.799	20.752.799	3.420.259	16,5	9.846.395	47,4	10.906.404
Transferências Correntes	475.127	475.127	19.339	4,1	50.478	10,6	424.649
Outras Receitas Correntes	12.311.246	12.311.246	2.526.662	20,5	6.271.552	50,9	6.039.694
Receitas de Capital	156.361.503	156.361.503	15.214.815	9,7	43.836.844	28,0	112.524.659
Operações de Crédito	100.804.832	100.804.832	9.017.241	8,9	27.430.005	27,2	73.374.827
Alienação de Bens	4.651.596	4.651.596	261.542	5,6	327.356	7,0	4.324.240
Amortizações de Empréstim	27.675.693	27.675.693	3.487.129	12,6	7.301.919	26,4	20.373.774
Transferências de Capital	69.448	69.448	6.073	8,7	10.570	15,2	58.878
Outras Receitas de Capital	23.159.934	23.159.934	2.442.829	10,5	8.766.994	37,9	14.392.940
Subtotal das Receitas (I)	670.567.949	670.567.949	99.165.111	14,8	250.318.208	37,3	420.249.741
Operações de Crédito Refinanciamento (II)	935.835.222	935.835.222	98.615.159	10,5	234.921.643	25,1	700.913.579
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	927.423.392	927.423.392	98.483.728	10,6	234.078.473	25,2	693.344.919
Interna	886.267.910	886.267.910	98.615.014	11,1	227.294.692	25,6	658.973.218
Externa	41.155.482	41.155.482	(131.286)	(0,3)	6.783.781	16,5	34.371.701
Refinanciamento de Outras Dívidas	8.411.830	8.411.830	131.431	1,6	843.170	10,0	7.568.660
Interna	12.512	12.512	145	1,2	361	2,9	12.151
Externa	8.399.318	8.399.318	131.286	1,6	842.809	10,0	7.556.509
Subtotal com Refinanciamento (III) = (I+II)	1.606.403.171	1.606.403.171	197.780.270	12,3	485.239.851	30,2	1.121.163.320
Déficit (IV)	-	-	-	-	-	-	-
Total (IIII+IV)	1.606.403.171	1.606.403.171	197.780.270	12,3	485.239.851	30,2	1.121.163.320
Saldos de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	93.710	-	-

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

Demonstrativo das Despesas da União									
Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Maio/2005								R\$ 1.000	
Despesas	Dotação inicial (a)	Créditos adicionais (b)	Dotação atualizada (c)=a+b	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas		% (g/c)	Saldo a liquidar (c-g)
				Mar-Abr/2005 (d)	Jan a Abr/2005 (e)	Mar-Abr/2005 (f)	Jan a Abr/2005 (g)		
Despesas Correntes	528.066.381	766.378	528.832.759	31.610.698	441.279.237	74.049.288	144.938.157	27,4	383.894.602
Pessoal e Encargos Sociais	98.109.568	199.545	98.309.113	6.389.208	67.637.602	13.534.134	28.360.822	28,8	69.948.291
Juros e Encargos da Dívida	110.834.622	-	110.834.622	355.083	109.516.088	13.958.599	27.350.066	24,7	83.484.556
Outras Despesas Correntes	319.122.191	566.833	319.689.024	24.866.407	264.125.547	46.556.555	89.227.269	27,9	230.461.755
Transf. a Estados, DF e Municípios	110.079.171	2.138	110.081.309	6.198.862	94.180.357	16.464.099	32.138.613	29,2	77.942.696
Benefícios Previdenciários	129.324.656	-	129.324.656	3.991	128.575.498	20.476.472	40.635.949	31,4	88.688.707
Demais Despesas Correntes	79.718.364	564.695	80.283.059	18.663.554	41.369.692	9.615.984	16.452.707	20,5	63.830.352
Despesas de Capital	121.352.041	261.636	121.613.677	3.133.760	79.938.377	15.334.327	18.140.215	14,9	103.473.462
Investimentos	21.356.743	253.615	21.610.358	1.802.327	2.069.414	167.427	187.946	0,9	21.422.412
Inversões Financeiras	33.764.265	8.021	33.772.286	863.332	16.784.394	3.143.855	5.307.787	15,7	28.464.499
Amortização da Dívida	66.231.033	-	66.231.033	468.101	61.084.569	12.023.045	12.644.482	19,1	53.586.551
Reserva de Contingência	21.618.689	(307.412)	21.311.277	-	-	-	-	-	21.311.277
Subtotal das Despesas (I)	671.037.111	720.602	671.757.713	34.744.458	521.217.614	89.383.615	163.078.372	24,3	508.679.341
Amortização da Dívida Refinanciamento (II)	935.366.060	0	935.366.060	39.462	929.040.008	96.656.897	187.992.796	20,1	747.373.264
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	926.954.230	0	926.954.230	0	920.643.390	96.520.307	187.154.590	20,2	739.799.640
Refinanciamento de Outras Dívidas	8.411.830	0	8.411.830	39.462	8.396.618	136.590	838.206	10,0	7.573.624
Subtotal com Refinanciamento (III) = (I+II)	1.606.403.171	720.602	1.607.123.773	34.783.920	1.450.257.622	186.040.512	351.071.168	21,8	1.256.052.605
Superávit (IV)	-	-	-	-	-	-	54.762.589	-	-
Total (III+IV)	1.606.403.171	720.602	1.607.123.773	34.783.920	1.450.257.622	186.040.512	405.833.757	-	1.256.052.605

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

Estado

Balanco Orçamentário - Receita							R\$ 1.000
Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Abr/2005							
Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (a-c)
			Bim. Mar/Abr	%	No exercício	%	
			(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	
Receitas Correntes	13.382.064	13.506.842	2.055.203	15,22	4.247.946	31,45	9.258.896
Receita Tributária	7.760.919	7.760.919	1.129.993	14,56	2.384.723	30,73	5.376.196
Impostos	7.556.067	7.556.067	1.092.035	14,45	2.316.833	30,66	5.239.233
Taxas	204.852	204.852	37.958	18,53	67.890	33,14	136.962
Receita de Contribuições	1.133.301	1.133.301	194.515	17,16	378.257	33,38	755.044
Contribuições Sociais	1.133.301	1.133.301	194.515	17,16	378.257	33,38	755.044
Contribuições Econômicas	-	-	-	-	-	-	-
Receita Patrimonial	207.269	207.269	26.416	12,74	47.919	23,12	159.350
Receitas Imobiliárias	24.962	24.962	791	3,17	1.425	5,71	23.537
Receitas de Valores Mobiliários	174.026	174.026	25.183	14,47	45.565	26,18	128.461
Receitas de Concessões e Permissões	3.266	3.266	441	13,51	929	28,43	2.337
Outras Receitas Patrimoniais	5.015	5.015	1	0,01	1	0,01	5.014
Receita Agropecuária	1.213	1.213	4	0,33	4	0,33	1.209
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	1.007	1.007	4	0,40	4	0,40	1.003
Outras Receitas Agropecuárias	206	206	-	-	-	-	206
Receita Industrial	94	94	-	-	-	-	94
Receita da Indústria de Transformação	94	94	-	-	-	-	94
Receita de Serviços	72.751	72.751	4.992	6,86	9.652	13,27	63.099
Receita de Serviços	72.751	72.751	4.992	6,86	9.652	13,27	63.099
Transferências Correntes	4.937.920	4.954.799	754.637	15,23	1.559.649	31,48	3.395.151
Transferências Intragovernamentais	-	-	-	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	4.782.853	4.791.153	732.929	15,30	1.512.697	31,57	3.278.457
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências do Exterior	11.067	3.513	1.213	34,53	1.329	37,83	2.184
Transferências de Convênios	144.000	160.132	20.495	12,80	45.623	28,49	114.509
Outras Receitas Correntes	488.408	596.307	127.786	21,43	254.852	42,74	341.455
Multas e Juros de Mora	117.525	117.525	16.789	14,29	34.654	29,49	82.870
Indenizações e Restituições	31.845	31.845	1.274	4,00	12.096	37,98	19.749
Receita da Dívida Ativa	6.600	6.600	1.344	20,37	2.487	37,68	4.113
Receitas Correntes Diversas	332.438	440.337	108.379	24,61	205.615	46,69	234.723
Conta Retificadora da Receita Orçamentária	(1.219.811)	(1.219.811)	(183.140)	15,01	(387.109)	31,74	(832.701)
Receitas de Capital	1.126.855	1.127.676	28.489	2,53	67.816	6,01	1.059.859
Operações de Crédito	799.782	799.782	27.841	3,48	64.822	8,10	734.960
Operações de Crédito Internas	414.645	414.645	20.741	5,00	29.899	7,21	384.746
Operações de Crédito Externas	385.137	385.137	7.100	1,84	34.923	9,07	350.214
Alienação de Bens	145.615	146.420	159	0,11	1.656	1,13	144.764
Alienação de Bens Móveis	141.970	141.970	132	0,09	1.588	1,12	140.382
Alienação de Bens Imóveis	3.645	4.451	27	0,60	69	1,54	4.382
Amortização de Empréstimos	3.000	3.000	133	4,43	133	4,44	2.867
Amortização de Empréstimos Imobiliários	3.000	3.000	133	4,44	133	4,44	2.867
Transferências de Capital	175.008	175.023	356	0,20	1.205	0,69	173.818
Transferências Intragovernamentais	-	-	-	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	72	72	-	-	-	-	72
Transferências do Exterior	160	160	-	-	-	-	160
Transferências de Convênios	174.776	174.791	356	0,20	1.205	0,69	173.586
Outras Receitas de Capital	3.450	3.450	-	-	-	-	3.450
Outras Receitas	3.450	3.450	-	-	-	-	3.450
Subtotal das Receitas (I)	14.508.919	14.634.518	2.083.692	14,24	4.315.763	29,49	10.318.755
Operações de Crédito Refinanciamento (II)	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas Para Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento de Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas Para Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento de Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamentos (III)=(I+II)	14.508.919	14.634.518	2.083.692	14,24	4.315.763	29,49	10.318.755
Déficit (IV)	-	-	-	-	-	-	-
Total (V)= (III+IV)	14.508.919	14.634.518	2.083.692	14,24	4.315.763	29,49	10.318.755
Saldo de Exercícios Anteriores (VI)	-	-	-	-	107.522	-	-

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Balço Orçamentário - Despesa								R\$ 1.000
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social: Jan - Abr/2005								
Despesas	Dotação inicial	Créditos adicionais	Dotação atualizada	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas		Saldo
				Bim. Mar/Abr	No exercício	Bim. Mar/Abr	No exercício	
Despesas Correntes	11.851.823	130.612	11.982.435	1.763.994	3.435.740	1.720.255	3.302.689	8.679.747
Pessoal e Encargos Sociais	5.736.607	(926)	5.735.681	833.889	1.755.046	839.243	1.748.627	3.987.054
Juros e Encargos da Dívida	778.269	-	778.269	95.101	179.323	95.101	179.223	599.046
Outras Despesas Correntes	5.336.947	131.538	5.468.485	835.004	1.501.371	785.911	1.374.838	4.093.647
Despesas de Capital	2.625.596	15.372	2.640.968	353.583	577.362	304.238	512.377	2.128.591
Investimentos	1.544.975	75.273	1.620.248	178.326	219.015	128.979	154.029	1.466.219
Inversões Financeiras	216.460	(59.901)	156.559	13.115	35.967	13.117	35.967	120.591
Amortização da Dívida	864.161	-	864.161	162.142	322.380	162.142	322.380	541.781
Reserva de Contingência	31.500	(20.385)	11.115	-	-	-	-	11.115
Subtotal das Despesas (VII)	14.508.919	125.599	14.634.518	2.117.577	4.013.102	2.024.493	3.815.066	10.819.452
Amortização da dívida refinanciamento (VIII)	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal Com Refinanciamentos (IX) = (VII+VIII)	14.508.919	125.599	14.634.518	2.117.577	4.013.102	2.024.493	3.815.066	10.819.452
Superávit (X)	-	-	-	-	-	-	500.697	-
Total (XI) = (IX+X)	14.508.919	125.599	14.634.518	2.117.577	4.013.102	2.024.493	4.315.763	10.819.452

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Receita tributária mensal - Bahia: Jan/2004 - Maio/2005						R\$ 1.000
Períodos	ICMS		Outras		Total	
	2004	2005	2004	2005	2004	2005
Janeiro	484.463	636.043	37.074	30.157	521.538	666.200
Fevereiro	438.218	525.513	45.857	63.017	484.075	588.530
Março	468.157	486.953	46.489	48.790	514.646	535.743
Abril	699.160	526.342	48.642	67.908	747.802	594.250
Maio	532.332	601.883	54.678	66.249	587.009	668.132
Junho	531.331		63.295		594.626	
Julho	554.265		65.912		620.176	
Agosto	577.960		60.630		638.590	
Setembro	567.226		57.974		625.200	
Outubro	649.095		44.657		693.752	
Novembro	513.166		37.186		550.352	
Dezembro	610.156		71.658		681.814	
Total	6.625.528		634.052		7.259.580	

Fonte: SEFAZ - Balancetes mensais

Elaboração: SEI

Arrecadação mensal da Receita Tributária¹ - Bahia: Jan/2004 - Maio/2005						R\$ 1.000
Períodos	ICMS		Outras		Total	
	2004	2005	2004	2005	2004	2005
Janeiro	549.645	646.529	42.062	30.654	591.707	677.183
Fevereiro	491.848	532.025	51.469	63.798	543.317	595.823
Março	520.596	488.170	51.696	48.912	572.292	537.082
Abril	768.658	525.005	53.477	67.735	822.134	592.740
Maio	576.814	601.883	59.247	66.249	636.061	668.132
Junho	568.413		67.712		636.125	
Julho	586.291		69.720		656.012	
Agosto	603.445		63.303		666.749	
Setembro	589.387		60.239		649.626	
Outubro	670.891		46.157		717.048	
Novembro	526.065		38.121		564.186	
Dezembro	622.268		73.080		695.349	
Total	7.074.322		676.284		7.750.606	

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Elaboração:SEI

¹ Valores atualizados a preços de abril/05 pelo IGP-DI/FGV

Transferências constitucionais da União para Bahia : Jan/2004 - Maio/2005												R\$ 1.000
Períodos	Receitas											
	FPE¹		IPI-EXP		CIDE		FUNDEF UNIÃO²		Outras³		Total	
	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês
Janeiro 2004	167.381	167.381	8.168	8.168	-	-	16.493	16.493	6.713	6.713	198.756	198.756
Fevereiro	182.797	350.177	8.958	17.126	-	-	17.831	34.324	6.713	13.426	216.298	415.054
Março	147.937	498.114	8.358	25.483	-	-	14.736	49.060	6.713	20.140	177.744	592.797
Abril	162.956	661.070	10.286	35.769	-	-	16.187	65.247	32.539	52.678	221.968	814.765
Maio	189.788	850.858	10.070	45.840	-	-	18.614	83.862	6.713	59.391	225.186	1.039.951
Junho	123.200	974.059	9.851	55.691	-	-	12.557	96.419	6.713	66.105	152.322	1.192.273
Julho	128.121	1.102.180	10.563	66.254	-	-	39.035	135.454	6.713	72.818	184.432	1.376.705
Agosto	166.683	1.268.862	11.093	77.346	-	-	16.562	152.016	9.217	82.035	203.554	1.580.259
Setembro	144.339	1.413.202	10.708	88.054	-	-	14.516	166.532	9.217	91.251	178.780	1.759.039
Outubro	154.466	1.567.668	11.230	99.284	21.103	21.103	15.459	181.991	9.217	100.468	211.476	1.970.515
Novembro	153.985	1.721.653	11.106	110.390	-	21.103	15.410	197.401	9.217	109.685	189.717	2.160.232
Dezembro	190.056	1.911.709	11.312	121.702	-	21.103	14.426	211.827	9.217	118.901	225.011	2.385.243
Janeiro 2005	213.700	213.700	10.766	10.766	21.084	21.084	17.367	17.367	9.217	9.217	272.134	272.134
Fevereiro	187.072	400.772	9.167	19.933	-	21.084	15.236	32.603	9.217	18.433	220.692	492.826
Março	179.413	580.185	9.168	29.101	-	21.084	14.592	47.196	9.217	27.650	212.389	705.215
Abril	194.791	774.976	10.609	39.710	21.274	42.358	15.788	62.984	9.217	36.867	251.680	956.895
Maio	219.866	994.842	10.347	50.057	-	42.358	17.453	80.437	9.217	46.083	256.883	1.213.778

Fonte: MINFAZ/STN

Elaboração:SEI

Nota: A partir de 1998, dos valores do FPM, FPE, IPI-Exportação e ICMS, já está descartada a parcela de 15% (quinze por cento) destinada ao FUNDEF.

Município

Balanço Orçamentário ¹ Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Abr/2005							R\$ 1.000
Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (A)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (b-c)
			Mar-Abr/2005 (b)	% B/A	Jan-Abr/2005 (c)	% C/A	
Receitas Correntes	1.590.281	1.590.281	221.299	13,9	484.272	30,5	1.106.009
Receita Tributária	559.548	559.548	80.814	14,4	193.828	34,6	365.720
Impostos	470.000	470.000	67.075	14,3	159.902	34,0	310.098
Taxas	89.548	89.548	13.524	15,1	33.565	37,5	55.983
Outras Receitas Tributárias	-	-	215	-	361	-	(361)
Receita de Contribuições	118.300	118.300	15.212	12,9	28.609	24,2	89.691
Contribuições Sociais	83.500	83.500	9.115	10,9	14.981	17,9	68.519
Contribuições Econômicas	34.800	34.800	6.097	17,5	13.628	39,2	21.172
Receita Patrimonial	50.602	50.602	6.984	13,8	10.217	20,2	40.385
Receitas Imobiliárias	2.320	2.320	192	8,3	310	13,4	2.010
Receitas de Valores Mobiliários	14.737	14.737	4.106	27,9	6.653	45,1	8.084
Receitas de Concessões e Permissões	32.495	32.495	2.686	8,3	3.252	10,0	29.243
Outras Receitas Patrimoniais	1.050	1.050	-	-	2	0,2	1.048
Receita de Serviços	15.912	15.912	279	1,8	495	3,1	15.417
Receita de Serviços	15.912	15.912	279	1,8	495	3,1	15.417
Transferências Correntes	807.949	807.949	119.325	14,8	244.949	30,3	563.000
Transf. Intergovernamentais	762.507	762.507	115.489	15,1	238.089	31,2	524.418
Transf. de Instituições Privadas	432	432	156	-	156	36,1	276
Transferências de Convênios	45.010	45.010	3.680	8,2	6.704	14,9	38.306
Outras Receitas Correntes	110.450	110.450	9.821	8,9	28.780	26,1	81.670
Multas e Juros de Mora	38.540	38.540	4.907	12,7	9.590	24,9	28.950
Indenizações e Restituições	4.310	4.310	673	15,6	1.219	28,3	3.091
Receita da Dívida Ativa	62.700	62.700	3.489	5,6	14.230	22,7	48.470
Receitas Correntes Diversas	4.900	4.900	752	15,3	3.741	76,3	1.159
Dedução da Receita p/FUNDEF	(72.480)	(72.480)	(11.136)	15,4	(22.606)	31,2	(49.874)
Receitas de Capital	74.918	74.918	4.413	5,9	7.278	9,7	67.640
Operações de Crédito	13.620	13.620	2.413	17,7	2.413	17,7	11.207
Operações de Crédito Internas	13.620	13.620	2.413	17,7	2.413	17,7	11.207
Alienação de Bens	100	100	-	-	-	-	100
Alienação de Bens Móveis	100	100	-	-	-	-	100
Transferências de Capital	61.098	61.098	2.000	3,3	4.865	8,0	56.233
Transf. Intergovernamentais	4.293	4.293	-	-	-	-	4.293
Transferências de Convênios	56.805	56.805	2.000	3,5	4.865	8,6	51.940
Outras Receitas de Capital	100	100	-	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	100	100	-	-	-	-	100
Subtotal das Receitas (I)	1.665.199	1.665.199	225.712	13,6	491.550	29,5	1.173.649
Déficit (II)							
Total (III)= (I+II)	1.665.199	1.665.199	225.712	13,6	491.550	29,5	1.173.649
Saldos de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG

¹ Administração Direta e Indireta da PMS-Sistema de Gestão Fiscal(SGF).

Balço Orçamentário¹ Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, Salvador: Jan - Abr/2005									R\$ 1.000
Despesas	Dotação inicial (a)	Créditos adicionais (b)	Dotação atualizada (c)	Despesas					Saldo (c-g)
				Empenhadas		Liquidadas			
				Mar-Abr/ 2005 (d)	Jan-Abr/ 2004 (e)	Mar-Abr/ 2005 (f)	Jan-Abr/ 2005 (g)	% (g/c)	
Despesas Correntes	1.436.417	1.252	1.437.669	165.734	717.334	190.510	341.225	23,7	1.096.444
Pessoal e Encargos Sociais	572.365	(2.194)	570.171	33.077	345.225	73.010	153.451	26,9	416.720
Juros e Encargos da Dívida Interna	77.248	-	77.248	10.167	31.557	11.846	23.628	30,6	53.620
Outras Despesas Correntes	786.804	3.446	790.250	122.490	340.552	105.654	164.146	20,8	626.104
Despesas de Capital	223.282	(1.252)	222.030	23.919	51.226	21.254	33.912	15,3	188.118
Investimentos	146.887	(1.252)	145.635	10.339	21.831	11.110	14.449	9,9	131.186
Inversões Financeiras	3.530	-	3.530	1.300	3.200	1.098	1.897	53,7	1.633
Amortização da Dívida	72.865	-	72.865	12.280	26.195	9.046	17.566	24,1	55.299
Reserva de Contingência	5.500	-	5.500	-	-	-	-	-	5.500
Subtotal das Despesas (I)	1.665.199	-	1.665.199	189.653	768.560	211.764	375.137	22,5	1.290.062
Superávit (II)	-	-	-	-	-	13.948	116.413	-	-
Total (III) = (I+II)	1.665.199	-	1.665.199	189.653	768.560	225.712	491.550	29,5	1.290.062

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG

¹ Administração Direta e Indireta da PMS-Sistema de Gestão Fiscal (SGF).

Normas para Publicação de Artigos

A revista Conjuntura & Planejamento, editada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão vinculado à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN), aceita colaborações originais, em português, seja sob a forma de artigos versando sobre a conjuntura e planejamento do ponto de vista da economia, seja sob a de resenhas de livros inéditos que se enquadrem nesses mesmos parâmetros.

Os artigos e resenhas são submetidos à apreciação do Conselho Editorial e os autores são, a seguir, informados sobre a viabilidade ou não da publicação de seus trabalhos.

Padrão para envio de artigos ou resenhas:

- formato A4, espaço 1,5, com margens de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12, máximo de 10 e mínimo de 5 páginas, incluindo notas, referências bibliográficas e referências;
- identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome das instituições a que está vinculado, além de endereço para contato, e-mail e telefone;
- cópia impressa e arquivos magnéticos editados em Word, que devem ser entregues à Gerência de Análise Conjuntura (GEAC), na SEI, ou cópia magnética enviada para o e-mail: geac@sei.ba.gov.br;
- tabelas, ilustrações ou gráficos (formato Excel) com legendas numeradas e apresentados no corpo do texto;
- notas de rodapé explicativas ou complementares curtas, numeradas em ordem seqüencial;
- citações, até três linhas, entre aspas, na seqüência do texto; com mais de três linhas, apresentadas em outro parágrafo, com avanço de 1cm e fonte de tamanho 10, sem aspas, preferencialmente identificadas pelo sistema autor-data (NBR. 10.520 da ABNT);
- referências bibliográficas completas e precisas, segundo as normas para Referências Bibliográficas NBR 6.023, da ABNT.

As resenhas devem conter, no máximo, cinco páginas.

O autor terá direito a dois exemplares da publicação em que foi publicado seu artigo.

Os artigos publicados são de responsabilidade dos autores e não refletem a opinião da Instituição.

É permitida a reprodução e/ou citação, desde que citada a fonte.

Todos os números da Conjuntura & Planejamento podem ser visualizados no site da SEI (www.sei.ba.gov.br) no menu "publicações".

